



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Eduardo Miguel da Silva Miranda

**O newsmaking da Rádio Renascença:
a influência da Igreja Católica nos
critérios de noticiabilidade**



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Eduardo Miguel da Silva Miranda

**O newsmaking da Rádio Renascença:
a influência da Igreja Católica nos
critérios de noticiabilidade**

Relatório de Estágio
Mestrado em Ciências da Comunicação
Area de especialização em Informação & Jornalismo

Trabalho realizado sob a orientação de
Professora Doutora Madalena Oliveira

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



**Atribuição
CC BY**

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Agradecimentos

Ao **meu pai e à minha mãe**, Heitor e Zélia, por serem quem e como são, e por me terem feito quem e como sou, e por serem as pessoas da minha vida, e pela rectidão, e pelo acreditar, e pelo conseguir, e pelo ontem e pelo hoje, que são sempre pior do que o amanhã, e por tudo. Dê-me Deus a graça de ter filhos, cuidarei sempre deles com o vosso exemplo.

À **minha irmã Ana**, pela sagacidade, e pelos passos corajosos da vida, que muitas vezes me servem de guia e inspiração.

Aos **meus avôs e avós**, onde quer que estejam, e em especial à **minha avó Celeste**, onde quer que ela esteja, pelo trabalho e exemplo de uma vida, dos quais ouço exemplos diários tão fortes de quem com pouco tanto deu e de quem se deu tanto a tantos.

Aos todos os **meus familiares** mais próximos, pela palavra encorajadora e sempre estimulante.

À **professora Madalena**, minha orientadora, pela lisura, pela constância, pela palavra sempre tão certa, pela resposta sempre tão esclarecedora, pela sugestão sempre tão pertinente, pela correção sempre tão completa, pelo caminho sempre tão iluminado.

À **Rádio Renascença**, pelos profissionais e pelo profissionalismo, pelas portas abertas, por aquela oração da manhã, cedo, que fazia o Sol nascer duas vezes.

A todos os **meus professores** ao longo dos últimos 17 anos de estudos e de escola, pelo contributo para a minha vida, por este trabalho ser o culminar e nele estar o reflexo do vosso empenho e apreço.

Aos **meus amigos e amigas**, todos, todas, cada qual à sua medida, e a medida cada um de vós a sabe de cor, pela companhia de todas as horas e desoras, as altas, pela cerveja sempre oportuna, pelo café sempre revigorante, pelo ânimo, o baixo feito alto, pelo desabafo sempre

suspirado, pela boleia sempre com bom destino, pelo conselho sempre atempado, pela amizade auto-explicativa, tão-só.

Aos **meus amigos e amigas** cujas vidas correm em pontos tão diferentes e distantes no globo e por eu saber que pertencem à minha e por eu saber que pertenço à vossa, pelo nosso e vosso sucesso, pela memória em que hão-de sempre estar e pelo coração onde hão-de sempre permanecer.

A **Deus**, por tudo acima, por tudo o que há-de vir, por Ti, mesmo, por não desistir.

*«How does it feel
How does it feel
To be without a home
Like a complete unknown
Like a rolling stone?»
— Bob Dylan*

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Título

O *newsmaking* da Rádio Renascença: a influência da Igreja Católica nos critérios de noticiabilidade

Resumo

Qualquer que seja o órgão de comunicação social de que estejamos a falar, palavras como “independência”, “rigor” ou “isenção” são transversais e nenhum jornalista ousará afastar-se destes conceitos. No seu trabalho diário, o jornalista não esquece que não escreve simplesmente por ou para si próprio, mas em nome de um órgão, uma empresa para a qual trabalha e que, por isso, representa. Esse mesmo órgão de comunicação social, por sua vez, tem também uma marca própria e critérios editoriais pelos quais se segue diariamente.

Este relatório dá conta de uma experiência de estágio profissionalizante de Informação e Jornalismo, realizada entre dezembro de 2018 e fevereiro de 2019, na redação da Rádio Renascença em Vila Nova de Gaia. E a Rádio Renascença é um caso especial. Detida na totalidade pela Igreja Católica e casa de cerca de 200 profissionais, a emissora tem uma matriz religiosa que influencia o dia a dia da informação, analisando aquilo que, em consequência disso, é noticiado, mas também o que não é. Este documento procura refletir sobre a prática jornalística no contexto específico de uma emissora de natureza confessional, analisando o peso da Igreja nos critérios de noticiabilidade da rádio, à luz das notícias produzidas e da experiência de anos dos jornalistas.

Ao mesmo tempo, reflete sobre qual o papel do jornalismo especializado em religião, nestes tempos de alvoreço digital em que a sociedade parece afastar-se, ou esquecer-se, das suas raízes fundadoras.

Palavras-chave

critérios de noticiabilidade; Igreja Católica; influência; jornalismo especializado; rádio

Title

The *newsmaking* at Radio Renascença: the influence of the Catholic Church on the news criteria

Abstract

Whatever the social media that we are talking about, words like "independence", "accuracy" or "exemption" are crucial and no journalist will ever try to walk away from these concepts. In the daily basis work, the journalist does not forget and does not write by or to himself, instead, he does it to a specific media, a company that he is working to, and, for that, he represents. This social media also has his own brand and editorial criteria to guide themselves on a daily basis.

This report takes the experience of a professional internship in "Information and Journalism", between December 2018 and February 2019, at the broadcaster "Radio Renascença" in Vila Nova de Gaia. The Radio Renascença is special, it's owned by the Catholic Church and the office of around 200 workers. This broadcaster has a religious base that influences the daily basis of the information, analysing what, as a consequence, could be, or not, published. This document will reflect about the practice of journalism in a specific context of a confessional broadcaster, analysing the power of the church in the criteria of the exposed radio news, considering the produced news and years of experience of the journalists.

At the same time, it reflects the role of the specialised religious journalism, according to the current digital bustle times, when the society seems to be moving away, or forgetting, their origin.

Keywords

catholic church; news criteria; influence; radio; specialised journalism

Sumário

INTRODUÇÃO	1
<i>NO PRINCÍPIO ERA O VERBO. A HERANÇA CULTURAL NOS NOSSOS DIAS.....</i>	1
CAPÍTULO 1	3
<i>A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO</i>	3
1.1. Porquê a RR?.....	3
1.2. Os primeiros dias	4
1.3. A experiência na antena.....	5
1.3.1. Da teoria à prática: os teóricos exemplos-mor das aulas de jornalismo na prática de uma redação.....	9
1.4. Um estagiário na redação	11
1.5. A rádio, o estágio e a problemática de investigação	13
CAPÍTULO 2	15
<i>O JORNALISMO E A DECISÃO DO QUE É NOTÍCIA, NUM PERCURSO CONJUNTO DA COMUNICAÇÃO E DA RELIGIÃO.....</i>	15
2.1. Critérios de noticiabilidade e a realidade enquanto construção	16
2.2. Linha e estatuto editoriais: orientações, constrangimentos, filtros	18
2.3. Enquadramento legal dos órgãos de comunicação social portugueses	22
2.4. As teorias do <i>agenda-setting</i> e do <i>gate-keeping</i>	23
2.5. No mundo e em Portugal, o percurso conjunto da comunicação e da religião	25
2.6. Religião: um tema como os outros? O jornalismo especializado	30
CAPÍTULO 3	33
<i>CAMINHOS PARA A INVESTIGAÇÃO: REFLEXÃO METODOLÓGICA.....</i>	33
3.1. Objetivos e questões de reflexão	33
3.2. Os noticiários	33
3.3. As entrevistas exploratórias.....	35
CAPÍTULO 4	38
<i>APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....</i>	38

4.1. Os noticiários	38
4.2. As entrevistas	44
4.2.1. É a base, mas não é tudo. O papel da igreja no alinhamento informativo da Renascença.....	44
4.2.2. A Igreja enquanto <i>gate-keeper</i> da informação. Os temas chamados “fraturantes”	47
4.2.3. O jornalismo religioso enquanto especialização. O reflexo da formação pessoal no trabalho desempenhado	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
<i>ASPETOS DA INVESTIGAÇÃO PASSÍVEIS DE MELHORIA.....</i>	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53
ANEXOS	56

Contra a vontade do autor, esta dissertação foi redigida segundo a nova ortografia da Língua Portuguesa (acordo ortográfico de 1990), assim cumprindo o disposto no Despacho RT-34/2011, publicado pela Universidade do Minho a 9 de junho de 2011. Seguiu o Manual de Estilo das Publicações do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, baseado no estilo APA.

Introdução

No princípio era o verbo. A herança cultural nos nossos dias

Alicerçada na cultura greco-romana, a sociedade ocidental encontra as suas raízes no seio do catolicismo, que até aos dias de hoje continua a ser uma das maiores heranças do (nosso) passado mais longínquo. Por incrível que pareça, onde quer que vamos encontramos um elemento que nos liga ao catolicismo romano, da Igreja de Nossa Senhora dos Milagres, na ilha açoriana do Corvo, ao rico dourado da Capela Sistina, no Vaticano, em Roma.

Os dois mil anos de história da Igreja Católica tornam-na na maior e mais duradoura instituição do mundo, cuja história se confunde com a própria história europeia. Aliás, basta ler brevemente um manual de História para concluirmos que boa parte da história do Velho Continente foi escrita pela pena da Igreja. Para o bem e para o mal. Terminada a escuridão da Idade Média, algumas luzes começaram a acender-se quando as navegações portuguesas irromperam oceano(s) adentro e fizeram novos povos conhecer-se. Há quem defenda que a definição de “globalização” começou a ser rabiscada precisamente aí, no século XV, pelas naus, caravelas e galeões portugueses.

As Luzes (desta vez com L maiúsculo) chegaram poucos séculos depois. Olhando para si próprio como até então jamais fizera, o Homem elevou a Razão e, defendem alguns, começou aí a ultrapassagem a Deus, ou à ideia d’Ele. O Santo Ofício caminhou para os últimos dias e as ideias de laicidade ocuparam-lhe o lugar. Não foi necessário muito tempo até que à própria política (cuja raiz etimológica, não por acaso, está no grego) chegassem essas ideias, com evidentes impactos no surgimento dos primeiros regimes políticos de perfil laico, conceito não raras vezes constitucionalmente consagrado. Ainda assim, a Santa Sé não perdia seguidores e manteve, de uma forma geral, relações oficiais com os Estados, de que é exemplo, no caso português, a Concordata de 2004, atualmente em vigor.

O advento da internet veio amplificar o já centenário, e várias vezes centenário, conceito de “globalização” e, à semelhança do Homem de Vitruvius, colocou a pessoa no centro de tudo, com a atenção dedicada “likes” e a “followers”. O Vaticano tem conta no Instagram e o Papa Francisco tem

Twitter. Passos que a Igreja julgou necessários para estancar uma hemorragia cujos sintomas vêm de há algumas décadas a esta parte: a perda de fiéis. Ou a perda de crentes?

Apesar de os números oficiais de muitos países, Portugal incluído, ainda relatarem uma percentagem de crentes, em relação à sua população, na ordem dos 90%, o simples conceito de “católico não praticante” – que muitos não pensam duas vezes em utilizar para se autoposicionarem em relação à Igreja – é revelador de uma realidade impossível de esconder.

A modernização da Igreja (ou a sua adequação ou adaptação aos tempos que vive) está, porém, longe de se ficar pelas redes sociais, geridas centralmente e cujo conteúdo publicado é sempre pensado. Ao longo do século XX, a Igreja foi igualmente expandindo-se para o setor da comunicação social, com a criação de televisões, jornais e rádios, cujo exemplo mais significativo reside no próprio Vaticano, com o portal “Notícias do Vaticano”. Acessível em 32 línguas e com um formato multiplicado por agência, rádio e vídeo, não serão fáceis as contas para, por exemplo, adivinhar em quantas pessoas se traduz esta aposta da Igreja na comunicação social.

Em Portugal as contas serão mais simples, pelo menos no ponto de vista dos órgãos de comunicação social hoje em funcionamento. A “emissora católica portuguesa” – mais do que um *jingle* ou separador radiofónico – é a cereja no topo do bolo. Quase sempre no pódio das rádios líderes de audiências, a Rádio Renascença trilha há mais de 80 anos um caminho singular não só no panorama radiofónico como também no jornalismo especializado em religião.

De forma eventualmente mais comedida, outros órgãos de comunicação social também fazem a sua aposta nesse jornalismo, valorizando profissionais com conhecimentos específicos e profundos da Igreja. Mas se quando o sol nasce é para todos, quando ele se põe todos também ficam às escuras. Fatores económico-financeiros potenciados negativamente por crises no setor conduzem as administrações a cortes no pessoal. O jornalismo especializado é frequentemente o primeiro a sofrer, já que implica, se é que assim podemos dizer, uma “mão de obra” mais especializada.

Independentemente desses fatores, diariamente órgãos diretamente detidos pela Igreja Católica prosseguem a missão de informar as pessoas, à semelhança dos seus pares. Mas poderemos ou deveremos encarar de forma diferente um órgão neutro face a um órgão de natureza confessional? Que diferenças haverá nas notícias de um e nas notícias de outro?

Focando-nos nas notícias de um órgão de natureza confessional português, a Rádio Renascença, e tendo como ponto de partida uma experiência de estágio (que foi, ao mesmo tempo, uma estreia em ambiente de trabalho jornalístico profissional), este relatório procura dar conta do peso e volume da Igreja Católica na redação da Rádio e da sua eventual influência nas rotinas daqueles profissionais.

Capítulo 1

A experiência de estágio

Fruto de um contacto prolongado nunca tido com uma realidade jornalística radiofónica, este capítulo documenta o decurso de toda a minha experiência de estágio na Rádio Renascença. Imprimindo um cunho pessoal, transmito os conhecimentos adquiridos ao longo da Licenciatura e do Mestrado, confrontados com as práticas jornalísticas que observei e em que participei ao longo dos três meses.

1.1. Porquê a RR?

A decisão de fazer o meu estágio no número 138-C da Rua António Luís Gomes estava tomada há vários meses, mesmo antes dos prazos de submissão das candidaturas na universidade. O meu percurso durante a Licenciatura e durante o primeiro ano do Mestrado contou com várias Unidades Curriculares dedicadas à rádio e à produção de noticiários, a que se juntou uma das rádios que diariamente mais ouço – a Rádio Renascença (RR), no Centro de Produção do Porto que, na realidade, fica em Vila Nova de Gaia.

Nas Unidades Curriculares e aulas que fui tendo ao longo daquele percurso de quatro anos na Universidade do Minho (três na Licenciatura mais o primeiro ano de Mestrado), cedo percebi a minha especial “inclinação” e gosto para a rádio. Tenho especial memória das edições e gravações de noticiários, em grupo com outros colegas da turma e sob orientação dos professores. Destaco, em particular, a criação da “rádio” “Lusco-Fusco AM”, uma simulação de redação na Unidade Curricular de *Jornalismo e Som*, durante todo o semestre de aulas, no segundo ano da Licenciatura em Ciências da Comunicação, também na Universidade do Minho¹. Nessa “rádio” improvisada, houve mesmo lugar para uma reportagem individual e um magazine. O bom retorno por parte dos professores e as boas notas

¹ Disponível em <https://soundcloud.com/lusco-fusco-am>

que ia obtendo nessas Unidades Curriculares funcionaram sempre como um catalisador muito positivo para o meu gosto pela rádio.

Recolhi algum *feedback* por parte de outros colegas que já tinham estagiado na rádio e tudo me impeliu a submeter a candidatura com a RR em primeiro lugar de preferência. Sabia não ser uma redação gigante, em que os jornalistas se atropelam ou em que andam numa correria desenfreada todo o dia (houve exceções), mas onde trabalham jornalistas muito experientes e cuja voz eu conheço há anos.

Ciente, porém, de que eu não iria para uma rádio fazer exatamente o trabalho que um jornalista “da casa”, experiente e com anos de trabalho na área faz, decidi concorrer ao estágio curricular na Rádio Renascença.

1.2. Os primeiros dias

Esperava com expectativa o dia 3 de dezembro de 2018, data em que começou o estágio na rádio. À chegada, foram-me fornecidas as minhas credenciais de acesso ao computador e ao e-mail institucional da rádio.

Na redação estavam cerca de 10 pessoas. Quatro a cinco desses jornalistas dedicam-se em exclusivo à antena e à edição e realização dos noticiários. Outros estavam na secção de Desporto (área em que a Renascença sempre apostou imenso, destacando-se o histórico *Bola Branca*) e ainda mais três a quatro pessoas na secção do online. Nem todos estes jornalistas estavam sempre ali e à mesma hora. É uma redação pequena, mas cheia de experiência, por quem faz da rádio a sua casa há décadas.

Eram nove da manhã, mas o Sérgio Costa só chegaria às duas da tarde, disse-me a Fátima Rebelo, responsável pelo secretariado. Seria o Sérgio o meu tutor na redação. Ele é o editor das tardes da rádio. Nas primeiras semanas, o horário definido para as “tardes” era das 14h às 20h, traduzindo-se na edição de seis noticiários: 15h, 16h, 17h, 18h, 19h e 20h. Mais tarde, fruto de mudanças na grelha da rádio, o noticiário das 15h saiu do alinhamento das “tardes”, reduzindo para cinco o número de blocos noticiosos a editar.

Passei os primeiros três dias com o Paulo Teixeira, assistente de informação, responsável técnico pela emissão. O Paulo comanda uma mesa de mistura e também é, de vez em quando e entre outras tarefas, o responsável por extrair e editar sons das emissões de televisão para os emitir na antena da rádio. Um trabalho de bastidor, aquele do qual quem está a ouvir, do outro lado, não se apercebe, mas que é essencial para aquele som chegar ali naquelas condições.

Os noticiários são lidos pelo editor de uma cabine que confronta com a cabine onde o Paulo trabalha e onde a emissão se ouve ininterruptamente. As duas são insonorizadas e sonoramente estanques uma à outra, havendo no meio um vidro à prova de som que permite a visibilidade.

No caso de o noticiário conter uma entrevista em direto, era o Paulo o responsável pela ligação telefónica e por fazer a ponte entre o entrevistado e o entrevistador.

1.3. A experiência na antena

Não que estivesse exclusivamente adstrito à emissão, foi esse o lugar que me foi atribuído. Eram minhas tarefas auxiliar o Sérgio na edição dos noticiários, sugerindo temas, possíveis entrevistados, apresentando novos dados. Com o bichinho da rádio, era realmente na antena/emissão que eu queria estar.

O Sérgio, o Paulo e outros colegas da redação apresentaram-me o programa informático usado por todos, em simultâneo e em rede, para a edição e organização dos noticiários: o RCS News. Trata-se de um programa com uma interface muito básica e, até, esteticamente pouco apelativa, mas que cumpre muito bem e de forma eficaz o propósito. Permite o alinhamento de “histórias” (notícias) e a fácil junção de clips de som, que depois entram “no ar”.

Como referido, apesar da minha “alocação” à antena, foram-me dadas indicações de que tinha total liberdade se quisesse contribuir para outras secções, como o online. Como pouco dado a desporto e pouco informado sobre futebol (a modalidade que, na secção de desporto da RR, de longe, mais se destaca), nunca me ocorreu sequer, ao longo dos três meses, envolver-me nessa secção, pelo que me ficava apenas por ouvir as conversas, muitas vezes cheias de humor, entre o Pedro Azevedo o Luís Aresta.

Marquei presença nas primeiras reuniões de passagem de turno, diárias, entre os responsáveis pelos noticiários até às 14h (na redação de Lisboa) e o Sérgio e restantes colegas, responsáveis até às 20h. Apresentava-se e discutia-se aí os acontecimentos que tinham marcado a manhã informativa e que mereciam desenvolvimento à tarde. Tudo o que dissesse respeito a essas histórias estava guardado no RCS, além de, ao Sérgio, serem sempre enviados os alinhamentos dos noticiários anteriores.

Na atribuição de uma tarefa, o recado era quase sempre o mesmo: ligar para quem devesse ligar e tirar dois sons de 30 segundos cada, aos quais juntaria o texto de *pivot*. Entusiasmado por poder estar na dianteira de uma peça de rádio “a sério”, algo inédito para mim, não me cansava de dizer ao telefone “Daqui fala Eduardo Miranda, da Rádio Renascença”. Foram muitas as vezes que telefonei para

a polícia, GNR e bombeiros, por conta de acidentes mais ou menos graves que aconteciam na zona do Porto, não raras vezes com implicações no trânsito na cidade.

A propósito, um dos momentos mais curiosos aconteceu quando fiquei responsável por uma notícia relativa a um acidente que tinha cortado a Via de Cintura Interna (VCI), no Porto. A segundos do final do noticiário, fui à cabina do Paulo Teixeira dizer pelo microfone interno ao Sérgio que a estrada já tinha sido limpa e reaberta. Foi possível antecipar-me à própria responsável (em Lisboa) pelos boletins de trânsito, a Ana Paula Antunes, ao dar a notícia de que a estrada estava desimpedida ao tráfego. É óbvio que, havendo mais jornalistas, mais rápida e certa se torna a informação.

Durante cerca de três anos, durante a Licenciatura e transitando para o primeiro ano de Mestrado, fiz parte, enquanto redator, do ComUM Online. Trata-se de um jornal online feito exclusivamente por alunos de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho. Quando, a escrever um artigo para o ComUM, era necessário apresentar-me ao meu interlocutor, não me apresentava como jornalista, mas sim como um estudante que escrevia para um jornal académico. Não duvidando da boa vontade e abertura de muitas pessoas com quem falei enquanto estive no ComUM, eram notórias, noutras pessoas, alguma reticência e hesitação em contribuir para um jornal académico, sem grande dimensão.

Com as fontes que contactava na Renascença, o contraste era evidente: muito mais abertura, prontidão para prestar esclarecimentos e até promessas de que, impossibilitadas de falar naquele momento, as fontes entrariam em contacto comigo assim que pudessem. Num contacto com a Câmara Municipal de Coimbra, um dos assessores chegou mesmo a enviar um e-mail com todos os dados de contacto, para futura referência.

Logo nos primeiros dias de estágio, comuniquei ao Sérgio Costa a minha disponibilidade e vontade especial de noticiar assuntos relativos à ferrovia. Foi, aliás, o tema do projeto final de Licenciatura (que fiz em conjunto com o meu amigo João Quesado).

Todos os dias consultava a página da CP – Comboios de Portugal e da Infraestruturas de Portugal em busca de algum comunicado, situação anómala ou, por exemplo, de um desenvolvimento das obras do plano de obras “Ferrovia 2020”, à altura em execução. A este propósito, escrevi uma notícia sobre um novo atraso nas obras de eletrificação na Linha do Douro².

A notícia que escrevi e que contou com mais adesão por parte do público foi sobre a proibição do uso de telemóveis numa escola de Santa Maria da Feira³. Contactei a diretora da escola, que não se

² Disponível em: <https://rr.sapo.pt/noticia/142086/novo-atraso-comboios-entre-caide-e-marco-de-canaveses-so-em-marco>

³ Disponível em: <https://rr.sapo.pt/noticia/137575/proibidos-de-usar-telemoveis-na-escola-alunos-reinventaram-a-forma-de-estarem-juntos>

preocupou em esconder o entusiasmo por estar a ser contactada por diversos órgãos de comunicação social sobre a proibição que instituiu na EB 2/3 António Alves Amorim. A peça de rádio foi para o ar.

Não sendo detentor de carteira profissional de jornalista nem de título provisório de estagiário, existe a inibição de os estagiários darem voz às peças realizadas, como me foi explicado pelo Sérgio Costa. Notei que este esclarecimento me foi dado com alguma pena pela parte dele, dado ser evidente a falta de crédito dada ao autor da peça. A única vez em que a minha voz entrou no ar, a título excepcional, foi quando entrevistei João Ferreira do Amaral. A meio da entrevista, para que não houvesse prejuízo daquilo que era explicado pelo economista, a minha pergunta (e a minha voz) tinha necessariamente de entrar.

Como não me encontrava “confinado” à antena, escrevi também um texto para o online sobre a proibição dos telemóveis na escola de Santa Maria da Feira, que se manteve por cerca de duas semanas como o mais lido do site da Renascença. Tal como aconteceu com a entrevista a João Ferreira do Amaral, o texto não seguiu assinado por mim, facto que me foi comunicado com igual lamento por parte do editor online, Raul Santos.

A inibição de assinar os artigos/peças produzidas já me tinha sido partilhada por colegas meus que estagiaram na RR antes de mim. Apesar de considerar essa inibição extremamente injusta e penalizadora da motivação dos estagiários, acabados de travar um primeiro contacto com uma redação e a produzirem artigos jornalísticos pela primeira vez, já estava ciente, desde o início, de que o meu nome não constaria nas assinaturas dos artigos. Em lugar do autor, surgia apenas ‘Redação’, por muito trabalho que tivesse dado o artigo.

Por volta das 16h45, a grelha da Renascença tinha aquilo a que chamava de “explicador”: um momento de informação de cerca de cinco minutos, em que se explicava com maior detalhe um assunto da atualidade. Era, em certa medida, um formato de “perguntas e respostas” entre o locutor da emissão e o jornalista pivot.

Num momento em que se discutia uma baixa no valor das propinas, a começar no ano letivo 2019/2020⁴, um dos jornalistas naquela tarde decidiu que o tema do explicador desse dia seria precisamente as propinas: a história da sua implementação e fórmulas de cálculo, sobretudo. Encarregou-me, por isso, esse jornalista de fazer o texto do explicador.

⁴Disponível em: <https://rr.sapo.pt/2018/10/13/pais/ensino-superior-propina-maxima-baixa-para-856-euros/noticia/127379/>

Fiquei entusiasmado com a tarefa. Ao mesmo tempo, alimentava a certeza que já tinha: de que é preciso tempo e calma para colecionar informação, analisá-la com cuidado e simplificá-la ao máximo sem perder o rigor, para que qualquer tipo de público entenda o que está a ser explicado. Em rádio, como aprendido nas aulas, a tarefa de simplificação é ainda mais importante do que noutros meios de comunicação (como televisão ou imprensa). As pessoas usam apenas um sentido (a audição); a rádio não é, muitas vezes, o foco de atenção principal dos ouvintes; e não lhes é possível voltar atrás para ouvir de novo a informação (ao contrário da imprensa e, para quem dispuser de tecnologia que o permita, da televisão).

Tratava-se de um texto que continha, como me tinha sido pedido pelo jornalista editor dessa tarde, Pedro Mesquita, informação completa sobre o contexto histórico das propinas e, de forma igualmente simples. Não consegui, porém, deixar de notar alguma estranheza pelo facto de grande parte da informação que recolhi não ter sido lida durante a transmissão do explicador. Não obtive nenhuma explicação esclarecedora por parte do Pedro Mesquita para o facto de boa parte da curta investigação que fiz não ter sido partilhada. Foi-me apenas dito que “Não deu”.

O trabalho que porventura mais implicou contacto com o “cidadão comum” foi a propósito do fim da gratuidade dos lugares de estacionamento na zona da Foz do Porto, que iam passar a ser concessionados. Desloquei-me àquela zona com uma colega estagiária, na altura recém-chegada à rádio. Percorremos a Avenida do Brasil, vários cafés e restaurantes na zona e fomos ainda ao mercado, um sítio que considerámos ter particular interesse para o assunto – é o local de trabalho de muitas pessoas cujo único meio de transporte é o carro.

Foi, sem grande dúvida, uma das saídas mais proveitosas. Encontrámos muita receptividade por parte dos moradores e trabalhadores. Depressa se percebeu que as pessoas veem na comunicação social uma forma muito eficaz de se exprimirem e manifestarem o seu desagrado com o que consideram ser injustiças ou más decisões. Sobre este assunto, escrevi, em conjunto com a minha colega, uma peça para a antena. Tal como nos exemplos referidos acima, nem eu nem a minha colega podíamos dar voz à peça, pelo que ela ficou apenas escrita e editada, inclusivamente com os sons, no RCS News. Nunca soubemos se ela foi gravada pela voz de algum outro jornalista, tampouco se foi emitida na antena.

1.3.1. Da teoria à prática: os teóricos exemplos-mor das aulas de jornalismo na prática de uma redação

“Fui eu, mas não fui”

Quando vamos às aulas teóricas de jornalismo, um dos primeiros sentimentos que nos vem é o da ânsia. Ânasia por querermos um dia pôr em prática o que nos está a ser lecionado enquanto teoria. Durante os três meses de estágio na rádio, tive várias oportunidades de me confrontar com o que aprendi na universidade.

É no campo do contacto entre jornalistas e fontes de informação que se situa um dos episódios ilustrativos deste tipo de aprendizagem. Para explicar aquele que para mim foi o mais emblemático caso de negociação com as fontes, abster-me-ei, por uma questão de óbvio respeito, de nomear com que jornalista aconteceu, bem como de indicar outros detalhes do sucedido.

Discutia-se a liderança de uma entidade e um jornalista da Renascença suspeitava de que a pessoa X pudesse estar interessada em concorrer a esse cargo. Telefonou-lhe e, na conversa, obteve a confirmação dessa pessoa de que se iria candidatar àquele cargo. No entanto, a fonte só autorizava que a notícia saísse se o seu nome não surgisse no texto. O jornalista procurou uma forma de noticiar o que acabara de saber, fazendo, ao mesmo tempo, a vontade à fonte. A sugestão do jornalista foi que a notícia saísse apenas com a indicação “fonte próxima de X confirma a intenção de se candidatar...”, em vez de “X confirma intenção de se candidatar...”. O que o público não soube é que, na verdade, foi efetivamente a própria fonte a confirmar as suas intenções.

O processo de negociação entre jornalistas e fontes nunca é inocente nem desinteressado. Ambos procuram salvaguardar os seus interesses legítimos: ao jornalista, o interesse de publicar a informação; à fonte, obter a sua notoriedade. Este processo negocial, a que Herbert Gans, numa aula de jornalismo algures na minha licenciatura, chamou de “dança”, nem sempre atinge, porém, esta proporção.

O ‘não’ é garantido

Ao jornalista cabe o papel de perguntar, ato cuja liberdade coincide exatamente na mesma medida em que o interlocutor pode dizer que não quer responder. Do lado do jornalista, a essa liberdade pode juntar-se alguma “lata”.

Ao final daquela manhã, o presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Moreira, tinha convocado uma conferência de imprensa para anunciar os planos da autarquia para transformar um antigo edifício militar em habitação e em residências universitárias. Por decisão do Ministério da Defesa, esse edifício passara, dias antes, para responsabilidade direta da autarquia, a sua nova entidade titular.

Antes de sair da redação para o edifício da câmara, o jornalista Henrique Cunha disse-me para aproveitar a ocasião e questionar Rui Moreira sobre as demissões do dia anterior no Conselho de Administração do Hospital de São João, um dos maiores e principais hospitais da cidade e do país, e sobre se, em consequência das demissões, previa mais atrasos na construção da ala pediátrica daquele hospital.

Depois de seis ou sete perguntas sobre o assunto “principal” da conferência, indaguei o autarca sobre as demissões no hospital e sobre os eventuais atrasos na obra da ala pediátrica. Rui Moreira exteriorizou alguma surpresa e recusou responder à pergunta, alegando que “quem já o conhecia” sabia que ele não falava de assuntos que não os que tivessem diretamente motivado a conferência de imprensa.

À chegada à redação, enquanto descarregava os sons para cortar e editar, o Henrique Cunha perguntou como tinha corrido a conferência. Respondi que tinha corrido bem, mas que o Rui Moreira não respondeu à pergunta sobre o Hospital de São João. “Tudo bem, ao menos perguntaste”, respondeu o Henrique Cunha.

Na verdade, mais nenhum jornalista na sala tinha questionado o presidente da autarquia sobre aquele assunto e, estando eu numa posição recuada na sala, não deixei de notar que alguns outros jornalistas (provavelmente já “conhecedores” das conferências de imprensa daquele autarca) olharam para mim, algo admirados com a pergunta. Rui Moreira não quis responder e é óbvio e incontestável que estava no seu direito – assim como eu estava no meu ao perguntar.

Critérios

Como explicado adiante, no enquadramento teórico do presente relatório, cada órgão de comunicação social rege-se por critérios e linhas editoriais. Cabe ao jornalista conhecê-los e aferir se um acontecimento pode, e de que forma deve, ser inserido no alinhamento dos noticiários.

A Porto Editora estava a ser acusada de censurar versos do poema “Ode Triunfal”, do heterónimo pessoano Álvaro de Campos⁵. Os versos em causa são “Ó automóveis apinhados de pândegos e de

⁵Retirado de: <https://www.publico.pt/2019/01/13/sociedade/noticia/poema-fernando-pessoa-censurado-manual-portugues-12-ano-1857743>

putas” e “E cujas filhas aos oito anos – e eu acho isto belo e amo-o! / Masturbam homens de aspecto decente nos vãos de escada”.

Numa tarde, a editora divulgava um prometido esclarecimento onde constava a sua posição sobre o assunto. Li o texto no site da Porto Editora e apresentei ao editor, Sérgio Costa, a pertinência do assunto. Estava em causa uma censura objetiva a um dos maiores poetas portugueses, em manuais escolares que o explicam a jovens de entre os 17 e os 19 anos (12.º ano de escolaridade).

Foi-me dito que a Renascença não noticiaria este esclarecimento, da mesma maneira que desde há dois dias não vinha noticiando nada sobre o assunto”. O motivo dessa decisão prendia-se com a presença de “linguagem grosseira”, com palavrões e referências à masturbação.

Critérios e zonas de conflito e/ou silenciamento

Na mesma senda dos critérios editoriais mencionados no ponto anterior, um outro acontecimento não foi noticiado. Um exemplo, na verdade, de acontecimentos que a Rádio Renascença, ao contrário de outros órgãos, deliberadamente silencia, numa ação que, como explicarei adiante, deu o mote para a reflexão desenvolvida neste relatório.

A TVI tinha emitido uma reportagem na qual surgiam psicólogos que prometiam “curar” a homossexualidade, peça que causou desconforto no seio da igreja católica. Entre os psicólogos entrevistados pela estação de televisão estava Maria José Vilaça, então presidente da Associação Portuguesa dos Psicólogos Católicos. A Renascença não noticiou nada sobre este assunto. A reportagem da TVI colocava personalidades ligadas à igreja católica numa posição desconfortável, dada a evidência e forma flagrante como a psicóloga católica em causa sugeria a “cura” para a homossexualidade. A igreja não se pronunciou. Quando sugeri ao Sérgio Costa que poderia fazer algum trabalho sobre esse assunto, foi-me simplesmente dito, sem mais explicações, que não, que não se faria nada sobre o assunto. Explicou-me o Sérgio Costa que a rádio se escusava a noticiar esse assunto.

1.4. Um estagiário na redação

Avalio a minha passagem de três meses pela Rádio Renascença como positiva. Pude desenvolver trabalhos de grande interesse e pertinência, sobre assuntos que me eram próximos.

Um estagiário não tem, obviamente, a liberdade ou margem de manobra que possui um jornalista “dos quadros” ou “da casa”. Na obra *A rádio na era da informação*, citando um estudo feito anteriormente, Eduardo Meditsch é certo na descrição de um jornalista “novato” numa redação, que

descobre a política editorial, interioriza os seus direitos e obrigações na organização, e antevê o que se espera dele para receber recompensas e evitar penalidades. Seu estudo aponta vários caminhos por onde se dá esta socialização: a leitura do próprio jornal; a observação do comportamento dos colegas mais antigos e de suas relações de trabalho pelos escalões hierárquicos superiores; as opiniões, brincadeiras e reprimendas directas ou indirectas ouvidas na redacção; as críticas que o próprio staff dirige às chefias. (Breed citado em Meditsch, 1999, p. 72).

Quer num contexto profissional remunerado, quer num contexto de estágio curricular, a integração passa muito por comportamentos como os referidos por Meditsch. Ouvir quem está naquele sítio há mais tempo e quem, por isso, tem mais experiência que nós, é, em si, uma lição e até um dever.

Qualquer que fosse a percepção obtida depois de três meses numa redação, o simples facto de poder conviver com jornalistas tão experientes e numa rádio tão prestigiada faz quase valer, por si só, a experiência de estágio. No meu caso, dois dos três meses durante os quais estive na Renascença, fui o único estagiário presente. No último mês, entrou uma nova colega com cujo período de estágio acabei por coincidir, mas apenas por uma semana, e a quem aproveitei para ensinar algumas ferramentas úteis de trabalho.

Um dos momentos em que mais me senti útil naquela redação aconteceu quando me foi pedido que lesse um artigo, em Alemão, da revista *Der Spiegel*, sobre o caso do informático português Rui Pinto, na altura (janeiro de 2019) detido na Hungria⁶. Os jornalistas alemães comentavam uma reunião do Eurojust. Depois de ler o artigo, cabia-me fazer uma seleção das informações mais importantes e mais relacionadas com a intervenção das autoridades portuguesas no assunto e resumi-las num artigo. Foi um trabalho em que pude pôr em prática os conhecimentos de línguas que tenho (no caso, Alemão) e perceber quão importante e útil isso pode ser num órgão de comunicação social. Com o artigo que escrevi⁷, a Renascença foi o primeiro órgão em Portugal a publicar algo sobre aquele texto da *Der Spiegel*. O trabalho “saltou” para os mais lidos do site. Outros órgãos portugueses também publicariam artigos sobre aquele texto alemão, mas apenas dois ou três dias mais tarde.

Era notório em alguns jornalistas daquela redação a experiência acumulada de anos de profissão. Conhecedores dos meandros do ofício, sabiam de cor como ir ao cerne das questões. Ao mesmo tempo, sabiam e indicavam de cor as fontes que deviam ser contactadas.

As dúvidas, reparos ou sugestões que eu fazia sobre algum assunto eram, regra geral, bem recebidos por quem me tinha dado a tarefa. Por vezes, porém, havia posições que me pareciam

⁶Retirado de <https://www.spiegel.de/sport/fussball/football-leaks-so-geht-es-weiter-mit-dem-fussball-datenleck-a-1254111.html>

⁷ Disponível em <https://rr.sapo.pt/2019/02/20/mundo/futebol-leaks-varios-paises-temem-que-portugal-destrua-documentos-divulgados-por-rui-pinto/noticia/141816/>

demasiado intransigentes e que provinham de alguém com experiência e conhecimento de causa, mas ao mesmo tempo de alguém que parecia não estar receptivo aos tais reparos ou sugestões que eu indicava. Situações como essa, em que eu estava certo do que estava a afirmar, causavam-me algum desconforto, ao qual se juntava a por vezes desagradável irredutibilidade dos jornalistas.

Um desses episódios ocorreu quando foi encontrado um engenho explosivo por rebentar na estação de caminhos-de-ferro de Valença. Foi-me dito que devia contactar a CP – Comboios de Portugal para saber que perturbações havia na circulação e, caso as houvesse, que impactos estavam a ter nos passageiros. Retorqui, dizendo que a fonte ideal para obter essas informações era a Infraestruturas de Portugal (IP), gestora da infraestrutura e responsável pela circulação dos comboios. Perante a insistência, liguei para a CP. A fonte da empresa, o gabinete de comunicação, disse-me o que eu já esperava e que tinha referido minutos antes ao jornalista editor: informações sobre problemas ou perturbações na circulação dos comboios teriam de ser obtidas junto do gestor da infraestrutura, a IP, de quem a CP depende diretamente para a sua operação.

1.5. A rádio, o estágio e a problemática de investigação

Quem entra no Centro de Produção da Rádio Renascença em Gaia não fica indiferente aos motivos religiosos que estão presentes em quase todas as divisões do espaço. No piso de baixo, existe uma capela, para celebrações religiosas. Em cada sala, existe um crucifixo pendurado na parede. Às 18h30 de todos os dias chega a hora da proverbial recitação do Rosário, emitida em direto da Capelinha das Aparições, no Santuário de Fátima – até às 19h, por vezes com um prejuízo de um ou dois minutos após a hora certa.

Ouvinte da Renascença há longos anos e conhecedor razoável da grelha da rádio, o reflexo dessa componente religiosa da rádio no alinhamento informativo não me causou especial estranheza. Com frequência ouvia os jornalistas contactarem fontes ligadas à Igreja. O episódio de que melhor me lembro foi a propósito da crise humanitária na Venezuela, notícia no âmbito da qual o jornalista procurou ouvir uma fonte oficial da Igreja, sobre um assunto de direitos humanos e crise humanitária. Foi contactado, por telefone, o Cardeal Arcebispo de Mérida e administrador apostólico de Caracas, Baltazar Porras.

Em vários momentos ao longo dos três meses de estágio ouvi o Sérgio Costa comentar que “tinha de ver o Papa” – uma maneira informal de dizer que tinha de haver sempre uma porta aberta para o que se dizia no Vaticano, sobretudo através do site Vatican News (www.vaticannews.va) e da CTV, o canal de televisão do Vaticano.

Sendo o Grupo Renascença Multimédia, ao qual pertence a Rádio Renascença, administrado pela Igreja Católica Portuguesa, o acesso às hierarquias mais altas do clero não é uma tarefa difícil. Um exemplo disso foi o anúncio da realização em Portugal das Jornadas Mundiais da Juventude, que aconteceu a 21 de janeiro de 2019. No noticiário das 18h, o Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Manuel Clemente, entrou em direto na antena, ao telefone do Panamá, onde decorriam as Jornadas de 2019.

Sendo a Rádio Renascença o maior órgão de comunicação social pertença da Igreja e praticamente o único de abrangência, implantação e alcance nacionais, não era para mim difícil de imaginar que os assuntos religiosos fossem mais privilegiados do que outros. Ou que assuntos da Igreja encontrassem na Renascença um destaque que noutros órgãos de comunicação social não encontrariam.

Juntando o conhecimento prévio da rádio e a experiência de três meses naquela redação, esse tópico revelou-se de grande interesse para mim, para ser explorado no presente relatório de estágio. Adveio dali curiosidade para entender os valores-notícia subjacentes a acontecimentos religiosos.

Com o objetivo de perceber o processo de construção de notícias e até que ponto as rotinas dos jornalistas podem, ou não, ser influenciadas pelo facto de trabalharem numa rádio da Igreja, tornou-se importante abordar pelo menos essas duas perspetivas: o *newsmaking* e prática e rotina jornalística diárias.

Capítulo 2

O jornalismo e a decisão do que é notícia, num percurso conjunto da comunicação e da religião

De acordo com ideias mais românticas da profissão, o jornalista teria “liberdade total” para escrever e para publicar conforme o seu faro e profissionalismo determinassem. No entanto, essa liberdade não se mede da mesma forma em todos os órgãos de comunicação social. Existem diversas formas de enquadrar a liberdade concedida aos jornalistas para o exercício da profissão. Como veremos adiante, há critérios e estatutos editoriais que moldam a forma como os acontecimentos são interpretados, analisados e, finalmente noticiados. São ferramentas respeitantes a cada um dos órgãos de comunicação social, isto é, dois órgãos não têm necessariamente o mesmo alinhamento e forma de ver e interpretar a realidade. As únicas constantes, de órgão para órgão, são, no caso português, as leis (uma para cada meio: imprensa, televisão e rádio) e o estatuto do jornalista, igualmente com força de lei. A realidade e os acontecimentos do mundo são obviamente imutáveis, observe-os quem os observar. Mas apesar dessa imutabilidade e dos valores-notícia, académica e profissionalmente reconhecidos como uma base para o jornalismo, o trabalho de redação é sempre diferente do ponto de vista editorial. O que torna, então, um órgão de comunicação social diferente do outro?

Com um percurso enraizado na sociedade, “considera-se o jornalismo uma instituição social formada historicamente para oferecer conteúdos que tenham características de atualidade e de relevância para um público amplo, disperso e diferenciado”. Este enraizamento no quotidiano da sociedade só foi possível, ao longo dos anos, graças à legitimidade conseguida, ou conquistada, pelos jornalistas através da “fidelidade entre o [seu] relato e as ocorrências cotidianas” (Franciscato, 2000, p. 1).

Se imaginarmos uma grande árvore chamada “comunicação”, podemos dizer que o jornalismo é um dos seus grandes ramos, ou seja, é “apenas uma vertente de um grande mundo” (Lopes, 2010). A legitimidade conseguida pelo jornalismo foi possível graças a diversos acontecimentos históricos, de

que se destaca, sobretudo, o surgimento e desenvolvimento de governos democráticos. Nelson Traquina, citado por Paula Lopes, refere que “a relação entre jornalismo e democracia é simbiótica e a liberdade aparece como valor central” (2010, p. 2).

A simbiose descrita por Nelson Traquina reflete-se quer a montante quer a jusante. Isto é, o jornalismo está tanto ao serviço das pessoas enquanto seu porta-voz, como ao serviço da democracia e dos órgãos públicos, enquanto seu vigilante (2010) – o chamado *watchdog journalism* (jornalismo como “cão de guarda”). Com uma crescente implantação e afirmação ao longo dos anos, o jornalismo foi sendo chamado de “quarto poder”, juntando-se, metaforicamente, aos três já existentes (o legislativo, o executivo e o judicial). “A imprensa passa a exprimir a opinião pública, assume-se como meio de expressão mas também como meio de denúncia face ao poder instituído” (Lopes, 2010, p. 2).

As secções de opinião de muitos órgãos de comunicação social são muitas vezes o palco para as denúncias do que, para os jornalistas, não está bem. O editorial de um jornal é o melhor exemplo. O texto “Teimosia católica, jornalismo inquisitorial, o Papa, os abusos e o fascismo”, de António Marujo, mostra mesmo uma crítica ao próprio jornalismo, que acusa de ceder a lugares-comuns em vez de procurar investigar a verdade aprofundada dos factos. Trata-se de uma crítica publicada num jornal de referência por um jornalista de religião também de referência em Portugal.

2.1. Critérios de noticiabilidade e a realidade enquanto construção

Palavras como “novidade”, “atualidade”, “proximidade” ou “relevância” estão sempre inerentes ao processo do *newsmaking* e estão constantemente no pensamento do jornalista.

A abundância de acontecimentos diários na sociedade é o ponto de partida do jornalismo. Mas como nem tudo pode ser notícia, há que definir fronteiras, limites e áreas de cobertura noticiosa. Na balança de cada jornalista têm de entrar normas padronizadas e sistematizadas que ajudem a medir a importância de cada acontecimento e a sua relevância para o público, sempre, também, de acordo com as orientações do órgão de comunicação social que esses profissionais representam. O *newsmaking* mais não é do que a sistematização de todos esses pesos e contrapesos, que a análise qualitativa e quantitativa feita neste trabalho, no seio da rotina jornalística da Rádio Renascença, procura explicar.

Foi o “desenvolvimento do jornalismo como prática institucional [que fez com que se convergissem] para a adoção de procedimentos padronizados de produção noticiosa”, os critérios de noticiabilidade, ou a “formulação de tipificações que possibilitam classificar eventos” (Franciscato, 2000, p. 12). Gislene Silva define esses critérios como “todo e qualquer fator potencialmente capaz de agir no processo da

produção da notícia”, como “julgamentos pessoais do jornalista, cultura profissional da categoria” e “condições favorecedoras ou limitantes da empresa de média” em causa (Silva, 2005, p. 96).

Johan Galtung e Mari Holmboe Ruge (citados em Correia, 2011, p. 149), a título de exemplo, pensaram, nos anos 60 do século XX, naquilo que poderia tornar um acontecimento em notícia e elencaram 12 critérios de noticiabilidade⁸. Do ponto de vista jornalístico, esta “clássica arrumação” é uma fórmula teórica a ter em conta, ainda que, sem prejuízo da sua importância, não signifique algo que o jornalista nomeie de cor de cada vez que tem de decidir noticiar ou não algum acontecimento, ou algo estanque e alvo de avaliação permanente. Traquina (citado em Lopes, 2010, p. 10), acrescenta, aliás, que “os valores-notícia são múltiplos, entrecruzados, e difíceis de classificar pelo analista de pesquisa”, prova de que estas teorias são líquidas e permeáveis entre si: “É pela identificação e conjugação de vários valores-notícia que um acontecimento/facto é selecionado pelo jornalista, ou seja, são as diferentes relações/combinções entre valores-notícia que determinam a seleção de um acontecimento/facto” (2010, p. 11). Porém, sempre em pano de fundo no processo de *newsmaking*, estes critérios impedem que a informação de um órgão se torne numa “cacofonia” (Correia, 2011) — ou, para utilizar as palavras de Anabela Gradim, num “tijolo indigesto” que os ouvintes não iriam entender (Gradim, 2000).

Curiosamente, Galtung e Ruge não mencionam a atualidade como critério noticioso, uma prova mais de como estes conceitos, apesar de obviamente terem concretização prática, não constituem uma “Bíblia” para o jornalismo. Sem prejuízo da validade deste entendimento do conceito de atualidade, a outra face da moeda mostra que esse conceito resulta, ele próprio, da aplicação dos outros critérios mencionados acima. Isto é, algo “atual” para o órgão X não significa necessariamente algo “atual” para o órgão Y, já que cada um interpreta cada critério de noticiabilidade à luz das suas próprias orientações, tornando-se a atualidade num conceito construído de empresa mediática para empresa mediática.

A este propósito, e uma vez que na realidade portuguesa (académica e profissional) a atualidade é referida como sendo, efetivamente, um ponto importante, Carlos Eduardo Franciscato (2000) refere-a como “uma das qualidades mais primordiais” do conteúdo noticioso: “A noção de atualidade no jornalismo se estabelece como um dos primeiros demarcadores das especificidades do conteúdo jornalístico” (Franciscato, 2000).

Mencionar “atualidade” enquanto critério implica não se pensar apenas nas notícias produzidas para o noticiário da hora seguinte ou dali a duas horas, mas também no formato de reportagem, por

⁸ Esses critérios são a “frequência”, “amplitude”, “clareza”, “significância”, “consonância”, “inesperado”, “continuidade”, “composição”, “referência a nações de elite”, “referência a pessoas de elite”, “personificação” e “negatividade”.

exemplo. A pertinência de um conteúdo jornalístico prende-se também com o critério da relevância social a ele ligado, ou seja, “conteúdos que são reconhecidos pelos indivíduos como indispensáveis para participarem na vida social. Tal perspetiva faz com que a atualidade não se restrinja somente a uma dimensão temporal, mas antes também à sua “relevância pública” (Franciscato, 2000, p. 8).

O jornalista deve também ter, fruto do seu faro e do brio e dedicação à profissão, a capacidade de “se desligar” do seu quotidiano e de encontrar “conteúdos potencialmente necessários” – e porventura de importância até aí subestimada ou inadvertidamente ignorada – “para os indivíduos participarem da vida pública”. Na gíria jornalística, um trabalho destes pode ser uma “cacha” ou “furo jornalístico”: uma notícia importante, publicada por um órgão antes dos demais.

Assim, a atualidade joga com a novidade: “Um conteúdo é atual no jornalismo também porque ele apresenta um sentido de relevância pública” e apresenta factos de que o leitor – e a sociedade – não podem prescindir (Franciscato, 2000, p. 13).

Jornalisticamente, a conjugação de todos estes fatores torna o conceito de ‘realidade’ em algo construído, e não em algo neutro, imutável ou impassível de interpretação: “Ao proceder de acordo com regras, técnicas e rotinas, [os média] fabricam intencionalmente a realidade” (Lopes, 2010, p. 8). Objetivamente, estamos perante manobras de manipulação, perfeitamente legítimas e necessárias: “[Os média] determinam os contornos e conteúdos da informação na esfera pública, atualizando o conhecimento que os indivíduos têm da realidade social. Estabelecem os temas, os factos/acontecimentos que devem ser revelados publicamente”. Resumidamente, “os média não só reproduzem a realidade como eles próprios produzem realidade, ajudam a estruturar a imagem da realidade” (2010, p. 8).

Por isso é que, podendo não ser explicitamente um dos critérios-base do jornalista ou editor, “a atualidade não está tão presa ao critério da “novidade”. Nota-se, em trabalhos jornalísticos em que esta premissa se aplique, a “potencialidade do jornalismo em manter atuais conteúdos que não são mais novos” (Franciscato, 2000, p. 14). Esta visão abre portas também à teoria do *agenda-setting*, de que falaremos adiante.

2.2. Linha e estatuto editoriais: orientações, constrangimentos, filtros

Numa redação, e em particular na antena de uma rádio, como a Renascença, não há espaço para tudo e a existência de filtros torna-se imprescindível. Se sairmos do nível da notícia, analisada e pensada caso a caso, chegamos a um nível a que podemos chamar estrutural e que abrange todos os jornalistas do órgão de comunicação social em causa.

Com efeito, nem só pelos critérios de noticiabilidade se orienta um jornalista, individualmente, ou uma redação, conjuntamente. Os profissionais devem pensar se a notícia “está de acordo com a política editorial do jornal”. De facto, “a construção de uma linha editorial não é linear, depende, entre outros fatores, de quem lidera e de quem trabalha no jornal, dos objetivos da publicação, da sua área de influência, e do público a que se destina” (Gradim, 2000, p. 26). A estes condicionalismos Paula Lopes chama, porventura exageradamente, “luta pela sobrevivência”, que “condiciona todo o processo de seleção, hierarquização (mas também de omissão) de factos e, por conseguinte, o próprio produto informativo” (Lopes, 2010, p. 5).

Franciscato (2000) refere igualmente que as administrações dos órgãos interferem na produção jornalística e, em particular, no *newsmaking*. O autor refere estudos, feitos em particular a partir dos anos 70 do século XX, que identificam “as influências que as rotinas do trabalho jornalístico e os constrangimentos da estrutura organizacional de uma empresa têm causado sobre a produção da notícia (*newsmaking*)” (Franciscato, 2000, p. 15). Não utilizando a palavra “constrangimento”, Ana Carolina Abiahy defende igualmente que “o jornalista continua a ser um dos principais atores sociais, mas em primeiro plano está a empresa, a instituição jornalística, a despeito da personalidade ou originalidade do profissional” (Abiahy, 2005, p. 10).

Os critérios editoriais, ou linha editorial, de um órgão de comunicação social funcionam igualmente enquanto filtros para a informação produzida. No caso da Rádio Renascença, a matriz e génese católicas desempenham um papel preponderante na produção de notícias.

João Carlos Correia, por seu turno, chama-lhe o “fator organizacional”, segundo o qual os “esforços dos jornalistas são constrangidos pelas rotinas organizacionais” (Correia, 2011, p. 84). Paula Lopes sustenta a mesma tese:

Se é legítimo admitir que a finalidade da actividade de uma empresa de Comunicação Social é a obtenção de lucro, também o é que o jornalista está sujeito a estratégias empresariais, orientadas por objetivos económicos, políticos e culturais, e a imposições comerciais. (Lopes, 2010, p. 11)

Em Portugal, a Rádio Renascença é um dos poucos órgãos de comunicação social de matriz e génese 100% católicas. O seu único acionista é, aliás, a Igreja Católica, através do Patriarcado de Lisboa e da Conferência Episcopal Portuguesa.

Adicionalmente, importa também que o jornalista reflita sobre o ponto de vista da receção, ou seja, que pense no público para o qual está a trabalhar. Pôr-se na pele do ouvinte. Podemos traçar um paralelismo com um comediante a fazer um espetáculo de comédia *stand-up*: só conhecendo bem o público é que o comediante terá sucesso. Sabendo que o público pensa desta ou daquela forma, o

comediante saberá também que algumas piadas poderão não ser adequadas para aquela circunstância. De forma mais matizada, no jornalismo acontece a mesma coisa: “À partida, cada meio define, melhor ou pior, a sua estratégia em relação a um público-alvo e é em função dele que estabelece orientações” (2010, p. 11).

Cada órgão de comunicação social trabalha para um público-alvo pré-definido e preferencial, mas esse mesmo público é, nota Paula Lopes, “vasto, heterogéneo e disperso”. Importa por isso que o jornalista tenha a noção de que é visto/ouvido/lido por um público cuja composição é mais idealizada do que realista. Para João Carlos Correia, citado pela autora”, a imagem do público é, pois, mais pressuposta do que real”, o que obriga o profissional a “evitar conclusões precipitadas e preconceitos limitadores, e [a] assumir a complexidade do comportamento dos públicos” (Correia, 1997, p. 199, citado em Lopes, 2010, p. 11).

O saber para que público se trabalha tem também, naturalmente, impactos no trabalho propriamente dito (a redação ou locução de uma notícia, por exemplo).

Embora o conhecimento real dos públicos por parte dos jornalistas seja, por vezes, vago, a sua prática não deixa de procurar antecipar o ato de receção, que se reflete numa escrita sujeita a princípios de clareza, explicação e adaptação do vocabulário às capacidades presumidas do público. (Lopes, 2010, pp. 13, 14)

Conhecer o auditório para o qual se produz notícias é importante para o jornalista saber melhor como fazer o seu trabalho (e saber como fazer o seu trabalho melhor), mas não é menos importante para que o órgão de comunicação social em causa saiba “ir ao encontro das suas expectativas, das suas convicções e anseios” (2010, p. 8).

Depositado na Entidade Reguladora da Comunicação Social (ERC) com o registo número 423147, o estatuto editorial da Rádio Renascença, Lda. divide-se em quatro pontos⁹. No último deles, a RR diz desenvolver a sua atividade sobretudo nas áreas da informação, formação, entretenimento e intervenção.

Ao longo de todo o texto do estatuto está patente a vocação cristã do grupo, que inspira toda a sua atividade “no Humanismo Cristão”. Referência importante neste estatuto é o documento “Communio et Progreessio”¹⁰. Trata-se de um documento dividido em 187 pontos que pretende ser um “manual de informação e comunicação”, onde é apresentada “a realidade mediática gerada pelo progresso tecnológico e os desafios concretos que colocava a todas as pessoas” (2011), como explica Paulo Rocha,

⁹ Ver anexo I

¹⁰ Disponível na íntegra, e em Português, em http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/pccs/documents/rc_pc_pccs_doc_23051971_communio_po.html

então e atual diretor da Agência Ecclesia. O estatuto da RR cita diretamente os pontos 17 e 18 do “Communio et Progressio”.

Do ponto de vista da informação, destaca-se a procura pelo “esclarecimento completo dos factos da atualidade”, a necessidade de “debate entre diversas correntes de opinião” e a atuação “de acordo com critérios jornalísticos e deontológicos que garantam uma atividade informativa rigorosa, objetiva, independente e não discriminatória”.

O estatuto da RR cita ainda o Artigo 8.º da Lei n.º 2/97, de 18 de janeiro, que menciona o dever dos órgãos de comunicação social de adotarem um estatuto editorial.

Exemplificativo de tudo isto é a tomada de posição da rádio (e do Grupo Renascença Multimédia, que a detém) aquando do referendo à interrupção voluntária da gravidez, ocorrido em Portugal no ano de 2006. A rádio, católica e reconhecendo as suas origens e públicos, manifestou-se opositora ao aborto, mostrando a sua posição em “notas de abertura”¹¹, emitidas esporadicamente antes de alguns noticiários. Posição a que não é alheia a contribuição “para a reflexão sobre o valor e o sentido da vida, na perspetiva cristã”, a que a RR se compromete no seu estatuto.

À informação produzida num órgão, como uma rádio, o fator ‘dinheiro’ está também inevitavelmente associado. Na empresa jornalística (da administração à redação), coexistem “diferentes objetivos e interesses”, “gerando situações e atitudes de colaboração ou enfrentamento” (Meditsch, 1999, p. 71). Este jogo de interesses (em sentido denotativo) tem como jogadores a administração, os ouvintes e ainda os próprios jornalistas, enquanto elos de ligação.

O mesmo refere Carlos Eduardo Franciscato, que sublinha os “critérios classificatórios (valores/notícias) e operacionais (internos à organização jornalística)” (2000, p. 1). Critério igualmente importante para a produção noticiosa é também, e sobretudo nos tempos que correm, a gestão de tempo e de recursos à disposição dos jornalistas e das administrações – claro, sempre na perspetiva de rentabilizar o tempo e os recursos e de poupar dinheiro (Franciscato, 2000).

Com evidentes impactos nas rotinas jornalísticas dos profissionais, a natureza organizacional de um órgão tem implicações no dia a dia do jornalista. A análise a este ponto pode ter várias perspetivas, na medida em que tanto podemos discutir uma eventual adaptação natural do profissional ao ambiente de trabalho em que se encontra, como podemos discutir uma eventual discordância do jornalista face aos referidos critérios editoriais.

¹¹ Todas as notas de abertura da Rádio Renascença estão disponíveis em <https://rr.sapo.pt/2019/03/01/nota-de-abertura/d-americo-aguiar-as-boas-noticias-sao-para-festejar/artigo/142753/>. Na impossibilidade de abrir diretamente e apenas a lista, faz-se a ligação para a última nota emitida. As restantes podem ser lidas no menu “Artigos anteriores”, mais abaixo na página.

Dado o facto de o fluxo de notícias numa rádio ser mais denso e rápido do que num jornal ou numa televisão, há uma distância muito maior na rádio entre as chefias e os jornalistas, tornando-se “impossível haver um controlo hierárquico com intervenção pessoal direta sobre o que vai ao ar”. Com isto corrobora Lúcia Santaella, citada por Ana Carolina Abiahy, concluindo que, analisada “a rede de intercomplementaridade das mídias”, “o jornalismo no rádio e na televisão é bem mais condensado em comparação com o jornal diário e as revistas semanais” (Abiahy, 2005, p. 10). Por essa razão, as rádios “darão maior atenção à seleção do pessoal do staff e tornarão mais transparentes as suas políticas editoriais” (Meditsch, 1999, p. 76).

A esse propósito, Meditsch nomeia as conferências de redação – reuniões periódicas entre os jornalistas da redação (ou apenas os seus editores) e a direção, nas quais “o staff vende ideias de notícias que a direção compra”. Trata-se de negociações de temas passíveis de serem noticiados, em que a direção “também propõe temas através desta e de outras instâncias da organização” (1999, p. 75). Paula Lopes, por seu lado, cita Wolf e refere “critérios contextuais de produção de informação”, ou seja, fatores intrínsecos ao órgão de comunicação social e associados ao quotidiano do jornalista e àquilo que o próprio sente em determinado momento do seu dia de trabalho, com impactos no seu processo de seleção e filtragem de informação: “disponibilidade, equilíbrio, visualidade, concorrência e dia noticioso” (Lopes, 2010, p. 10).

Um estudo de Warren Breed, citado por João Carlos Correia (2011, p. 85), aborda este segundo ponto, com uma questão-chave: “Como é mantida a orientação política apesar de muitas vezes transgredir as normas jornalísticas, de muitas vezes os jornalistas discordarem dela, e de os executivos não poderem legitimamente ordenar que ela seja seguida?”.

2.3. Enquadramento legal dos órgãos de comunicação social portugueses

Em Portugal, o Artigo 17.º da Lei da Imprensa obriga todos os órgãos de comunicação social a publicarem o seu estatuto editorial, em consonância com os princípios deontológicos da profissão, a ética profissional dos jornalistas e a boa-fé dos leitores/ouvintes/espectadores. Embora comumente mais associado aos jornais impressos (obrigados, aliás, a publicá-lo uma vez por ano na edição em papel), também para as televisões e as rádios o estatuto editorial é um documento orientador fundamental. À luz da tese de Breed (1993),

o estatuto editorial guia o jornalista e auxilia-o na construção das notícias; no entanto, há outros fatores que é preciso ter em conta e que contribuem igualmente para o ângulo da notícia. Conta-se aqui a cultura jornalística, apreendida “por osmose” e no seio da redação, e o facto de os jornalistas serem também donos de alguma

autonomia, que se pode sobrepor às regras e estruturas existentes. (Araújo & Lopes, 2014, p. 89)

Em conformidade com as leis que regem o setor da comunicação social em Portugal, existem igualmente ferramentas ao dispor do cidadão comum para este ser e ter uma voz. Exemplo maior será a instituição do direito de resposta, regulado pelo Artigo 24.º da Lei de Imprensa.

Em Portugal, do ponto de vista organizacional, os órgãos de comunicação social de natureza confessional encontram-se organizados em associações que os representam, fazendo jus à “organização da comunidade religiosa” referida por James Carey.

Para defender direitos e centrar posições comuns e resolver problemas em conjunto, surge a Associação de Imprensa de Inspiração Cristã¹² (AIC). Com os seus primórdios a remeterem para o pós-25 de Abril de 1974, foi fundada apenas em 1993 e teve a sua primeira assembleia-geral em julho desse ano. Até ao momento, conta com 28 assembleias-gerais, uma por cada ano desde a fundação.

Em 1991, nasceu, em Fátima, a Associação das Rádios de Inspiração Cristã (ARIC)¹³, da qual faz parte a Rádio Renascença, um dos elementos fundadores, à qual se juntaram mais 30 rádios. Hoje conta com 70 membros.

Em 1994 surgiu a Federação dos Meios de Comunicação Social de Inspiração Cristã¹⁴ (NOVA). A aparente redundância entre estas três entidades fica patente na “Equipa Nacional” da NOVA, cujos cargos de assembleia-geral, direção e conselho fiscal são repartidos entre a Universidade Católica Portuguesa, a AIC, a ARIC e a própria Rádio Renascença.

Toda a legislação aplicável ao setor da comunicação social em Portugal encontra-se disponível no site do Parlamento português¹⁵.

2.4. As teorias do *agenda-setting* e do *gate-keeping*

A criação e publicação das notícias inevitavelmente condicionará a perceção que o público terá sobre a importância, ou falta dela, dos acontecimentos. Podemos metaforizar esta ideia e imaginar todos os acontecimentos não filtrados em cima de um palco às escuras. O público não vê nada, pois os holofotes estão todos desligados. São os jornalistas, porém, que detêm o controlo dos holofotes e quem define aquilo que é visto, ou não, e, se sim, com que intensidade.

¹² Disponível em <http://aiic.pt/>

¹³ Disponível em <http://www.aric.pt/index.php>

¹⁴ Disponível em <http://www.anuariocaticoportugal.net/default.asp>

¹⁵ Disponível em https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/Leis-area_ComunicacaoSocial.aspx

A esta perspectiva, tratada como a hipótese do *agenda-setting*, corresponde a ideia de que os órgãos de comunicação social têm a capacidade de definir, na ótica do público, o que é ou não importante. Apesar de ainda haver discussão em torno do conceito de *agenda-setting* — há também desacordo em relação à ideia de esse conceito ser já um dado adquirido (teoria) ou apenas uma crença de que é algo com impactos no jornalismo (hipótese) (Mendonça & Temer, 2015) —, não é nessa discussão propriamente dita que nos iremos concentrar. Encararemos esse conceito como teoria já implementada nos estudos de jornalismo e com efeitos práticos nas rotinas jornalísticas.

McCombs (citado em Mendonça & Temer, 2015, p. 199) refere que “a agenda dos média se torna, em boa medida, a agenda do público”. Ou seja, as pessoas tendem a considerar como tema importante aquilo que os média noticiarem. Nas palavras de Carlos Eduardo Franciscato, “o produto jornalístico funciona (...), para o leitor, como um indicador relativamente seguro dos fatos sociais mais recentes, oferecendo um sentido de imediaticidade dos fatos” (Franciscato, 2000, p. 13).

Definindo a agenda pública e atuando como “presentificação de um futuro próximo”, a atividade jornalística “representa a situação em que os leitores dependem dos conteúdos jornalísticos como ‘roteiros’ de questões ou formas de sua abordagem para que consigam se envolver com as questões e processos sociais propriamente ditos” (Franciscato, 2000, p. 15).

Apesar de se dar como provada a correlação existente entre a agenda dos órgãos de comunicação social e da agenda do público, e sendo um tema sobre o qual a discussão ainda não se encontra encerrada, a única dúvida que resta é, segundo Formiga (2015, p. 200), a definição dos limites do *agenda-setting*.

Ao processo de construção de notícias está associada, além da teoria do *agenda-setting*, também a teoria do *gate-keeping*. As duas não se excluem mutuamente. Antes, pelo contrário, complementam-se. A teoria do *gate-keeping*, surgiu pela primeira vez em 1947 (Correia, 2011). Com o avanço dos estudos, depressa se estabeleceu um paralelismo entre o conceito de *gate-keeping* e o processo noticioso. Este conceito explica-se com a “sucessão de escolhas processadas ao longo de várias fases, desde a receção dos *takes* das agências, passando pelo processo de decisão editorial” (2011, p. 81). Aqui têm impacto, naturalmente, os critérios editoriais de cada órgão de comunicação social. Cada interveniente pelo qual a notícia passava funcionaria como um juiz, que decidiria se a notícia devia ou não ser publicada — uma espécie de porteiro com poder de veto sobre quem passa pelo portão.

Com o avanço das investigações e estudos em torno da teoria do *gate-keeping*, este conceito “expandiu-se e o primeiro *gate-keeper* passou a ser a fonte de onde a história emana, sendo o último o próprio leitor”, esse sim com o poder final de decisão. Que, em última instância, pode passar por decidir

“não ser informado sobre qualquer tópico específico selecionado por *gate-keepers* anteriores” (2011, p. 83).

Eduardo Meditsch acrescenta que, do ponto de vista institucional, “cada nível hierárquico funciona como um *gate-keeper* das informações e orientações estratégicas que vem do topo da organização. Desta forma, quanto mais alto o nível, mais serão explicitadas as razões empresariais. Nos níveis mais baixos, onde os interesses pessoais e os valores profissionais podem contrapor-se mais diretamente àquelas razões, já não chegam estas informações, mas apenas as determinações práticas que delas decorrem” (Meditsch, 1999, p. 74).

2.5. No mundo e em Portugal, o percurso conjunto da comunicação e da religião

A comunicação, em sentido lato, sempre esteve presente na vida das religiões. Aliás, historicamente, a religião vive da comunicação. As maiores da atualidade não teriam conseguido tanta implantação (do ponto de vista da “angariação” de fiéis) se não tivessem tido sempre, ao longo dos séculos, uma forte componente comunicativa.

Daniel Stout e Judith Buddenbaum, dois especialistas americanos em comunicação (Buddenbaum já trabalhou como repórter de religião), contextualizam a realidade americana e referem que, antes do ano de 1900, a relação entre os média e a religião era controversa e sensível. Em 1830, a religião ocupava um espaço semelhante ao de outros assuntos da vida quotidiana, como a agricultura ou negócios. (Stout & Buddenbaum, 2009).

Uma rutura deu-se no século XX, quando “os interesses económicos e o desejo de atrair investidores publicitários reduziram a proeminência da religião na imprensa diária” (Stout & Buddenbaum, 2009, p. 2), relegando-a para publicações semanais e localizando os assuntos de religião em páginas mais “escondidas”.

De qualquer forma, quer do ponto de vista intrinsecamente religioso, quer do ponto de vista da comunicação com o público, “a comunicação não só é fundamental para as religiões, como é o garante da sua existência” (Douyère, 2017). Basta pensar que a Bíblia foi o primeiro livro a ser impresso e continua a ser o livro mais lido de sempre. Com efeito, “as raízes que entrelaçam as religiões cristãs modernas e a sociedade de informação podem ser atribuídas à invenção da imprensa até ao surgimento da ideia de informação” (Schement & Stephenson, 1996, p. 266). O que nos interessa aqui, porém, é a comunicação do ponto de vista da comunicação “externa” – a igreja a falar para fora de si, a falar com as pessoas, sejam fiéis ou não –, ou seja, olharmos para a comunicação da igreja enquanto relação desta com “programas de comunicação, suportados por um modelo económico projetado para tocar,

informar e acompanhar uma audiência” (Douyère, 2017). Ou seja, órgãos de comunicação social, tal como os conhecemos hoje.

Como corroboram Jorge Reina Schement e Hester C. Stephenson (1996), “a religião organizada sempre dependeu dos média de alguma forma”. A grande aposta da Igreja na comunicação social, e na sua própria comunicação, surgiu nos anos 60 do século XX, com o decreto “Inter Mirifica” (em tradução livre, “todas as maravilhas”), aquando do Concílio Vaticano II¹⁶. É um documento ainda hoje de referência, lembrado por exemplo no Dia Mundial das Comunicações Sociais, celebrado anualmente (Douyère, 2017).

Já referido no ponto 3.2. (“Linha e estatuto editoriais: orientações, constrangimentos, filtros”), o Vaticano publicou, em maio de 1971, por “expresso mandato” (Rocha, 2011) do Concílio Vaticano II, o “Communio et ProGRESSIO”. Publicado no V Dia Mundial da Comunicação Social, durante o pontificado do Papa Paulo VI, este documento é dirigido diretamente aos órgãos de comunicação social de todo o mundo. Exemplo disso

são constantes os termos e as expressões que fazem parte do diálogo entre profissionais da comunicação social: “acesso às fontes” (33); “afluência de notícias” (37); “notícia tem de ser dada rápida” (38); “inédito - concorrência com outros meios de comunicação social” (39); “direito à informação” (42); “liberdade de comunicar” (43); “publicidade” (59); “formação profissional” (71); “grandes investimentos para os instrumentos de comunicação” (80).¹⁷ (Rocha, 2011)

Para ultrapassar aquilo que Francisco Sarsfield Cabral apelida de “incompreensões mútuas”, advindas de uma “visão destorcida dos problemas” veiculada pela imprensa (Cabral, 2002, p. 106), a Igreja foi, também fazendo, como vimos, o seu trabalho de casa, nomeadamente ao longo da segunda metade do século XX, na sequência do Concílio Vaticano II. “A Igreja Católica investiu fortemente no digital, tanto para a sua própria comunicação como em ferramentas de informação. Note-se o portal news.va, o site oficial do Vaticano, a Rádio Vaticano ou o L’Osservatore romano” (Douyère, 2017).

Documentos como a Inter Mirifica e a criação de diversos meios oficiais de comunicação representaram – e representam – passos importantes para a melhoria da comunicação entre fontes e jornalistas.

Em Portugal, na situação específica da relação entre os média e assuntos religiosos e do tratamento destes por aqueles, o jornalista António Marujo descreve um cenário negro. No texto “Porque

¹⁶ O “Decreto Inter Mirifica sobre os meios de comunicação social” foi aprovado a 4 de dezembro de 1966 pelo Papa Paulo VI e constitui um importante documento sobre os problemas e preocupações da igreja com a comunicação social. Está disponível em http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19631204_inter-mirifica_po.html.

¹⁷ Os números entre parênteses representam as alíneas do “Communio et ProGRESSIO”.

(não) há espaço nos media para o religioso” (2009), o jornalista mostra que, no ano anterior, a Agência Lusa produzira 166 140 peças jornalísticas, das quais apenas 1157 eram sobre questões religiosas – o que equivale a 0,71%. Especializado em assuntos religiosos, Marujo alerta que “a abordagem jornalística fica-se muitas vezes pelo lado mais institucional (...) e raramente pelo lado mediaticamente mais inesperado ou aprofundado” (2009, p. 16). Isto é, há um parco e deficiente tratamento jornalístico no que diz respeito a temas relacionados com a religião.

Efetivamente, alguns autores, como Maria José Pou Amérigo, alertam para aquilo a que podemos chamar dificuldades de relacionamento entre o jornalismo e a religião. No mais das vezes, os acontecimentos religiosos englobam ligações a um mundo das ideias e noções abstratas, que convocam a existência de um ser divino. Não se trata frequentemente de matérias factuais ou palpáveis (Pou Amérigo, 2008) – aquilo com que os jornalistas mais estarão habituados a lidar. Ao longo da história, foi socorrendo-se da comunicação que as religiões tornaram esses aspetos mais abstratos em “aceitáveis” para os crentes. (Douyère, 2017). Em brincadeira, o filósofo Jacques Derrida dizia que a religião tornava os crentes em jornalistas. O problema surge também quando nem os crentes se disponibilizam para serem jornalistas – evangelizadores – da sua própria religião.

É nesse sentido que a subdiretora de informação da Rádio Renascença, em 2009, no texto de António Marujo “Porque (não) há espaço nos média para o religioso”, dizia que, numa perspetiva estrutural, estamos perante “as primeiras gerações sem referências religiosas e de jornalistas sem preparação para cobrir o religioso” (Marujo, 2009, p. 20).

Este “receio geracional” evidenciado por Graça Franco parece ser o culminar de uma visão de sociedade apresentada por alguns investigadores, um dos quais, James Carey, não deixa de sublinhar o papel relevante dos média para a religião.

James Carey advoga que nós, provindos do Renascimento e da época das Luzes, daí recebemos heranças preciosas – das quais destaca a democracia moderna (Carey, 2009). Ao mesmo tempo, diz sermos uma sociedade com uma “disposição quase congénita” para ver a religião como atávica e dispensável. “Mesmo no seio de movimento intelectuais recentes, é moda acreditar que a religião é desnecessária porque os vínculos sociais das nações são puramente racionais e baseados num enquadramento económico de custos, preços e serviços”. (Carey, 2009, p. 1)

Ao nível científico e de investigação académica, há também autores defensores de que a religião continua a ser um dos temas mais negligenciados. Num texto de 2008, Daniel A. Stout afirma que a religião “não beneficiou do mesmo nível de apoio institucional como antropologia cultural, filosofia ou sociologia da religião” (A. Stout, 2009, pp. 143, 144).

A julgar pelas figuras históricas referenciadas e pela linguagem abrangente e inclusiva, Carey não parece cingir-se à realidade americana. Daí partir para afirmar que, apesar da supremacia ainda e desde o Renascimento (séculos XIV, XV e XVI) dada à Razão, a religião não desaparece da nossa sociedade. Temos, aliás, com ela e entre nós uma espécie de contrato social, cujas evidências ainda perduram em “momentos liminares [como batizados, casamentos, funerais], de transição e de crise, bem como em ocasiões de Estado” (em que a igreja não deixa de estar presente, por exemplo através de uma bênção ritual).

Para o autor, professor de jornalismo internacional, é inegável que todas as sociedades estão fundadas em “contratos sociais de obrigação moral cuja linguagem deriva de tradições religiosas” (Carey, 2009, p. 1)

Pese embora este afastamento racional da religião, esta não só continua presente como readquiriu importância nesses contratos sociais e, conseqüentemente, na nossa vida quotidiana, mesmo que nem sempre nos apercebamos disso. É na religião que está uma parte significativa das justificações para muitos conflitos sociais, mas também para a solidariedade, e para crenças comuns, mas também visões discordantes do mundo (Carey, 2009).

É aí que James Carey convoca a importância dos media para consolidar a importância e significado da religião nos nossos dias: “Nenhum destes fenómenos religiosos pode ser compreendido sem referência aos meios de comunicação, que organizam a comunidade religiosa, incorporam crenças religiosas e criam uma memória coletiva e política modernas”. (Carey, 2009, p. 4).

A intangibilidade e sentido abstrato dos assuntos dotam a religião de uma “complexidade intrínseca”, dado tratar-se de um “aspeto com alto componente de interiorização” (Pou Américo, 2008), que obriga o jornalista, muitas vezes, a colocar-se na pele do outro, do crente. Pou Américo aponta uma pouca dedicação da igreja à profissionalização da comunicação, dizendo que, ao contrário do que acontece na administração e no mundo empresarial, “a presença de diretores de comunicação em entidades religiosas é escassa” (Pou Américo, 2008, p. 565). Isto faz com que seja difícil para os jornalistas identificarem acontecimentos relevantes e dignos de serem noticiados, a que se junta a falta de preparação que Graça Franco, atrás, previa. Importa sublinhar que essas palavras da então subdiretora de informação da Rádio Renascença foram proferidas há já 10 anos, o que nos conduz a pensar que a situação então prevista estará neste momento a ocorrer, porventura até de forma mais gravosa e acentuada face àquilo que se pensava em 2009.

Conjugados, estes dois fatores – a pouca profissionalização da comunicação na Igreja e a falta de preparação de boa parte da classe jornalística – podem resultar numa excessiva institucionalização da informação religiosa. Como refere António Marujo,

a abordagem jornalística fica-se muitas vezes pelo lado mais institucional da religião – e, mesmo esse, muitas vezes apenas naquilo que é mais previsível (a enésima posição do Papa sobre o aborto, por exemplo) ou conflitivo (questões relacionadas com o islão) – e raramente pelo lado mediaticamente mais inesperado ou aprofundado. (Marujo, 2009, p. 16)

Num artigo de opinião publicado no jornal *Público* em setembro de 2018, António Marujo expressava grande indignação face à forma como “algum jornalismo” cobria os casos de abusos sexuais no seio da Igreja Católica. Responsável por “lugares-comuns, equívocos e preconceitos”, a falta de rigor consubstanciava-se num jornalismo “inquisidor-mor medíocre, que condena sem julgar, que se instala em lugares-comuns e conclusões prévias, em vez de cumprir a sua missão de investigar a verdade” (Marujo, Teimosia católica, jornalismo inquisitorial, o Papa, os abusos e o fascismo, 2018).

Para rematar, Jorge Wemans, também citado por Marujo, refere que “há uma profunda ignorância e uma muito profunda inconsciência dessa ignorância, indicadora da incapacidade generalizada de pensar o fenómeno religioso”¹⁸. Pou Amérigo partilha da opinião de António Marujo, dizendo que, de uma forma geral, a vida religiosa não tem tratamento jornalístico à exceção do que for negativo. Um ponto muito relevante que a autora espanhola sugere é uma suposta contradição entre o que acontece no seio da Igreja e os critérios de noticiabilidade. As rotinas da Igreja não coincidem com as de outros órgãos, instituições ou entidades, cujo dinamismo e enraizamento da comunicação institucional/corporativa contrasta com os modos de relacionamento da Igreja com os média. Do ponto de vista jornalístico, exigências do dia a dia como a atualidade, a procura por dados novos e um registo de escrita conciso mostram-se, na sua opinião, incompatíveis com a vida da Igreja (Pou Amérigo, 2008, p. 568).

Do outro lado da moeda está a própria Igreja, pouco ou mal preparada, segundo António Marujo, para a realidade jornalística: “as religiões continuam a ignorar algumas regras básicas de funcionamento da comunicação social”, como sejam a ausência de porta-vozes ou a falta de serviços profissionais de comunicação bem dotados (Marujo, 2002).

¹⁸ A propósito da falta de experiência/conhecimento sobre assuntos religiosos, importa lembrar, por exemplo, a capa e manchete do jornal *Público* de 23 de fevereiro de 2016: “Horas depois da posse, Marcelo assiste a missa ecuménica em mesquita”. Mais tarde, o jornal corrigiu para: “Marcelo participa em celebração inter-religiosa na Mesquita de Lisboa no dia da posse”.

Com uma perspectiva mais equilibrada no que diz respeito à relação entre religiões e jornalistas, Francisco Sarsfield Cabral, jornalista na Rádio Renascença, encara a religião como um tema tão normal como os outros. Apesar de haver nuances que podem torná-la num tema de tratamento mais delicado, o foco deve, na sua opinião, ser maior no desempenho dos profissionais do que nos temas a abordar. Com efeito, diz, “a prática jornalística e as religiões, não tem nada de muito especial em relação à prática jornalística em geral – ao jornalismo e a política, o jornalismo e a economia, o jornalismo e a cultura (...). “Mas há jornalismo bom e jornalismo mau” (Cabral, 2002, p. 105).

2.6. Religião: um tema como os outros? O jornalismo especializado

Um ponto a favor do bom jornalismo de religião é a prática de as redações terem jornalistas especializados. As que não os têm estarão mais suscetíveis de seguirem o chamado “jornalismo tabloide, mais sensacionalista” (Cabral, 2002, p. 106). É esse tipo de jornalismo que, como dizia Pou Américo, se foca mais no negativo.

Sobre a existência de jornalistas especializados, Sarsfield Cabral lembra, no texto de 2002, a reticência que pairava há algumas décadas no setor, em que se defendia que um jornalista “era, por natureza, um generalista”, que “tratava de tudo”. Hoje o panorama mudou e, permitindo-o a condição financeira, muitos órgãos fazem questão de ter jornalistas especializados nalgum assunto.

Ao longo dos últimos 20 anos, pelo menos, a sociedade conheceu, viveu e vive os avanços das novas tecnologias de informação e comunicação. À medida que o tempo passa, verdade seja dita, vai deixando de fazer sentido adjetivar de ‘novas’ tecnologias que já estão cimentadas e enraizadas na sociedade. Num texto de 2005, Ana Carolina Abiahy salvaguarda que esses avanços não tornaram o acesso à informação mais democrático; antes apenas “nunca tivemos tanta informação disponível quanto agora” (Abiahy, 2005, p. 1).

No jornalismo, a autora paraibense questiona os impactos que tudo isto tem no jornalismo especializado. Com uma multiplicidade cada vez maior de formas de aceder à informação (canais de televisão, pagos ou não, presença dos órgãos de comunicação social na internet), cai-se no risco do ruído.

A função atribuída aos jornalistas de informar o que seja de relevância para a sociedade não se vem alterando significativamente ao longo do tempo? A lógica de informar o que o público precisa saber não vem sendo substituída pela lógica de informar o que o público quer saber? (2005, p. 5)

Com o advento da internet e do mundo na palma das mãos, o público segmentou-se, agrupando-se em comunidades que partilham os mesmos interesses. Isto despertou a necessidade de o jornalista

personalizar o seu perfil: “É algo evidente quando verificamos o aumento das publicações especializadas, especialmente revistas, além dos suplementos diversificados presentes nos jornais” (Abiahy, 2005, p. 5). A internet, aliás, fez e faz com que muita informação seja publicada sem filtros: “É como se o poder do jornalista como formador de opinião fosse diminuído frente ao caráter interativo e virtual da tecnologia. A internet seria o sintoma mais evidente deste conflito. Na rede, a informação torna-se disponível, aparentemente, sem nenhum intermediário” (2005, p. 9).

Com a instantaneidade e a muito maior facilidade de acesso a informação, deparamo-nos amiúde com uma falta de exigência por parte dos leitores, facto cada vez mais presente, e preocupante, na sociedade atual. Orlando Raimundo, citado por Lopes, defende, curiosamente, que “o leitor é preguiçoso por definição”, sendo por isso função do jornalista preparar-lhe as notícias da forma mais concisa e simples que conseguir (Raimundo, s.d. p. 33, citado em Lopes, 2010, p. 15).

É uma escolha dos órgãos de comunicação social apostarem, ou não, em jornalistas especializados em determinada área. É um investimento na qualidade da informação produzida, mas que pode não estar ao alcance de todas as empresas mediáticas.

À análise de Graça Franco sobre estarmos perante as primeiras gerações de jornalistas sem referências religiosas (Marujo, 2009) e às dúvidas de Sarsfield Cabral sobre a competência profissional dos jornalistas e a relação com as suas fontes (Cabral, 2002), junta-se a visão de Ana Carolina Abiahy. Segundo a autora, e tal como preconizava já Francisco Sarsfield Cabral, o jornalista não é mais um “especialista de generalidades” e “a imagem do jornalista associado a conhecimentos gerais básicos não é a única perspetiva para este profissional” (Abiahy, 2005, p. 7). Adriano Duarte Rodrigues atesta a tese de Ana Carolina Abiahy:

Com a maturidade alcançada por estas profissões, a fase artesanal dá lugar à especialização e à cooperação entre especialistas. A própria complexidade técnica que se observa nos media torna inevitável esta especialização e esta cooperação. Cada uma das formações compreende assim outros aspetos gerais, específicos e profissionais próprios ao setor. (Rodrigues, 1997: p. 180, citado em Abiahy, 2005, p. 7)

Na sequência de uma investigação feita em Portugal por Jorge Pedro Sousa sobre o perfil do candidato a jornalista pretendido pelas direções dos órgãos de comunicação social¹⁹, as conclusões foram esclarecedoras: “Os cursos superiores não estão instituídos para atender satisfatoriamente às exigências

¹⁹ Artigo disponível aqui: <http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-odesejado.html>

do mercado”, comprovando a hipótese do investigador de que “a especialização é uma tendência crescente no mercado de trabalho do jornalista” (2005, p. 8).

As conclusões de Ana Carolina Abiahy são precisamente de que o jornalista especializado tende a valorizar os seus recetores “como pessoas com expectativa e interpretação própria das informações, ao invés de elaborar uma mensagem para a massa”. Para a autora, “o jornalista necessita, portanto, de uma preparação que contemple a especialização no mercado jornalístico. (2005, p. 26)

Como se dizia acima, Francisco Sarsfield Cabral, à semelhança de Pou Amérigo, assume que a religião é um tema especial:

Claro que a religião mexe com coisas muito profundas da pessoa. Naturalmente, quando estão em jogo essas questões é mais difícil, é mais delicado falar. Tratando-se das convicções íntimas de cada um, é preciso mais cuidado, mais sensibilidade, mais rigor. (Cabral, 2002, p. 106)

No entanto, a natureza alegadamente melindrosa do tema ‘religião’, explicada pelos dois autores, não representa, obviamente, uma legitimação ou justificação para que os assuntos sejam jornalisticamente mal abordados. Aliás, também noutras áreas, como a saúde, há dificuldades de relacionamento entre jornalistas e fonte. Essas dificuldades não podem ser ignoradas, mas todos os envolvidos devem compreender que é um trabalho conjunto: “Isto tem a ver com a competência profissional dos jornalistas mas também com a capacidade de abertura das instituições, neste caso da Igreja Católica” (Cabral, 2002, pp. 106, 107). António Marujo (2002) é da mesma opinião: “Mais importante do que ter páginas especiais ou programas específicos de carácter religioso, era que a comunidade e os agentes religiosos assumissem o religioso como um facto, um acontecimento a par das questões da saúde, da política, da economia, do desporto, da cultura”. É uma relação por vezes ambivalente, cujo poder, variável, tem de ser negociado.

Capítulo 3

Caminhos para a investigação: reflexão metodológica

Numa junção de métodos qualitativos e quantitativos, as escolhas metodológicas para esta investigação abarcam dois prismas. Por um lado, analisar o produto final da cadeia noticiosa – os noticiários. Por outro, ouvir, do topo à base, os responsáveis editoriais na redação.

3.1. Objetivos e questões de reflexão

Tendo como objeto central a reflexão sobre a experiência profissionalizante que representou o estágio curricular realizado na Rádio Renascença entre dezembro de 2018 e fevereiro de 2019, este relatório visa também refletir sobre os processos de produção noticiosa, com particular ênfase na influência que tem a propriedade católica da emissora no alinhamento editorial. Para isso, tomam-se como ponto de partida alguns episódios vivenciados durante o estágio, procurando-se aprofundar esta questão com um breve suporte empírico.

Assim, combinando métodos qualitativos e quantitativos, num primeiro momento, fez-se uma análise a um conjunto de noticiários da Rádio Renascença. Numa segunda fase, foram realizadas entrevistas exploratórias a vários profissionais da rádio, com responsabilidade e implicações diretas na conceção, construção e emissão dos blocos informativos. A análise e interpretação conjunta das duas formas de análise permitiram responder à pergunta de investigação que move o presente relatório: até que ponto a Igreja Católica influencia os critérios de noticiabilidade e o *newsmaking* da Rádio Renascença?

3.2. Os noticiários

A abrangência temporal da observação empírica corresponde ao tempo que durou o estágio curricular na rádio (três meses), pelo que, por cada mês, foi analisada uma amostra dos noticiários emitidos no horário das 18h. Para a construção deste recorte temporal, optou-se por considerar a

primeira semana do mês de dezembro de 2018 (entre os dias 3 e 7), por forma a afastar um eventual e possível enviesamento temático por conta do Natal. Relativamente a janeiro, foram analisados os noticiários emitidos entre os dias 14 e 18, correspondendo à segunda semana do mês, e, finalmente, em fevereiro, a análise recaiu sobre os dias 18 a 22, a terceira semana do mês. Resumidamente, a análise focou-se na primeira semana de dezembro, na segunda de janeiro e na terceira de fevereiro, uma opção que teve como principal preocupação obter uma amostra o mais variada possível, dentro da janela temporal do estágio.

Escolheu-se o noticiário das 18h pois é o que tem maior destaque em toda a tarde informativa da rádio, sendo também correspondente ao período horário durante o qual decorreu o estágio. Além dos três a quatro minutos com notícias de todos os domínios da atualidade, como qualquer outro bloco informativo, o das 18h inclui sempre mais destaques e análises aprofundadas a um ou dois assuntos em particular, prolongando-se o noticiário normalmente até cerca das 18h13.

Apesar de o acesso a estes noticiários transmitidos no passado ter sido facultado com facilidade, é importante sublinhar que não existe um arquivo de acesso público, o que torna sempre mais restrito o acesso e posterior análise a estes conteúdos. No meu caso, foi o facto de ter estagiado na rádio que me forneceu contactos diretos (logo, facilitados) aos responsáveis operacionais e técnicos pelo arquivo da rádio.

Pedido o acesso aos noticiários mencionados, fui informado de que do arquivo da RR não constavam os noticiários das 18h de 3 de dezembro de 2018 e de 21 de fevereiro de 2019. Questionado sobre essa ausência do arquivo, o assistente de informação Paulo Teixeira informou que, nesses dias, poderia ter havido, por exemplo, a transmissão de um jogo de futebol, ou outro evento pontual coberto pela rádio. Nesses casos, explicou, os noticiários que intermediarem a transmissão do evento não são elaborados nem, conseqüentemente, emitidos. Por esse motivo, o número total de noticiários a analisar desceu para 13, em lugar de 15. Dado o intervalo de tempo entre a emissão dos noticiários (dezembro de 2018 e fevereiro de 2019) e a data em que os ficheiros de áudio foram pedidos (junho de 2019), não era possível, por questões óbvias de memória, encontrar uma justificação clara para essa lacuna.

Na análise aos 13 noticiários definidos para esta amostra, procurou-se identificar as notícias sobre religião e as respetivas temáticas e, por outro lado, categorizar as fontes de informação associadas a estas notícias. Para a classificação das fontes de informação foi utilizada a categorização proposta por Manuel Pinto. O professor da Universidade do Minho sugere a seguinte tipificação (2000, p. 3):

- segundo a natureza: fontes pessoais ou documentais;
- segundo a origem: fontes públicas (oficiais) ou privadas;

- segundo a duração: fontes episódicas ou permanentes;
- segundo o âmbito geográfico: fontes locais, nacionais ou internacionais;
- segundo o grau de envolvimento nos factos: oculares/primárias ou indiretas/ secundárias;
- segundo a atitude face ao jornalista: fontes ativas (espontâneas, ávidas) ou passivas (abertas, resistentes);
- segundo a identificação: fontes assumidas/explicitadas ou anónimas/confidenciais;
- segundo a metodologia ou a estratégia de atuação: fontes pró-ativas ou reativas, preventivas ou defensivas.

O acesso aos noticiários da rádio não constitui um dado adquirido, ou não representa algo possível de obter sem intermediários. O acesso tornou-se facilitado dada a relação cordial, próxima e diária que foi sendo construída com os jornalistas e funcionários da rádio.

É importante sublinhar que a análise aos noticiários escolhidos não teve como objetivo fazer prova das intuições expressas neste relatório, mas apenas ilustrá-las.

3.3. As entrevistas exploratórias

Foi à luz do que recomendam Quivy & Campenhoudt que a segunda fase de análise consistiu em entrevistas exploratórias, úteis, segundo os autores, para “economizar perdas inúteis de energia e de tempo na leitura, na construção de hipóteses e na observação” (Quivy & Van Campenhoudt, 1992).

A propósito das entrevistas, e na linha do sugerido por Quivy & Campenhoudt, Alain Blanchet refere o que de curioso tem este método: é “a técnica mais evidente e a menos conhecida” (Blanchet et. al., 2013, p. 82). Não se trata de um método de mera reprodução daquilo que foi dito pelo entrevistado. A informação prestada pelo entrevistado ao entrevistador – que Alain Blanchet nomeia, respetivamente, de ‘B’ e de ‘A’ – será um processo alvo de análise e de interpretação.

O interesse na realização e análise de uma entrevista é de maior medida, em princípio, do entrevistador, uma vez que este pretende “extrair uma informação dos seus interlocutores para a explorar em fins externos à situação” (2013, p. 82). É o caso das quatro entrevistas de pesquisa/exploratórias anexas ao presente relatório.

Apesar de ser uma técnica “evidente” e antiga na investigação em Ciências Sociais, há “fraquezas” associadas. Desde logo, o facto de não existir nenhuma regra precisa ou única, escrita ou definida explicitamente nos manuais, que justifique e defina as condutas a seguir pelos entrevistadores (Røethlisberger & Dickson, 1943, citado por Blanchet, 2013). Não podendo estas “fraquezas” serem resolvidas com acuidade, o ónus fica, sugere Blanchet, nas mãos do entrevistador:

Como é que a entrevista exploratória compensa as suas próprias fraquezas? Essencialmente pelos serviços que ela própria presta; estes são importantes para o entrevistador quando considerando a riqueza heurística das produções discursivas obtidas pela entrevista, que ultrapassam largamente a do questionário arcaico. (2013, p. 86)

Nunca tendo estado em cima da mesa proceder à elaboração e aplicação de questionário, acreditando nas potencialidades do método de entrevista e crendo-me capaz de compensar as fraquezas intrínsecas a este método, estou ciente de que elas constituem a ferramenta com maior potencial para responder de forma cabal à pergunta de investigação deste relatório.

Numa primeira parte da análise aos resultados extraídos das entrevistas, foi propósito desta abordagem empírica entender de que forma a presença da Igreja Católica na RR influencia o dia a dia da informação. Em particular, que peso tem, que rotinas na redação são ou não alteradas e o volume de informação sobre religião trabalhada na rádio. As palavras-chave deste tópico são exatamente essas: peso, rotinas e volume.

Numa segunda parte, procurou-se, por outro lado, perceber os eventuais “silêncios” das notícias, perceber de que forma o filtro religioso funciona como *gate-keeper* aquando da produção de notícias e até que ponto a Igreja atua como “censuradora” ou “influenciadora” na abordagem a alguns assuntos. Ou seja, entender de que forma a matriz religiosa da RR acaba por silenciar e/ou impulsionar o tratamento de alguns assuntos ou temas e por definir os critérios editoriais.

Nesta perspetiva, as entrevistas procuraram os seguintes responsáveis da Rádio Renascença: a diretora de informação, Graça Franco, a chefe de redação de rádio, Eunice Lourenço, a redatora principal Aura Miguel (especialista em assuntos religiosos e jornalista com acreditação no Vaticano; além dela, apenas tem essa acreditação, em Portugal, o jornalista Octávio Carmo, da Agência Ecclesia) e Manuela Pires, jornalista atualmente na RR, mas que tem no seu currículo profissional também uma passagem pela TSF. A entrevista a esta jornalista foi, por esse motivo, entendida como útil para obter uma “comparação” entre o jornalismo exercido numa rádio privada não confessional, a TSF, e o exercido numa rádio de inspiração e matriz católicas, a RR.

Excluída desde o início estava a possibilidade de as entrevistas se realizarem por e-mail, por escrito. As aprendizagens e experiência obtidas nas várias unidades curriculares de Métodos de Investigação (quer na licenciatura, quer no mestrado), bem como as recomendações dos professores respetivos, invalidavam esse método. Com muito tempo para se refletir nas respostas dadas por escrito, uma entrevista por e-mail anularia por completo a espontaneidade e naturalidade que devem caracterizar o método de entrevista, quer do lado do entrevistado, quer do lado do entrevistador. Perder-se-ia, desde

logo, por exemplo, a possibilidade de interromper o entrevistado ou de lhe apresentar uma pergunta inicialmente não planeada mas que, no decorrer da conversa, podia revestir-se de grande importância. Aliás, uma entrevista deve ser isso mesmo: uma conversa. E não um interrogatório ou questionário escrito, respondido com tempo para pensar, refletir e investigar antes de responder efetivamente, quem sabe até com vários dias para ir escrevendo e alterando as respostas.

Desde o início do planeamento das entrevistas estive sempre em cima da mesa, por isso, que elas se realizassem via Skype, por uma questão de agilidade, rapidez e facilidade de contacto. No entanto, foi possível articular, em simultâneo com as quatro jornalistas, um dia e horários em que todas estivessem disponíveis. É verdade que o Skype permite manter a espontaneidade e naturalidade dos entrevistados. Mas não é menos verdade que o facto de as entrevistas se realizarem presencialmente anula de imediato qualquer efeito entrópico (como falhas na ligação de internet) que pudesse ser provocado em virtude da utilização de artefactos tecnológicos de comunicação.

Da direção de informação, passando por uma redatora principal, pela chefe de redação de rádio e chegando a uma jornalista com experiência profissional quer em rádios confessionais quer não confessionais, as jornalistas entrevistadas representam com propriedade uma boa parte da estrutura hierárquica da rádio. Daí que este instrumento de investigação constitua um privilegiado meio para entender como funcionam, do topo à base e à luz do que diz Eduardo Meditsch (1999), a integração, assimilação e cumprimento dos critérios e linhas editoriais da rádio.

Capítulo 4

Apresentação, análise e discussão de resultados

Com alguma surpresa quanto ao volume, reduzido, de notícias sobre religião presentes nos noticiários analisados, não pôde esta constatação deixar de ser, ela própria, inibidora de conclusões sobre os critérios de noticiabilidade na rádio. As entrevistas exploratórias, ricas em esclarecimentos e esclarecedoras quanto à influência daqueles critérios, lembram os “faróis” que os jornalistas têm diariamente como guia e que norteiam o seu trabalho.

4.1. Os noticiários

Os 13 noticiários foram prontamente disponibilizados pelo assistente de informação Paulo Teixeira. Como já referido e explicado na reflexão metodológica, não foi possível obter noticiários de dois dos dias escolhidos para a análise.

Ouvidos na íntegra os 13 blocos informativos, não foi possível ficar indiferente e admirado quanto ao diminuto número de notícias sobre religião ou que envolvessem essa matéria. O tema “religião” entrou no alinhamento do noticiário das 18h apenas duas vezes, uma no dia 20 e outra no 22 de fevereiro de 2019 (Tabela 1). Ainda assim, só o noticiário de dia 20 de fevereiro continha uma peça totalmente relacionada com a Igreja.

Data	N.º de notícias de religião	Temática	Tempo dedicado à notícia	N.º de fontes ouvidas
04/Dez	0	—	—	—
05/Dez	0	—	—	—
06/Dez	0	—	—	—
07/Dez	0	—	—	—
14/Jan	0	—	—	—
15/Jan	0	—	—	—
16/Jan	0	—	—	—
17/Jan	0	—	—	—
18/Jan	0	—	—	—
18/Fev	0	—	—	—
19/Fev	0	—	—	—
20/Fev	1	Cimeira convocada pelo Papa sobre abusos sexuais; entrevista de D. Manuel Clemente à Ecclesia	00:27 (introdução) + 02:07 (destaque) = 02:34 (1 minuto de declarações)	1
22/Fev	1	Crise na Venezuela	01:41	1

Tabela 1 - Análise aos noticiários da amostra escolhida

Após um separador publicitário e uma curta introdução por parte de um dos locutores/animadores (no caso das tardes da Renascença, à data do estágio, ou a Sónia Santos ou o Renato Duarte), e como habitual no noticiário das 18h, há lugar a destaques após o alinhamento “normal” de notícias. Um dos destaques desse dia 20 foi uma notícia respeitante a uma cimeira convocada pelo Papa para debater a problemática dos abusos sexuais no seio da Igreja Católica²⁰. O acontecimento teve menção nos destaques do noticiário e foi a notícia de abertura. Foi ouvido o Cardeal Patriarca de Lisboa e presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, D. Manuel Clemente, prestes a partir para Roma para participar na cimeira e encontrar-se com uma vítima de abusos sexuais por parte de um membro do clero. A RR utilizou parte de uma entrevista feita pela Agência Ecclesia, demonstrativo da simbiose existente entre as duas empresas mediáticas. Dos dois minutos e 34 segundos dedicados à notícia, as declarações de D. Manuel Clemente representam um minuto.

²⁰ Ler mais em <https://rr.sapo.pt/2019/02/18/religiao/cimeira-sobre-abusos-sexuais-perguntas-e-respostas/noticia/141513/>

Hesitei em contabilizar a notícia de dia 22 de fevereiro enquanto relacionada à Igreja porque ela, na verdade, no seu âmago, é sobre a crise humanitária na Venezuela. Porém, dado ter sido ouvida uma fonte diretamente ligada à igreja e com uma posição hierarquicamente alta, incluí-a.

Assim, da amostra recolhida, a segunda e última notícia sobre religião foi emitida dois dias depois da primeira, a 22 de fevereiro. O mote noticioso era a crise na Venezuela e as implicações que ela estava a ter na população daquele país. Muitas pessoas estavam em fuga para o Brasil através do estado de Roraima, fronteira terrestre com a Venezuela. Esse êxodo estava a dar origem a graves conflitos entre civis, militares, polícia e vários povos indígenas. Responsável por essa peça, o jornalista Pedro Mesquita decidiu ouvir o administrador apostólico de Caracas e cardeal arcebispo de Mérida, D. Baltazar Henrique Porras Cardozo. As declarações de D. Baltazar Porras têm 41 segundos, num total de duração da peça de um minuto e 41 segundos.

Relativamente às fontes veiculadas nas duas peças jornalísticas, e utilizando a escala de tipificação proposta por Manuel Pinto (2000), constatamos que as duas utilizadas nas duas notícias não evidenciam diferenças de maior entre si.

Data	Natureza da fonte	Origem	Duração	Âmbito geográfico
04/dez	—	—	—	—
05/dez	—	—	—	—
06/dez	—	—	—	—
07/dez	—	—	—	—
14/jan	—	—	—	—
15/jan	—	—	—	—
16/jan	—	—	—	—
17/jan	—	—	—	—
18/jan	—	—	—	—
18/fev	—	—	—	—
19/fev	—	—	—	—
20/fev	Pessoal	Fonte oficial (presidente da Conferência episcopal portuguesa)	Fonte permanente	Fonte local
22/fev	Pessoal	Fonte oficial (administrador apostólico de Caracas, cardeal arcebispo de Mérida)	Fonte episódica	Fonte local

Tabela 2 - Análise e tipificação das fontes (continua na página seguinte)

Data	Grau de envolvimento nos factos	Atitude face ao jornalista	Identificação	Metodologia
04/dez	—	—	—	—
05/dez	—	—	—	—
06/dez	—	—	—	—
07/dez	—	—	—	—
14/jan	—	—	—	—
15/jan	—	—	—	—
16/jan	—	—	—	—
17/jan	—	—	—	—
18/jan	—	—	—	—
18/fev	—	—	—	—
19/fev	—	—	—	—
20/fev	Fonte ocular/primária	Fonte ativa	Fonte assumida	Fonte pró-ativa
22/fev	Fonte indireta/secundária	Fonte ativa	Fonte assumida	Fonte pró-ativa

Tabela 3 - Análise e tipificação das fontes (cont.)

Ambas as fontes – o Cardeal Patriarca D. Manuel Clemente e o arcebispo de Mérida Baltazar Porras – são oficiais, ou seja, desempenham cargos de poder oficiais no seio da Igreja Católica (não na igreja “central”, no Vaticano, mas cada um no seu país de origem). Além de serem também fontes pessoais, já que o contacto foi diretamente à pessoa em causa, cada uma delas estava no local onde representa a sua instituição. No primeiro caso, D. Manuel Clemente em Lisboa e, no segundo caso, Baltazar Porras na Venezuela. Nenhuma das fontes considera a necessidade de não revelar a sua identidade e, manifestando uma atitude sempre pró-ativa, ambas contribuem para o esclarecimento da questão em causa.

Diferente de D. Manuel Clemente para D. Baltazar é, em primeiro lugar, a duração, no sentido da frequência com que o jornalista recorre às fontes.

O cardeal-patriarca de Lisboa é uma fonte permanente. Além de ocupar o cargo mais elevado do clero em Portugal, é o presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, a entidade representativa da Igreja Católica no país – e acionista da Rádio Renascença. D. Baltazar Porras, por seu lado, revela-se uma fonte episódica, dada a natureza muito específica do problema em virtude do qual foi chamado à antena da rádio. Por último, o que também diferencia as duas fontes é o grau de envolvimento nos factos. No caso em apreço, D. Manuel Clemente é uma fonte ocular/primária, já que seria um dos participantes na cimeira convocada pelo Papa. Por outro lado, D. Baltazar Porras, religioso, não tem envolvimento direto na questão política, ou seja, não tem poderes formais para intervir na situação ou representar o governo venezuelano.

Na possibilidade apesar de tudo nunca aventada de cingir esta investigação à análise de noticiários, os dados obtidos teriam permitido concluir que a influência da Igreja nos critérios de noticiabilidade da Renascença era praticamente nula. Num dos noticiários de maior destaque e audiência da rádio, apenas por duas vezes, num intervalo de tempo de três meses (na amostra escolhida), a religião surgiu como tema noticioso. Tal constatação contraria, como aliás o disse pela “surpresa” que manifestei logo no início deste ponto 4.1., uma intuição de partida. Não obstante a amostra ser curta em termos de janela temporal e em termos de número total de blocos noticiosos analisados, é importante referir que está em causa um dos noticiários de maior relevância da RR.

Adicionalmente, uma exclusiva análise aos noticiários não permite, por si só, inferir uma conclusão sobre outro dos objetivos centrais desta investigação: o eventual “silenciamento” noticioso de acontecimentos. Há, de facto, eventos que não foram noticiados, mas só foi possível aperceber-me disso pela experiência no terreno (descrita no capítulo 1). Só uma conversa com responsáveis editoriais da

rádio permitira perceber, em detalhe, os motivos que terão levado à exclusão desses eventos da cadeia informativa da RR.

4.2. As entrevistas

As quatro entrevistas exploratórias decorreram no dia 26 de setembro de 2019 na sede do Grupo Renascença Multimédia, na Quinta do Bom Pastor, na Buraca, em Lisboa. Foram entrevistadas, por esta ordem, as jornalistas Aura Miguel, Graça Franco, Eunice Lourenço e Manuela Pires.

A primeira das conclusões a retirar das entrevistas realizadas é de que a religião é uma base importante e de que os jornalistas, de uma forma geral, estão mal preparados para tratar assuntos de religião. As quatro jornalistas são consentâneas a concluir que, sim, a religião tem alguma influência no alinhamento informativo da rádio, mas não representa uma “Bíblia” para os jornalistas.

4.2.1. É a base, mas não é tudo. O papel da igreja no alinhamento informativo da Renascença

Se quisermos personalizar a Igreja Católica numa pessoa, essa será o Papa, que continua a ser um papel exemplificativo de poder absoluto, embora seja um cargo sujeito a eleição. Ao longo da sua vida profissional, Aura Miguel já conheceu, trabalhou, lidou e viajou com três Supremos Pontífices: S. João Paulo II (cujo pontificado decorreu de outubro de 1978 a abril de 2005, data em que faleceu), Bento XVI (de abril de 2005 a fevereiro de 2013, data em que resignou) e Francisco (de fevereiro de 2013 até à atualidade).

Enquanto jornalista com acreditação permanente no Vaticano, é seu objetivo “acompanhar tudo o que se passa com a Santa Sé e o Papa”, mas não só, porque “o horizonte do Papa é maior do que o próprio Papa” (Miguel²¹, 2019). Esse papel diferencia-a, naturalmente, dos demais colegas jornalistas com quem trabalha. Se Aura Miguel assume, por esse motivo, um papel diferente na redação da Rádio Renascença, assumirá a Rádio Renascença, pela sua índole católica, um papel diferente face aos demais órgãos de comunicação social? “Na minha perspetiva, sim”, mas sem “cancelar em nada a responsabilidade dos órgãos de comunicação social em ser-se honesto perante a verdade” (Miguel, 2019).

Repetida 11 vezes ao longo da entrevista, a palavra(-chave) para pesar o tema ‘religião’ face a outros é ‘discernimento’, um “discernimento editorial motivado pela fé católica”. Na perspetiva da

²¹ Entrevista a Aura Miguel, jornalista da Rádio Renascença especializada em religião e com acreditação permanente no Vaticano, anexo II, p. 56

jornalista, a rádio não deve tornar-se numa “bolha” ou numa “coisa exclusivamente religiosa”. Esse assunto é, simplesmente, algo veiculado pelo estatuto editorial da rádio, pelo qual cada jornalista tem de se orientar – e trabalhar em função disso mesmo. “Quem está à frente da linha editorial de cada noticiário sabe isso perfeitamente e, se tiver dúvidas, confronta com quem deve confrontar”, como o diretor, seu superior hierárquico.

Questionada concretamente sobre se o fator “religião” tem impactos no número de notícias produzidas, a resposta é “claro que sim!”, com a salvaguarda de que a RR não é “uma espécie de boletim paroquial a nível nacional” (Miguel, 2019). Há acontecimentos particulares e circunscritos (“uma ordenação, uma nomeação, um novo cardeal”, ...) que se tornam notícia, mas em relação aos quais é sempre importante discernir. “Não vamos perder – é mesmo assim! – tempo a falar de uma ou outra paróquia... A não ser que aí haja um acontecimento extraordinário. Esse discernimento está sempre presente” (Miguel, 2019).

As afirmações da vaticanista vão ao encontro das de Raquel Abecasis (mencionadas no capítulo 3): o religioso faz parte da matriz da rádio, mas a sua prioridade informativa ultrapassa o catolicismo. Se assim não fosse, concorda, a RR tornar-se-ia numa segunda Agência Ecclesia.

O estatuto editorial de um órgão de comunicação social é transversal a toda a atividade por ele exercida. Ou seja, ele deve ser seguido em todos os trabalhos produzidos e em todos os domínios da estação. No presente relatório, o foco principal são os noticiários, muito devido ao facto de ter sido a eles que eu me dediquei durante os três meses de estágio. Aura Miguel sublinha exatamente isso: “Há uma maneira de falar da religião – ou seja, da fé – sem ser nas notícias” (Miguel, 2019).

A diretora de informação da Rádio Renascença, Graça Franco, alinha pelo mesmo diapasão. E é exatamente dessa forma que começa a entrevista: “Somos uma rádio igual às outras com uma visão cristã do mundo. Mas é uma visão cristã do mundo que deve passar transversalmente na antena, ou seja, desde os nossos momentos de humor às nossas notícias” (Franco²², 2019).

A responsável editorial máxima pela informação do grupo remete igualmente para o estatuto editorial, que diz ser “clarinho que nem a água”. Confrontada com as afirmações de Raquel Abecasis (na altura, em 2009, sua “número dois” na direção de informação), não tem outra posição que não concordar: a prioridade informativa “ultrapassa e muito o catolicismo. É a nossa religião, mas a visão cristã é mais abrangente” (Franco, 2019). De facto, pese embora essa ser a face mais visível do trabalho de uma redação de rádio, o trabalho do jornalista não se esgota na edição dos noticiários. E se é certo

²² Entrevista a Graça Franco, diretora de informação da Rádio Renascença, anexo II, p. 67

que a religião não é constantemente o prato forte de cada noticiário, certo é também que a linha editorial de matriz religiosa não consiste numa espécie de lembrete permanente feito aos profissionais: “Tentamos que isso seja natural, não está escrito em nenhum papel, não há nenhum aviso afixado na redação. É uma coisa que nos é intrínseca, é o pano de fundo” (Franco, 2019).

Única das entrevistadas que fez menção direta ao facto de o acionista do grupo ser a Igreja Católica, a diretora de informação rejeita que isso seja motivo para que a rádio seja “a voz oficial da Igreja”. Tal como Aura Miguel também o disse, refere Graça Franco que a Renascença faz muitas notícias a partir dela, mas que “não é a Agência Ecclesia”. (Franco, 2019).

A chefe de redação Eunice Lourenço não utiliza a palavra ‘discernimento’, como a sua colega Aura Miguel, mas a ponderação que diz haver quanto aos critérios de noticiabilidade é a mesma. A também editora de política concorda que haja “diferenças” no alinhamento informativo da RR, todavia sempre salvaguardando que a religião “tem prioridade quando noticiosamente se justifica que tenha prioridade”. Sem dúvida que os assuntos religiosos são “mais tratados aqui” [na RR], mas tal advém do facto de “sermos a emissora católica” (Lourenço²³, 2019).

Enquanto chefe de redação e responsável pelos editores de turnos (tal como era o Sérgio Costa, durante o meu estágio na rádio; eram frequentes os telefonemas entre os dois para esclarecer dúvidas), as suas rotinas incluem também tarefas de coordenação. É nesse âmbito que, de quando em vez, lembra os seus colegas editores de turnos que “há determinado assunto que é importante entrar nos noticiários”, mas é tarefa não cinigida à religião: “Também faço isso com notícias de outros temas” (Lourenço, 2019).

Com experiência de rádio acumulada e dividida entre uma rádio não confessional, a TSF, e uma confessional, a RR, a jornalista Manuela Pires concorda que a temática religiosa pode ter “prioridade” face a outros temas, “mas não é a base” e “não é por ser religião que entra” (Pires²⁴, 2019). Manuela Pires dá o exemplo (recente à altura da entrevista) da colega Aura Miguel que ouvira a oração do Angelus do domingo anterior. Não tendo a colega encontrado motivos de notícia, nada foi noticiado, apesar de ser o próprio Papa o autor das orações, as quais algumas vezes contêm reflexões importantes sobre diversos assuntos da sociedade mundial. Ou seja, “o que é notícia é notícia, o que é atual é atual”, independentemente de quem proferir as declarações, conclui Manuela Pires.

É até, diz, do ponto de vista da receção (ou seja, da audiência) que melhor se notará as diferenças, face a outras rádios, na informação da RR (por ela pertencer à Igreja) do que os próprios

²³ Entrevista a Eunice Lourenço, chefe de redação de rádio e editora de política da Rádio Renascença, anexo IV, p. 76

²⁴ Entrevista a Manuela Pires, jornalista da Rádio Renascença, anexo V, p. 81

jornalistas que lá trabalham: “Eu não noto que trabalho numa rádio católica. (...) Sabemos para onde trabalhamos, mas não venho para aqui a pensar todos os dias que vou trabalhar para a rádio católica” (Pires, 2019).

4.2.2. A Igreja enquanto *gate-keeper* da informação. Os temas chamados “fraturantes”

Escrever este relatório de estágio levou-me, naturalmente (não fosse esse o mote de investigação) a uma reflexão constante do papel da Igreja enquanto influenciadora dos critérios de noticiabilidade da rádio. Um dos paradigmas dessa influência é, para mim, a tomada de posição da rádio em matérias que dividiram, e/ou ainda dividem, a sociedade portuguesa. É o caso a interrupção voluntária da gravidez e da eutanásia.

Em Portugal, a legalização do aborto foi referendada em 2006 e, à época, a Rádio Renascença tomou uma posição: era e é contra. Não surpreendeu nem surpreende ninguém. Na entrevista anexa, a atual diretora de informação fez questão de sublinhar que “somos assumidamente pró-vida, ou seja, temos, em matérias como aborto e eutanásia, uma posição clara” (Franco, 2019). De uma forma transversal, o estatuto editorial é claro, posição resumida na última alínea da área “Formação” do ponto 4: “Contribuir para a reflexão sobre o valor e o sentido da vida, na perspetiva cristã” (ver anexo I).

Graça Franco não demora a dizer que na Renascença não existem temas tabu, silêncios forçados ou assuntos relativamente aos quais a rádio fique um pouco “de pé atrás” em noticiar. Cita o Papa emérito Bento XVI para criticar quem “dedica muito tempo a esse tipo de questões”, reduzindo “aquilo que é relevante”: “Eu vou a qualquer lado e parece que a única coisa que querem saber é o que eu [Bento XVI] penso dos homossexuais, se vou ou não mudar a legislação dos padres casados...”. São questões que, tal como o aborto ou a eutanásia, “não afetam em nada a fé dos fiéis, porque é uma questão de pura disciplina!”. A tomada de posição editorial da rádio aquando do referendo ao aborto mais não foi do que uma lembrança, apenas “para que não houvesse nenhuma dúvida” (Franco, 2019).

Instada a mencionar algum assunto relativamente ao qual pudesse ter havido reticência em noticiar, Eunice Lourenço diz taxativamente que “não, não há assuntos que a rádio não possa tratar” (Lourenço, 2019). A remissão para a “carta de princípios” (leia-se, o estatuto editorial) da rádio é imediata, sem esquecer os princípios pró-vida veiculados pela igreja católica: “Temos sempre de dar o ponto de vista da Igreja ou da Doutrina Social da Igreja” (Lourenço, 2019).

Mais institucional, para a vaticanista Aura Miguel são óbvias as tomadas de posição da Igreja sobre essas chamadas questões “fraturantes”:

Se saem legislações em relação a estes assuntos, nós damos a notícia e pedimos comentários. (...) Depois há uns espaços editoriais – chamamos aqui a 'nota de abertura' – e esse espaço não é jornalístico, é uma tomada de posição editorial da casa. Mas em termos jornalísticos, fazemos debates, sim. Não sou diretora de informação, mas jogo-me nas coisas que informo. (...) A emissora católica tem o dever de esclarecer qual a posição da igreja sobre o assunto. Muitas vezes acontece, sobre as questões chamadas fraturantes, perguntarmos a quem de direito (um representante da igreja: um bispo, um padre, um teólogo, às vezes é o nosso assistente aqui) que explique qual é a posição da igreja sobre o assunto. Acho que isso é útil e para isso é que esta rádio existe. (Miguel, 2019)

Exatamente na mesma posição está Manuela Pires, para quem está fora de questão constituir uma surpresa ouvir e saber a posição da rádio em relação a esses temas. A jornalista vai mais longe e critica os órgãos de comunicação social que, pelo contrário, optam por não se posicionar, com prejuízo para a audiência:

O pior é alguns outros jornais, de grupos económicos, que podem fazer passar a mensagem, sem se posicionarem. Aqui, as pessoas sabem ao que vêm, sabem o que a igreja defende. Não estão à espera que a RR omita a posição da igreja, mas também não dê o outro lado. (Pires, 2019)

A existência de eventuais silêncios é também uma “questão editorial” sujeita a uma gestão, diz, ressaltando ser também importante “saber como a Igreja comunica e a facilidade que tem ou não de, em tempo útil, esclarecer as coisas, o que eu julgo ser ainda difícil para eles” (Pires, 2019).

Uma das perguntas colocadas à diretora de informação da rádio prendeu-se com um dos episódios que vivenciei durante estágio: a ocasião em que o editor Sérgio Costa me disse que não se noticiaria nada sobre a alegada “censura” da Porto Editora a um poema de Álvaro de Campos (ver o ponto 2.3.1.). Questionada sobre isso, Graça Franco refere que “está fora de causa a gente utilizar linguagem grosseira. Não há, ou não deve haver, palavrões”. As razões por detrás disso, porém, não são religiosas, antes apenas uma questão de “qualidade”. Sobre a questão em particular do poema no manual de Português, a antiga jornalista do *Público*, *Diário de Notícias* e TVI considera “muito bem que a Porto Editora tenha tido o cuidado de retirar do poema o que considerou não ser uma linguagem própria para a classe etária ou para a preparação dos alunos” (Franco, 2019).

4.2.3. O jornalismo religioso enquanto especialização. O reflexo da formação pessoal no trabalho desempenhado

Paredes meias com a sede da Conferência Episcopal Portuguesa desde que se mudou para a Quinta do Bom Pastor, a relação da Rádio Renascença com a Igreja Católica é umbilical. O mesmo sucede para com a Agência Ecclesia, de quem a RR se alimenta em grande medida.

“Nós temos imensas fontes para a minha área”, refere Aura Miguel. Além disso, os vaticanistas recebem muita informação em primeira mão, como, “diariamente, com embargo, os discursos que ele [o Papa] vai fazer” ou “a agenda dele desse dia”, informação à qual se juntam os “cada vez mais sites e outros meios de informação que aprofundam o que se passa”. Destaque feito para o Vatican News, que vi ser utilizado amiúde durante o meu estágio e que “tem um instrumento triplo: agência, rádio e vídeo” (Miguel, 2019).

Também Eunice Lourenço diz ter “algum contacto com fontes oficiais”, mesmo que possa não ser ela a tratar diretamente algum assunto. Catequista na zona de Lisboa, é também do contacto diário com as pessoas que Eunice Lourenço obtém parte da informação que posteriormente trata na redação, para “por um lado, fugir à institucionalização” e “por outro, por estar no terreno” e se aperceber “de coisas que são institucionais mas que ainda não noticiámos” (Lourenço, 2019).

Lourenço recusa que a religião seja, em si, um tema de abordagem sensível e coloca o ónus da questão no próprio jornalista, muitas vezes “com completa falta de cultura religiosa” e “falta de sensibilidade para o assunto”. É importante não confundir saber-se de religião com ser-se religioso, de tal forma que

como uma pessoa se prepara para ser jornalista de economia, também se deve preparar para escrever ou falar de religião. Como deixámos de ter, na grande maioria dos órgãos de comunicação social, jornalistas especializados ou dedicados exclusivamente à religião, muitas vezes estão a tratar desses temas jornalistas que não sabem sequer os termos corretos. (Lourenço, 2019)

De facto, o jornalismo especializado em religião já conheceu dias melhores em Portugal, como reconhecem as quatro entrevistadas.

Foi a própria Graça Franco a reconhecer, em 2009, que surgiam então as primeiras gerações de jornalistas sem preparação para o religioso, cenário que diz ser “cada vez pior” (Franco, 2019). As declarações de há 10 anos haviam sido feitas ao jornalista António Marujo, na altura e até há alguns anos responsável editorial de religião no jornal *Pública*. Foi afastado dessa tarefa, facto lamentado também por

Manuela Pires: “Acho que [a religião] tem cada vez menos espaço. Digo isso pelo Marujo, um jornalista que estava no *Público*” (Pires, 2019).

Aura Miguel, Graça Franco e Eunice Lourenço concordam com a tese de que a experiência religiosa não tem necessariamente impacto na qualidade do trabalho jornalístico produzido. Aliás, “a maior parte dos nossos jornalistas não são católicos” (Franco, 2019), o que se coaduna com o exemplificado por Aura Miguel:

Conheço um jornalista que é judeu e que foi durante muitos anos diretor da Associated Press em Itália. (...) Ele fazia muitas notícias sobre a Igreja e eram honestas. Mais depressa eram mais certas as notícias dele do que um jornalista muito “beatinho”. (Miguel, 2019)

E conclui: “Esse jornalista era mais sério perante a realidade do que muitos que a querem manipular (...). Não é preciso ser-se católico para praticar jornalismo honesto” (Miguel, 2019).

Ao longo dos anos, o jornalismo e a religião partilharam, e ainda partilham, um caminho conjunto. As conclusões a retirar das quatro entrevistas e da minha própria experiência de estágio comprovam que essa relação não tem de traduzir, ou de ser uma consequência, da prática religiosa por parte dos jornalistas. A religião deve ser encarada, isso sim, como um tema “normal”, tal como é “normal” o jornalismo tratar de política, de saúde, de economia ou de sociedade.

Socorrendo-me das palavras de Aura Miguel, o necessário é ter “discernimento” e “honestidade” quando se aborda o assunto e, como refere Eunice Lourenço, nunca ter medo de perguntar. Todos podem ter dúvidas – e todos devem ter, também, humildade no seu trabalho.

Considerações finais

Aspetos da investigação passíveis de melhoria

O jornalismo religioso em Portugal não está esquecido e há ainda profissionais que a ele continuam a dedicar-se em exclusivo ou quase em exclusivo. Existem, no país, órgãos de comunicação social sob alçada direta da Igreja Católica e outros que, não estando, vão fazendo, com maior ou menor regularidade (e qualidade...) jornalismo religioso. A Associação de Imprensa de Inspiração Cristã (AIIC) e a Associação das Rádios de Inspiração Cristã (ARIC) são a prova de que a “luz” do jornalismo religioso em Portugal continua ligada. Porém, a sua intensidade tem vindo a enfraquecer ao longo dos últimos anos. A Rádio Renascença, porém, é um caso paradigmático, pelas razões de sobeja que as páginas do presente relatório de estágio mostram e que dispensam justificações adicionais.

Ficou claramente evidenciado que não é pelo facto de a RR, por um lado, ser detida pela Igreja Católica (especificamente pelo Patriarcado de Lisboa e pela Conferência Episcopal Portuguesa) e, por outro, dali decorrente, ter uma matriz e genética religiosas, que haverá necessariamente mais notícias de religião lá do que noutra órgão. Sem dúvida que o tema ocupa um lugar de relevo na cadeia de notícias e que haverá assuntos de natureza religiosa mais específica ou localizada que poderão ser notícia na RR e não noutros órgãos, mas tal não permite aferir que o processo de *newsmaking* seja substancialmente diferente face a demais órgãos.

A análise aos 13 noticiários é disso exemplificativa. Analisados numa janela temporal de três meses e longe de períodos de eventual contágio (como o Natal), não resultou daí evidente, longe disso, que houvesse maior peso religioso do que de outros temas. Pelo contrário, o contacto com fontes oficiais mostrou ser recorrente: por um lado, existe facilidade no acesso a essas fontes (como D. Manuel Clemente, entrevistado ao telefone, em direto do Panamá) e, por outro, há fontes ouvidas pela RR que provavelmente outros órgãos não ouviriam, ou não se lembrariam de ouvir (como o cardeal arcebispo de Mérida, Baltazar Porras, no contexto da crise humanitária venezuelana).

A questão advinda da minha experiência de estágio e que despoletou a breve pesquisa desenvolvida neste relatório ficou cabalmente respondida também pelos depoimentos das quatro jornalistas entrevistadas, as quais representam um espelho hierárquico fiel, do topo à base, do *newsmaking* da Rádio Renascença. Aliás, não constitui nenhuma dúvida que as entrevistas foram a opção metodológica mais acertada para os objetivos deste trabalho, pelas respostas tão clarividentes, precisas.

As jornalistas – sobretudo Aura Miguel e Graça Franco – dão uma importância muito grande ao estatuto editorial da rádio, o qual é a base de trabalho e no qual se encontram todas as justificações para o alinhamento, escolhas editoriais e tomadas de posição da rádio face aos temas “fraturantes”. Em teoria, claro, tendo o estatuto editorial a importância que tem, não seria de esperar outra coisa. No entanto, não se pode deixar de considerar estranho que o referido estatuto não esteja disponível no site da rádio na internet (foi obtido na sequência de um pedido à Entidade Reguladora da Comunicação).

Com as restrições económicas e financeiras dos últimos anos, motivadas pela crise generalizada no setor da comunicação social, as administrações das empresas mediáticas decidiram ir reduzindo o tamanho das redações. Tal é dito claramente por Eunice Lourenço, com foco para a informação religiosa: “Há 10 ou 15 anos, os jornais tinham uma pessoa para fazer religião. Hoje em dia não têm uma pessoa que faça só religião” (Lourenço, 2019). É uma redundância falar-se em jornalismo especializado em religião na redação da RR, mas as quatro jornalistas são consentâneas na opinião de que essa área é, em certa medida, um parente pobre do jornalismo.

Para investigações futuras, seria importante analisar uma quantidade maior de noticiários. Pese embora a amostra apresentada seja condizente com período de estágio, não teria sido descabido analisar mais noticiários e de outros períodos de tempo, já que a sua análise não representa, na verdade, um investimento de tempo significativo por parte do investigador.

Apesar da pertinência desta sugestão para outras investigações, não será de esperar que se obtenham resultados muito diferentes, se tivermos em conta as respostas das quatro jornalistas à pergunta sobre os reflexos da matriz religiosa da rádio no número de notícias produzidas.

Com um âmbito de estudo mais alargado – por exemplo, analisando diametralmente a influência da Igreja Católica em todos os órgãos de comunicação social em Portugal –, será possível entender o peso efetivo do jornalismo especializado em religião. Se os métodos desta investigação forem ampliados para um âmbito nacional (entrevistando todos os diretores e todos os responsáveis pelas redações), será possível, aí sim, ter uma perspetiva global do impacto e influência da Igreja Católica no jornalismo de religião em Portugal.

Referências bibliográficas

- A. Stout, D. (2009). Media and Religion: The Promise of Cultural Biography. *Journal of Media and Religion*, 141-146. doi:10.1207/s15328415jmr0503_1.
- Abiahy, A. (2005). *O jornalismo especializado na sociedade da informação*. Universidade Federal da Paraíba. [Acedido em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/abiahy-ana-jornalismo-especializado.pdf>].
- Araújo, R., & Lopes, F. (2014). A Saúde na imprensa portuguesa: que perfil editorial? *Derecom*, 87-99.
- Blanchet, A., Ghiglione, R., Massonnat, J., & Trognon, A. (2013). *Les techniques d'enquête en sciences sociales*. Paris: Dunod.
- Breed, W. (1993). *Controlo social na redacção. Uma análise funcional*.
- Cabral, F. (2002). A prática jornalística e as religiões. *Revista Portuguesa de Ciência das Religiões*, 105-107.
- Carey, J. (2009). Preface. *Journal of Media and Religion*, 1-3.
doi:https://doi.org/10.1207/S15328415JMR0101_1.
- Correia, J. C. (2011). *O Admirável Mundo das Notícias: Teorias e Métodos*. Covilhã: Livros LabCom.
- Douyère, D. (5 de Junho de 2017). *La Revue des Médias*. Obtido de <https://larevedesmedias.ina.fr/communication-et-religions-quelle-place-pour-les-medias-confessionnels>
- Franciscato, C. (2000). A atualidade no jornalismo. *Trabalho apresentado ao GT Estudos de Jornalismo, IX Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós)*. Porto Alegre.

- Franco, G. (26 de Setembro de 2019). Entrevista à diretora de informação da Rádio Renascença, Graça Franco. (E. Miranda, Entrevistador)
- Gradim, A. (2000). *Manual de Jornalismo*. Covilhã: Livros LabCom.
- Lopes, P. (2010). Jornalismo e linguagem jornalística: Revisão conceptual de base bibliográfica. [Acedido em: <http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/198/1/jornalismo%20e%20linguagem%20jornal%3%adstica.pdf>].
- Lourenço, E. (26 de Setembro de 2019). Entrevista à chefe de redação de rádio e editora de política da Rádio Renascença, Eunice Lourenço. (E. Miranda, Entrevistador)
- Marujo, A. (2002). Tempo, medo, ignorância e comunicação. Quatro palavras sobre a prática jornalística e as religiões. *Revista Portuguesa de Ciências das Religiões*, 113-115.
- Marujo, A. (2009). Porque (não) há espaço nos media para o religioso. *Jornalismo&Jornalistas*, 16-21. Obtido de http://www.clubedejornalistas.pt/uploads/jj38/JJ38_16_mediareligiao.pdf
- Marujo, A. (26 de Setembro de 2018). Teimosia católica, jornalismo inquisitorial, o Papa, os abusos e o fascismo. *Público*, p. 44.
- Meditsch, E. (1999). *A Rádio na Era da Informação - Teoria e Técnica do Novo Radiojornalismo*. Coimbra: Minerva.
- Mendonça, R. & Temer, A. (2015). A agenda setting: os meios de comunicação como construtores da realidade social. *18, 1*, 192-207. Acedido em <http://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/11127>.
- Miguel, A. (26 de Setembro de 2019). Entrevista à redatora principal e jornalista com acreditação no Vaticano, Aura Miguel.
- Pinto, M. (2000). Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo. *Comunicação e Sociedade 2, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação, Vol. 14 (1-2)*, 277-294.
- Pires, M. (26 de Setembro de 2019). Entrevista à jornalista da Rádio Renascença Manuela Pires. (E. Miranda, Entrevistador)
- Pou Américo, M. J. (2008). El hecho religioso y su tratamiento periodístico: limitaciones y dificultades. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, 561-573.

- Quivy, R. & Van Campenhoudt, L. (1992). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Rocha, P. (10 de Maio de 2011). *Agência Ecclesia*. Obtido em Outubro de 2019, de <https://www.agencia.ecclesia.pt/noticias/dossier/igreja-comunicacao-os-40-anos-da-communio-et-progressio/>
- Schement, J. & Stephenson, H. (1996). Religion and the Information Society. Em D. A. Stout, & J. M. Buddenbaum, *Religion and mass media: Audiences and adaptations (pp. 261-289)*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Silva, G. (2005). Para pensar critérios de noticiabilidade. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 2(1), 95-107. doi:<https://doi.org/10.5007/%x>.
- Stout, D. & Buddenbaum, J. (2009). Media, Religion, and "Framing". *Journal of Media and Religion*, 1 - 3. doi:10.1207/S15328415JMR0201_1.

Anexos

Anexo I – Estatuto editorial da Rádio Renascença, Lda.²⁵

- 1 - A Rádio Renascença, Lda. – Emissora Católica Portuguesa é uma rádio privada e independente de quaisquer poderes políticos, económicos ou sociais, inspirando a sua actividade no Humanismo Cristão.
- 2 - São fins primordiais da sua actividade “a comunhão e o progresso da convivência humana” (Instrução Pastoral *Communio et Progressio* I), promovendo um “mais profundo conhecimento e maior simpatia entre os homens, bem como cooperando no trabalho criador” (*Communio et Progressio* 18).
- 3 - Assim, a Rádio Renascença está ao serviço da comunidade em que se insere, procurando:
 - **em obediência “à lei fundamental da sinceridade, da honestidade e da verdade”** (*Communio et Progressio* 17)
 - **no respeito do rigor e do pluralismo informativos e dos princípios da ética e da deontologia profissional e boa fé dos ouvintes. (Art.º 8.º n.º 4 da lei n.º 2/97 de 18 de Janeiro)**

assumir em todos os seus canais de emissão, Renascença, RFM e Mega Fm, a defesa dos Direitos do Homem e dos valores fundamentais da Pessoa Humana, em particular

- o combate contra a injustiça, a desigualdade, o racismo
- o respeito pelas diferenças
- uma atitude activa de tolerância
- a solidariedade com os mais fracos e mais pobres

²⁵ Decidiu-se manter a formatação original, tal qual o documento fornecido, por e-mail, pela ERC.

e responder às suas necessidades de Informação, Formação, Entretenimento e Intervenção.

- 4 - A Rádio Renascença terá pois, por objectivo, servir a população portuguesa, desenvolvendo a sua actividade especialmente nas seguintes áreas:

INFORMAÇÃO

Procurar o esclarecimento completo dos factos da actualidade do seu impacto na vida do todo nacional, sem esquecer os interesses e necessidades das comunidades locais e regionais;

Proporcionar o debate entre as diversas correntes de opinião;

Actuar de acordo com critérios jornalísticos e deontológicos que garantam uma actividade informativa rigorosa, objectiva, independente e não discriminatória.

FORMAÇÃO

Difundir, através da sua programação, a mensagem cristã de forma clara e ligada à realidade do quotidiano da comunidade, às questões, dificuldades e problemas concretos que atingem o homem em toda a sua dimensão, nomeadamente:

- favorecer o desenvolvimento de relações com base na igualdade e dignidade da pessoa humana;
- promover a Justiça e a Paz; reprovando a exclusão resultante de iniquidades; dizer não à violência, aos guetos e à marginalidade;
- fomentar a importância da preservação do ambiente, da saúde física, mental e emocional;
- desenvolver o gosto pela música, promover as artes, a literatura e a cultura popular;

- fazer compreender a harmonia entre as tecnologias e o desenvolvimento humano;
- promover o reforço da coesão nacional, valorizando os símbolos nacionais, encorajando a cooperação e a solidariedade entre as comunidades locais e regionais e estimulando a sentimento de pertença à nação portuguesa;
- contribuir para a reflexão sobre o valor e o sentido da vida, na perspectiva cristã.

ENTRETENIMENTO

Testemunhar a Alegria do viver próprio do cristão, proporcionando a todos uma sã e alegre companhia;

INTERVENÇÃO

Fazer intervenções críticas sempre que a Justiça, o Bem Comum ou o respeito da Pessoa Humana o exijam.

Anexo II - Entrevista à redatora principal e jornalista com acreditação no Vaticano, Aura Miguel

Se tiver de escolher uma palavra para caracterizar o facto de estar acreditada na Santa Sé, uma vez que é uma função algo exclusiva, escolheria qual?

Uma palavra para definir a minha experiência? Em primeiro, privilégio. É um bocado exclusivo, não é? Depois claro que é preciso responsabilidade, inerente à palavra 'privilégio'. Se nos é fornecida informação e a possibilidade completamente rara que todos sonhariam ter e nós a temos... Isso ainda é uma responsabilidade acrescida àquela que já de si mesmo brota do facto de ser jornalista, que é informar a verdade e contar o que se passa.

Enquanto vaticanista, as suas funções na Rádio Renascença (RR) diferem um pouco das dos seus colegas?

Claro. O meu objetivo é acompanhar tudo o que se passa com a Santa Sé e o Papa. Não é só o Papa, muitas vezes são iniciativas importantes da Santa Sé, normalmente quanto têm impacto mundial ou em Portugal ou envolve os interesses de Portugal. Uma coisa é seguir um acontecimento que diz respeito só à Ásia, por exemplo, onde a prioridade não é tão grande como se dissesse respeito à Europa. Mas também aconteceu, muitas vezes, enviarem-me para conferências mundiais da Organização das Nações Unidas (ONU). Houve três grandes conferências mundiais da ONU com temas-chave em que a Igreja, a Santa Sé, nomeadamente, foi muito protagonista. Por exemplo, a conferência do Cairo sobre população em desenvolvimento, a conferência da China sobre o papel da mulher, a conferência em Istambul sobre habitat... Fui a essas conferências e o Papa não. O horizonte do Papa

é alargado e maior do que o próprio Papa. Não é só a pessoa do Papa, são as preocupações que o Papa manifesta e, nesse sentido, há acontecimentos onde o Papa não está mas cativam interesse.

Por si só, o facto da RR pertencer à igreja católica torna-a diferente dos demais órgãos de comunicação social?

Na minha perspetiva, sim. É uma responsabilidade acrescida, porque não cancela em nada a responsabilidade dos órgãos de comunicação social, que é ser-se honesto perante a verdade. Mas a igreja desde sempre, e sobretudo desde o Concílio [Vaticano II], acompanhou de perto e se interessou pelo fenómeno da comunicação. Quer dizer, a comunicação é igual ao Evangelho. O próprio S. Paulo já dizia: "Anunciem em cima dos telhados a verdade". O anúncio da igreja é inerente à igreja. Mas, e isto é a minha perspetiva, não deve ser uma bolha. Não deve ser uma coisa exclusivamente religiosa. Há órgãos e meios de comunicação social que são assim. Os boletins paroquiais e os jornais diocesanos, que têm muita incidência, servem para comunicar informações internas da igreja, mas um projeto como a RR nasceu, há mais de 80 anos, com este objetivo. Foi no início do impacto das rádios a nível mundial.

A RR é uma das primeiras rádios generalistas, mas com esta preocupação que era contrapor meios a meios, estilos a estilos. Na altura, e ainda no tempo do cardeal [Manuel Gonçalves] Cerejeira, o objetivo da igreja, com o modelo da Rádio Vaticano, era mesmo estar no terreno com uma rádio "normal", mas com o critério de discernimento editorial motivado pela

fé católica. Nesse sentido é diferente e, na minha perspectiva, isso é um 'mais'. É por isso que cá estou. O discernimento à luz da fé insere uma certa liberdade em relação ao que se passa em função de um determinado critério. Tanto é que a RR, ao longo da sua história, foi incómoda muitas vezes. De tal maneira que foi invadida, depois houve aqui uma bomba... O critério com o qual esta rádio foi fundada é um convite a olharmos para a realidade à luz da fé. Muitas vezes, isso faz com que o discernimento sobre o que se passa seja contra-corrente, que não seja como todos os outros estão a dizer. Essa é uma faceta muito desafiante, até do ponto de vista da Razão.

Na perspectiva da informação, que diferenças aponta de maior face ao alinhamento informativo da rádio?

Cada um é como cada qual. Não há uma orientação. É deixado à liberdade e ao critério de quem coordena o noticiário, sabendo quem trabalha que há uma linha editorial que brota dos elementos do Cristianismo. Eu acho que quem está à frente da linha editorial de cada noticiário sabe isso perfeitamente e, se tiver dúvidas, confronta com quem deve confrontar. O diretor, por exemplo. Mas isso reflete-se na linha editorial. Qual é o órgão de comunicação social em Portugal que envia um jornalista para seguir o Papa em mais de 100 viagens? Isso é caríssimo, é mesmo um sacrifício orçamental. Para quê? Para que o que se diz das viagens do Papa não seja necessariamente uma cópia de tudo o que se diz com os critérios com que se fala da igreja. Isto é um exemplo na igreja, mas assim é com os outros temas todos. Não estou a falar do trânsito nem do boletim meteorológico, claro. Mas estou a falar de assuntos que têm a ver com a vida das pessoas e com a liberdade que as pessoas devem tomar numa sociedade em que cada um deve

escolher. Portanto, a RR tem como objetivo, assim o vejo, fornecer critérios e opções em relação ao sistema político, mesmo que seja contracorrente. Não é que seja revolucionária, mas acho que [a RR] tem condições para ter uma liberdade de discernimento que outros [órgãos de comunicação social] não têm. Esses têm de obedecer a outros esquemas.

Em 2008, na Agência Lusa, segundo contas do secretário-geral da altura, José António Santos, as notícias sobre religião correspondiam a 0,7% do total. Dizia ele, apesar de não apresentar números, que esse número era, em termos relativos, semelhante a outros meios de comunicação social. Aqui na RR, o fator religião tem necessariamente reflexos no número de notícias que são publicadas sobre esse tema?

O que acha? [risos] Claro que sim! Nós temos sempre essa preocupação, mas não tanto de fazer uma espécie de boletim paroquial a nível nacional. Em 1985, quando eu cheguei aqui, havia o setor de informação religiosa nem sequer estava integrado na redação. Era uma coisa à parte, noutra andar, mais "religioso estrito". Na altura em que entrei, fui convidada exatamente para estar na redação, no meio dos outros meus colegas com especializações (em política, África, desporto, economia). O diretor de então, o Dr. João Amaral, disse-me: "Eu quero que venha para a redação. Assim como tenho jornalistas que falam destes assuntos de que toda a gente fala, quero que haja alguém que fale de religião com linguagem normal. Que não seja nem beato nem teológico". E eu acho que esse é o grande desafio da igreja hoje...

Falar para as pessoas...

E falar com linguagem normal sobre o que se passa na vida das pessoas, à luz da fé.

Portanto, interessa, claro, as notícias estritamente religiosas (uma ordenação, uma nomeação, um novo cardeal, a eleição do Papa), mas há coisas que também temos de discernir. Nós temos um determinado período de tempo para as notícias e a rádio tem necessariamente de ser rápida. Os tempos dos noticiários têm de ser rápidos, a linguagem tem de ser rápida e curta. Não vamos perder tempo - é mesmo assim! - a falar de uma ou outra paróquia... A não ser que aí haja um acontecimento extraordinário. Esse discernimento está sempre presente.

Também há uma maneira de falar da religião - ou seja, da fé - sem ser nas notícias. E isso também se nota nos programas, quer nas transmissões em direto das celebrações, quer na celebração em direto do terço, quer em alguns momentos e pensamentos que se incluem no início da manhã e etc., quer depois em programas de conversa.

Por exemplo, no meu caso, fui convidada a fazer o "Aura Miguel Convida". E isto reflete também a evolução da sociedade. Hoje mais depressa há anticorpos se a pessoa souber que naquela meia-hora há um programa completamente religioso - a pessoa muda de posto. Mas isso já passou à história. O programa é uma conversa sobre a maneira como a pessoa encara a vida, que não tem pretensões de ser necessariamente religioso. Mas é de valorizar a riqueza humana da pessoa e se for preciso chega à religião, ou não. Às vezes até há pessoas, e é mesmo assim, mais interessantes que acham que não são católicas e sabem dar um testemunho mais bonito de Deus e de uma vida bonita do que outros que são católicos e não têm nenhum interesse e só dizem chavões e aquilo não toca ninguém. Este discernimento também nos é pedido. Não estou a dizer que é fácil. Pelo contrário, é difícil.

Num artigo de 2009, a então subdiretora da informação da RR, Raquel Abecasis, dizia que "o religioso faz parte da matriz da rádio, mas a prioridade informativa ultrapassa o catolicismo".

Sim. Não é uma coisa estritamente católica, senão era uma bolha. Era como se fosse um partido político.

Seria outra Agência Ecclesia...

Exatamente, tal e qual. O ser católico acho que é a grande aventura, pelo menos vejo assim. Tudo me interessa. É alargar o horizonte da razão e tudo o que se passa, na realidade, interessa. Depois claro que temos de fazer o exercício de discernimento. Já o S. Paulo dizia: "Avaliai todas as coisas e retirai o que é bom". E acho que isto devia ser também a grande aventura da rádio nos tempos de hoje. O resvalar para o que é fácil, para o que os outros estão a dizer, para o sensacionalismo, para aquilo que hoje com as emoções das pessoas - isso é o que temos cada vez mais. É necessário um discernimento que vá para além daquilo que é estritamente a vida da igreja católica. Para isso já existem imensos meios. Eu acho que a RR tem uma vocação universal, mesmo.

Quando diz isso refere-se a todo o Grupo Renascença...

Sim, Aliás, veja-se pelo grupo, que tem umas vertentes que não perdem o horizonte último.

Eu lembro-me de ter sabido da eleição do Papa Francisco através da Megahits.

Está a ver? A Megahits tem a música da pesada, de uma onda de jovens e de adolescentes, mas claro que tem sentido informar na Megahits quem é o novo Papa. Claro, ainda bem que é assim. A RFM é a maior rádio do país, também.

Depois há uma vertente que a RR tem: é a mais antiga e foi aquela que lançou esta aventura e é muito "invadida" de uma maneira mais explícita por aquilo de que estamos a falar.

No seu trabalho diário enquanto jornalista, que tipo de fontes privilegia quanto noticia temas religiosos?

Nós temos imensas fontes para a minha área, não é? Este é o terceiro Papa que eu conheço, como profissional e já desde João Paulo II havia esta preocupação em estar na vanguarda da tecnologia. Lembro-me perfeitamente do porta-voz do Papa João Paulo II me dizer, acho que no início dos anos 90, que eu devia tratar de ter internet em minha casa. Foi uma trabalhadeira! Mas, de facto, neste âmbito, o Papa Francisco tem milhões de seguidores no Twitter, outros tantos no Instagram, comunica todos os meses com o vídeo... Usa esta modalidade mais ligeira do que textos para fazer passar mensagens.

Além disso, nós, os vaticanistas - chamam-se assim os jornalistas com acreditação permanente -, recebemos diariamente, com embargo, os discursos que ele vai fazer, qual é a agenda dele desse dia... Fora aquelas surpresas a que ele já nos habituou: de repente, vai fazer uns passeios inesperados e resolve ir comprar sapatos numa farmácia ali ao lado, ou visitar uma comunidade de pessoas mais necessitadas... Pronto, logo aí, já temos imenso material para começar.

Há cada vez mais sites e outros meios de informação que até aprofundam o que se passa. Há muitos que recolhem tudo e há um, que todos os dias consulto, o Il Sismografo, que tenta reunir tudo o que vai saindo sobre atualidade da igreja em todo o mundo. É uma iniciativa de um jornalista que trabalhou na rádio do Vaticano e que se dedica a reunir, tanto quanto ele consegue, tudo o que se passa na

igreja. Nem sempre é completo, claro. Eu gosto de ver todo o universo relacionado com as missões e há várias agências que ajudam imenso, como a Fides, a Asian News. Também há outras, que são uma espécie de "Ecclesias" a nível internacional que são muito úteis, como a Zenit.

O próprio Vaticano, agora que houve uma revolução nas comunicações, tem um instrumento triplo: agência, rádio e vídeo. Chama-se Vatican News e está em várias línguas. É muito útil também. Por ali, tem-se a perspectiva de saber o que se passou nos últimos dias e há alturas que ultrapassam a própria atividade do Papa. A Santa Fé tem imensas vertentes, agora com os dicastérios.

O jornalista Jorge Wemans dizia em 2009 que o jornalista tendencialmente escreve para a sua fonte e não para o seu público. Ele acabou essa frase com algum receio e disse: "Ir ao encontro da realidade que não seja através de fontes institucionais é difícil para o jornalismo que hoje se pratica". Depois, o António Marujo escreveu: "A abordagem fica-se muitas vezes pelo lado mais institucional da religião e, mesmo esse, muitas vezes fica-se por aquilo que é mais previsível ou conflitivo e raramente pelo lado mediaticamente mais inesperado ou aprofundado". Concorda com a existência deste risco de institucionalização da informação?

Não concordo muito. Quer dizer, sim e não. Eu acho que a realidade deve ser contada, mesmo quando é dura. Não devemos cancelar a realidade. E não devemos sobrepor uma ideia que temos à realidade. Muitas vezes, acho que se faz informação fazendo prevalecer a ideia sobre a realidade. O Papa Francisco diz sempre: "A realidade é superior à ideia". Mas isto não é

um cliché e às vezes pode ser mesmo um drama. Nós partimos muitas vezes para uma notícia já a querer dizer uma coisa, quando a realidade, tantas vezes, nos troca as voltas. É preciso uma lealdade de raiz e isso é muito difícil. É preciso lealdade com a realidade.

O Papa ainda agora falou para os jornalistas dele (que trabalham no Vaticano) e disse mesmo: "A informação tem de ser factos. Factos. Deve ser substantiva e não adjetiva." E isso é muito difícil, porque hoje em dia nós já temos imensos preconceitos. Muitas vezes pensamos: "Oh, eu dali não espero nada, por isso vou já dizer o que acho daquilo". Sem sequer se dar ao trabalho de ouvir, sem fazer perguntas, para que elas encaixem naquilo que quero fazer passar. Isso não é honesto.

Eu não estou a dizer que seja capaz de fazer isto, estou a dizer que é o que eu desejo fazer. Acho que a comunicação devia ser assim. Amar mais a verdade do que a ideia que se faz dela. Não há nada de onde não se possa tirar coisas positivas. É preciso ser livre, simples. Muitas vezes vemos que os jornalistas não deixam falar, não ouvem, estão entrincheirados numa coisa.

À luz disso, posso responder à pergunta que me fez. Se eu quero é ganhar dinheiro, sou ambiciosa, quero é uma carreira de poder... Se eu pensar assim, o critério das notícias que vou fazer pode mudar muito face a uma pessoa que está ali com lealdade e a querer ser honesta perante a verdade. Pode haver um percurso ambicioso de tal maneira em que os fins justificam os meios, portanto "vou ser sensacionalista, vou só ouvir umas pessoas de quem acho que o meu patrão vai gostar", percebe? Pelo contrário, às vezes a pessoa que é honesta pode ser despedida porque não escreveu o que o chefe mandou. Isso também pode acontecer.

Acho que, no fundo, o critério de uma comunicação justa é esse. O cliché é: "A naturalidade é que é". Mas a naturalidade é o quê? Se a pessoa vai e avalia com a sua inteligência, deve expor-se naquilo que conta. Muita gente não quer expor-se naquilo que conta e arranjam sempre uma maneira de não se comprometerem com nada daquilo que informaram. É exatamente assim que não deve ser. O Papa disse que devemos empenhar-nos e testemunhar aquilo que comunicamos. E se nos defendemos e não queremos fazer isso, disse que devemos parar, não fazemos. Porque testemunhar até ao fim, em última análise, é um martírio. Um jornalista sério pode ser um mártir!

Além do que Jorge Wemans disse acima, ele acrescentou, também em 2009, que, relativamente ao "estatuto público do fenómeno religioso em Portugal", "há uma profunda ignorância e uma muito profunda inconsciência dessa ignorância..."

Sim, é verdade. Concordo.

... indicadora da incapacidade generalizada de pensar em Portugal o fenómeno religioso". 10 anos depois, faz alguma atualização?

Eu acho que continua assim. O Jorge Wemans está a falar do fenómeno religioso em geral. Eu falo em relação à igreja. Uma das grandes preocupações do Papa Bento XVI foi exatamente essa. Ele dizia: "Nós vivemos num estado de menoridade da fé". Fazemos um percurso todo intelectual, de crescimento de inteligência, à medida que crescemos e atingimos a idade adulta. Esse percurso, em geral, não acontece em relação à fé. Na fé, ficamos com a quarta classe, infantis. Ser criança é bom, mas não é nesta perspetiva.

O grande drama da igreja é que até agora a realidade sociologicamente cristã, em que muitos na Europa e em Portugal crescemos, desapareceu, já se desagregou. Ou a pessoa, individualmente, alarga o horizonte da razão e faz um percurso para as motivações racionais em relação à fé... Portanto, uma ligação da fé com a inteligência, que é mesmo fundamental, sob pena [se não o fizer] da fé esmorecer.

E não só por ser uma coisa que vem de família.

Pois. E o grande problema desta inconsciência é fazer o trabalho de pensar "por que é que vale a pena a fé?". Esse trabalho não está feito. Às vezes penso que se fosse para a porta da igreja e perguntasse às pessoas por que razão tinham ido à missa, as respostas provavelmente seriam "porque sim", "porque sim".

Este foi um grande esforço durante o pontificado de Bento XVI, foi apontar sobre estas questões. Aliás, ele disse-o quando veio a Lisboa. Disse que nós estamos mais preocupados com as consequências da fé a nível cultural (que é o caso da RR, e de escolas, colégios), a nível de saúde, a nível de assistência social - e isso é tudo muito bom, mas damos a fé como adquirida, o que é cada vez mais irrealista. O dar a fé por adquirida é um trabalho diário que implica inteligência, vontade, autoconsciência... É preciso ela entranhar-se na pessoa. E eu acho que esse trabalho é esquecido, dá-se por adquirido, o que é péssimo.

Às vezes há um impulso e entusiasmo na idade jovem, os jovens são generosos, ajudam os outros, dedicam tempo ao voluntariado, etc., mas muitas vezes vemos que entram no mundo do trabalho ou constituem família e tudo aquilo passa a ser uma nostalgia. "Ah, quando eu era jovem fazia isso. Agora não

tenho tempo". Portanto, a fé, nesses casos, não criou raízes e começa a haver uma espécie de fachada, de aparência cristã. Não se enraizou e perdeu-se. Por isso eu acho que devia haver uma aposta na consciencialização da fé e questionar-nos se temos fé ou não e para que é que ela serve. E se servir para alguma coisa, devia ser atrativa.

Neste mesmo texto, a Graça Franco disse que "em toda a Europa, estas são as primeiras gerações sem referências religiosas e de jornalistas sem preparação para cobrir o religioso". Isto há 10 anos.

Pois. [risos] E acho que ainda é assim.

Acha que a religião, enquanto tema jornalístico, é um parente pobre?

Não acho assim tanto, pelo menos a nível mundial... No avião do Papa, eu sou uma jornalista de Portugal, só eu, mas vêm dos Estados Unidos, de Itália, França, Alemanha... O interesse existe, porque a voz do Papa é uma voz de autoridade, porque tem um discernimento sobre o que se passa no mundo que grandes líderes políticos não têm. Portanto, até os próprios líderes políticos que são contra o Papa param para ouvir o que ele tem a dizer, ficam a falar com ele e confrontam-se com o que ele tem para dizer.

Eu acho que a nível capilar é que se nota mais, porque há estes ajustamentos entre uma herança que nós temos, desde que Portugal existe. A identidade de Portugal nasceu com a chancela do Papa. Mas já passaram 900 anos, por isso acho que estamos a viver dos rendimentos há muito tempo, sem nos cultivarmos, sem nos atualizarmos. E esses rendimentos já acabaram. Estamos sempre sem perceber a contemporaneidade da fé, que é mesmo uma aventura. Eu estou profundamente

convicta de que quem vive de maneira contemporânea a fé em Cristo é um "mais" para avaliar o que se passa no mundo. Mas isso implica um trabalho, é fundamental fazer um percurso de inteligência sobre as razões da fé. Isso o Papa faz continuamente, é isso que eu vejo seguindo Pedro em ação. O apóstolo Pedro discernia no seu tempo e é assim até hoje.

Voltando à questão jornalística aqui na RR, vê a religião como um tema de abordagem sensível? Um jornalista espanhol dizia que há algum medo da informação religiosa, porque toca consciências, pode criar problemas, considera-se a religião institucionalmente irrelevante... E ele dizia também: "Passou-se de um nacional-catolicismo a um laicismo militante".

Isso também é o panorama crescente na Europa. A partir do Iluminismo, Deus foi mais ou menos acantonado, fruto da arrogância do Homem achar que "ele é que pode". E como, de vez em quando, como sabemos, o Homem não controla tudo o que se passa, de repente lembra-se que afinal Deus também o pode ajudar. Esta mentalidade do 'centrado em si', o Homem como o senhor do mundo, influenciou-nos bastante desde o Iluminismo até aos dias de hoje.

Há um antes e um depois do Iluminismo, em relação à ligação das pessoas à religião?

Sim, claro, completamente. Quem explicou isso de uma maneira brilhante foi o Papa Bento XVI, quando foi a Paris e discursou nos Bernardin. Explicou exatamente isso: a atitude do Homem perante Deus é a consciência da dependência. Isso era muito evidente no impulso do Homem de louvar a Deus, a prioridade era Deus, sempre. Grandes catedrais,

por exemplo. E Deus é que o ajudava em tudo o resto... Com o Iluminismo foi o contrário: pôr o Homem acima de tudo e Deus acantonado naquilo que me convém, ou até mesmo negado.

Há um filósofo italiano mais recente que dizia que Deus, se existir, não tem nada a ver. Está ali, vou buscá-lo quando me convém, quando me dá mais jeito, nas festas religiosas... Mas isso não é apenas os ateus ou os agnósticos. Isto foi-se entranhando.

Cada vez há menos vocações, por isso a realidade de secularização vai-se alastrando e agora recebemos que padres de outros países cá, onde estiveram os missionários portugueses.

E lembro-me o que uma vez um bispo auxiliar de Lisboa me contou... Veio um padre do sul da Índia e ainda cá está, numa paróquia de Lisboa. Logo no início, quando chegou, o padre perguntou a esse bispo: "Desculpe, vocês cá têm uma seita católica, não têm?". "Uma seita católica?!", perguntou o bispo. "Sim, sim, há muita gente na paróquia que me vem dizer: «Ah, senhor padre, eu sou católico não praticante»". E o padre indiano disse ao bispo: "É que na Índia ou se é católico, ou não. Católico não praticante não existe".

Eu acho que esta consequência secular do Iluminismo se entranhou de tal maneira que só nos lembramos de Deus quando estamos aflitos, doentes, quando morre alguém querido... Aí, se calhar, lembra-se de repente e já é praticante. Mas este conceito do católico não praticante, que para nós é comum, é muito definidor de como andamos distraídos. O Papa Francisco irrita-se muito... Ele olha para todo esse "setor" do mundo como uns meninos mimados, aburguesados, que têm tudo, que têm os sofás confortáveis e dizemos: "Hoje não me dá jeito ir à missa, vai passar um filme tão giro". Enfim, não quero ser moralista, mas há um comodismo, um desativar de atenção.

Os primeiros cristãos diziam que sem domingo não podemos viver. E hoje continua a ser assim em muitos sítios do mundo, como na China ou no Médio Oriente, onde ainda há quem seja morto por ser cristão.

Por cá há um diluir das coisas fundamentais, que se vai refletindo em falta de interesse e na maneira como se olha para notícia relacionadas com a igreja. "O que é que isso interessa? Interessa mais quanto ganha um jogador de futebol". Se a pessoa tiver uma experiência de fé, acho que encara a prioridade das notícias de outra maneira.

Mas, atenção, acho que também há uma questão de honestidade. A pessoa pode rezar 50 terços por dia - estou a exagerar - e ser super devota e não ter esta noção. É preciso descentrar-se. Primeiro, ter e fazer a experiência, mas depois desinstalar-se, comunicar essa experiência. O Papa Francisco diz muitas vezes aos jovens para saírem de casa, encontrem-se, vão aos bares, discutam sobre isso - sempre a partir da experiência.

Há jornalistas que eu conheço, e de quem sei nome e apelido, que não praticam e que não são católicos... Por exemplo, eu conheço um jornalista que é judeu e que foi durante muitos anos diretor da Associated Press em Itália. Muitas vezes, o Papa chamava-o para conversar com ele. Ele fazia muitas notícias sobre a Igreja e eram honestas. Mais depressa eram mais certas as notícias dele do que um jornalista muito "beatinho"... É mesmo um desafio de inteligência, acho que a inteligência tem mesmo de entrar. Esse jornalista era mais sério perante a realidade do que muitos que a querem manipular, e isso é falso. Não é preciso ser-se católico para praticar jornalismo honesto.

Existem muitos temas que para a Igreja são sensíveis. Uma coisa que aconteceu em Portugal, em 2006, e é raro acontecer, foi o facto de órgãos de comunicação social manifestarem uma posição. Na altura, a RR posicionou-se contra o aborto...

Claro, chama-se "emissora católica portuguesa".

... e disse "somos contra". Acha que na redação surgem com frequência temas de abordagem mais sensível, como dizíamos há pouco? Homossexualidade, aborto, eutanásia, por exemplo.

Os chamados temas fraturantes. Se saem legislações em relação a estes assuntos, nós damos a notícia e pedimos comentários. Muitas vezes acontece haver os que defendem e os que são contra. Temos esse dever.

Depois há uns espaços editoriais - chamamos aqui a 'nota de abertura' - e esse espaço não é jornalístico, é uma tomada de posição editorial da casa. Mas em termos jornalísticos, fazemos debates, sim. Não sou diretora de informação, mas jogo-me nas coisas que informo. E há um critério de avaliação sobre a utilidade de falar de determinados assuntos 'só porque sim' ou 'como utilidade para informar'. A emissora católica tem o dever de esclarecer qual a posição da igreja sobre o assunto. Muitas vezes acontece, sobre as questões chamadas fraturantes, perguntarmos a quem de direito (um representante da igreja: um bispo, um padre, um teólogo, às vezes é o nosso assistente aqui) que explique qual é a posição da igreja sobre o assunto. Acho que isso é útil e para isso é que esta rádio existe.

Anexo III - Entrevista à diretora de informação da Rádio Renascença, Graça Franco

Entre a RR e os outros órgãos de comunicação social em que trabalhou, qual a maior diferença que destacaria no que diz respeito ao alinhamento informativo?

O que nós devemos passar é sermos uma rádio igual às outras com uma visão cristã do mundo. Mas é uma visão cristã do mundo que deve passar transversalmente na antena, ou seja, desde os nossos momentos de humor às nossas notícias. O que assumimos de diferente é um critério editorial que toma como importante a visão cristã. E essa visão cristã passa por um estatuto editorial claro em duas ou três matérias. Nós somos assumidamente pró-vida, ou seja, temos, em matérias como aborto e eutanásia, uma posição clara; somos assumidamente pró-pobres, ou seja, em matérias de justiça social nós temos a obrigação de defender a causa dos mais pobres. Em tudo o que seja questões de desigualdade, de pobreza, questões que tenham a ver com dignidade no trabalho, com salários iguais para trabalho igual, com justiça no mundo laboral e não só. E somos assumidamente anticorrupção, ou seja, pró-justiça.

Acha que essa visão de sociedade, e de jornalismo, torna a Rádio Renascença (RR) distinta doutros órgãos? Porque os outros também terão esses deveres.

Uma rádio que seja liberal não tem o dever editorial de defender a questão dos horários de trabalho, por exemplo. E nós, nessas matérias, temos a doutrina social da igreja por trás. Há, de facto, uma linha que é a linha cristã de olhar o mundo. Não há dúvida de que a questão dos emigrantes, por exemplo, é uma questão de justiça, ou seja, manter as portas

abertas é uma das tónicas da doutrina social da igreja. Ai, há uma visão do mundo que deve decorrer da nossa leitura da atualidade. É evidente que em questões como emigração, antirracismo... Estivesse ou não o racismo proibido pela Constituição Portuguesa, nós seríamos contra ele, ponto final. Isso está no nosso estatuto editorial enquanto emissora católica portuguesa: a universalidade que caracteriza a catolicidade tem de caracterizar esta rádio.

Não podemos ser uma rádio defensora do liberalismo extremo, não é possível. Nem estamos interessados. Tentamos que isso seja natural, não está escrito em nenhum papel, não há nenhum aviso afixado na redação. É uma coisa que nos é intrínseca, é o pano de fundo. Não nos passa pela cabeça. Isto não quer dizer que em questões como a eutanásia nós não vamos ouvir as várias partes. Temos a obrigação de acrescentar, muito claramente, qual é a posição da igreja.

Foi aliás o que fizeram em 2006 quando do referendo ao aborto.

Sim, exatamente. Para que não houvesse nenhuma dúvida, lembrámos apenas. Nós somos obrigados, como todos os meios, ao pluralismo, que é uma das virtudes do jornalismo. Ouvir as várias partes, fazer-se confronto, etc. É, aliás, uma coisa que caracteriza muito a RR. Penso que enquanto fez o seu estágio cá terá notado isso. A maior parte dos nossos jornalistas não são católicos, mas não quer dizer que não sejam homens de boa vontade e esses são aqueles que respeitam integralmente também o sítio onde estão. Este respeito pelo outro e pelo estatuto editorial que

está implícito na doutrina social da igreja e que passa pela defesa desses valores.

Por isso é que dizia que um jornalista daqui da rádio tenha uma rotina diferente dos outros. Simplesmente tem em conta esses valores.

Sim, tem o estatuto editorial que é o nosso e que é clarinho que nem a água. Passa pelas questões sociais, que são, no fundo, a obrigação de dar voz a quem não tem voz. Isso traduz-se em coisas como dar mais voz do interior [do país], dar mais voz aos que estão esquecidos. Muitas vezes, nas nossas reportagens, somos provavelmente a rádio que tem mais reportagem de base junto das pessoas, das populações, das terras mais esquecidas. Isso é ter uma visão cristã do mundo. Não há cá uns que têm voz garantida e centralizada e os outros que podem ser descartados.

A preocupação que nós temos com vários temas sociais, como com o isolamento dos idosos, as crianças mais desfavorecidas, é uma visão cristã do mundo. Agora, com as questões orçamentais, temos uma rede de correspondentes mais curta, mas somos uma rádio a quem não é preciso dizerem que é importante ter temas sociais. Nós, naturalmente, temos.

Do ponto e vista estritamente jornalístico, havia em 2008, por contas do secretário-geral da Agência Lusa da altura, as notícias sobre religião correspondiam a apenas 0,7% do total. Ele dizia que este número era, em termos relativos, semelhante a outros meios de comunicação social. Acha que, na RR, o fator 'religião' tem necessariamente reflexos no número e quantidade de notícias sobre religião?

Acho que nós temos uma editoria de religião que a maior parte dos meios não tem. Há, evidentemente, uma preocupação de não esquecer aquilo que é o acompanhamento da igreja enquanto instituição. As notícias de religião são naturalmente importantes. Porém, no jornal Público, havia uma editoria de religião extremamente importante até há pouco tempo, enquanto esteve lá o António Marujo. O jornal também tem muitas notícias de religião, o Observador também. Não somos os únicos no mercado que tratam dessa questão. Mas a religião devia ser muito mais valorizada em todos os meios, incluindo talvez nós, também.

Somos uma rádio detida pela Conferência Episcopal Portuguesa, são os nossos únicos acionistas. Isso não nos faz cobrir a vida corrente dos acionistas de forma permanente. Não somos a voz oficial da igreja nem a Agência Ecclesia, mas a partir dela também fazemos notícias, como outros órgãos fazem. E ela é muito útil.

Em 2009, Raquel Abecasis, então sub-diretora de informação da RR, dizia que "o religioso faz parte da matriz da rádio, mas a prioridade informativa ultrapassa o catolicismo", que é exatamente o que estava a dizer.

Ultrapassa e muito. O catolicismo é a nossa religião, mas a visão cristã é mais abrangente. Abrange não só o catolicismo, como também o protestantismo, por exemplo. Também falamos das outras religiões cristãs. Essa visão é partilhada muito para além dos católicos. E é também partilhada por uma série de homens de boa vontade. Aliás, se os nossos ouvissem se limitassem aos católicos praticantes, talvez tivéssemos de reduzir a nossa margem de fazer chegar a nossa mensagem. Tentamos ser o mais abrangente possível e, se

possível, até tentamos ir aos que estão mais longe da religião. É para isso que nós existimos.

Evangelizar, também.

Exatamente! Existimos para levar a visão cristã do mundo àquelas pessoas que estão muitas vezes longe dessa visão e que até nem sabem que concordam connosco. Mas na maior parte dos casos concordam. [risos]

Em 2009, disse ao jornalista António Marujo que, "em toda a Europa, estas são as primeiras gerações sem referências religiosas e de jornalistas sem preparação para cobrir o religioso". 10 anos depois, que atualização faz?

Cada vez pior. Na altura - e não sei se dei este exemplo ao Marujo -, lembro-me que havia um jornalista da casa que, ao descrever uma cerimónia religiosa, disse que o senhor patriarca "dava a bênção ao Santíssimo". Ora bem, o que o senhor patriarca fazia era "a bênção do Santíssimo", ou seja, significa que Nosso Senhor abençoou o povo, não é o cardeal que abençoa Nosso Senhor. A esta cerimónia, em que com a custódia se abençoa o povo, chama-se "bênção do Santíssimo". Antigamente, isto não criava nenhuma dúvida nem aos presentes nem a quem estava a relatar. Este jornalista já não sabia o que era aquela cerimónia. Quando viu escrito "bênção ao Santíssimo", achou que em português significa que é o cardeal quem dá a bênção ao Santíssimo. [risos].

O que é que acontece agora? Agora, muitas pessoas desconhecem totalmente os temas religiosos. Desconhecem, até, o Jesus histórico. Como há uma matriz profundamente laica na sociedade, há uma retirada da herança histórica da própria Europa, que é o cristianismo, dos próprios currículos. Não se sabe quem era Jesus: não se conhece as

dúvidas que existiam no povo judeu, que esperava o Messias; que tinha 12 amigos e que esses 12 amigos próximos, que ele doutrina durante a vida, se chamam apóstolos. Desconhecem totalmente que ele nasceu em Belém e que vivia em Nazaré... Quer dizer, nada disso é conhecido.

Mesmo algumas referências, como o filho pródigo, são agora desconhecidas. "Agiu como o filho pródigo", ou "agiu como o pai do filho pródigo", ou "eu não sou o irmão do filho pródigo" - antigamente, estas referências eram imediatamente descodificadas por um cristão, e mesmo por um não cristão. Toda a gente conhecia a parábola do filho pródigo.

Hoje, provavelmente, será necessário ir ao dicionário ver o que significa 'pródigo'.

Pior do que isso. Como 'pródigo' significa alguém que está disposto a dar com magnanimidade, continuam à nora e sem saber o que é isto de ser filho pródigo. Ainda menos sabem o que é "eu não sou o irmão do filho pródigo". Ou dizer-se "trocou tudo por um prato de lentilhas". São capazes de achar que um prato de lentilhas é muito fraco. Ou "que atire a primeira pedra". Quem não conhece a religião, não entende estas metáforas.

Há algum tempo, o jornal Público fez uma capa que dizia "Marcelo assiste a missa ecuménica em mesquita".

Exatamente! E porquê? Porque ninguém na redação soube sequer perceber o que é uma missa, o que é o ecumenismo e o que é uma celebração. Ou dizer "ouvir missa". Não se ouve a missa, participa-se nela. E há quem não saiba o que é uma missa. Noutro dia, um sacerdote dirigia-se para uma celebração que foi confundida com uma missa. Não havia consagração, logo não era uma missa. Há milhares de exemplos. Reflete-se muito na

linguagem. É puro desconhecimento. Há momentos em que nós percebemos que estamos a falar para uma sociedade que tem as raízes, mas que as deixou secar. Nalguns casos, não conheceu sequer qual é a planta que sai dali.

Isso também faz com que seja mais difícil combater uma coisa que hoje é muito comum, que é o relativismo, que passa por toda a sociedade. Que significa algo como: "Para eu te respeitar, então tudo é igual". Ou seja: "Estarás a agredir-me se estiveres convicto de uma coisa que é diferente da minha". O mandato dos cristãos é exatamente "ide e apregoai a boa-nova". Os cristãos têm a obrigação grave de proclamar aquilo que acham ser uma boa notícia. A própria palavra 'salvação' não faz sentido para esta sociedade. As pessoas não acham que foram salvas de coisa alguma.

O Jorge Wemans dizia, também em 2009, que "há uma profunda ignorância e uma muito profunda inconsciência dessa ignorância, que é indicadora da incapacidade generalizada de pensar o fenómeno religioso em Portugal".

Pois eu subscrevo, é isso mesmo. Há uma profunda ignorância, a que eu até chamaria 'ignorância atrevida'. A ignorância atrevida é um estado de consciência em que a pessoa, desconhecendo totalmente o assunto, acha que tem imenso a dizer sobre ele. Dá palpites sobre uma coisa que desconhece totalmente. E eu acho que o fenómeno religioso em Portugal é totalmente vítima da ignorância atrevida.

Toda a gente dá palpites. Muita gente acha, por exemplo, que os padres católicos são incrivelmente infelizes porque não se podem casar, sem perguntar ao dito o que é que os levou a aceitar o celibato. Não há nenhum padre que se ordene a quem não se lhe pergunte, antecipadamente, se quer fazer um voto de

celibato. Podemos achar que é louco - ok! Podemos achar que há meia-dúzia de malucos que acham que o celibato pode ser um estádio em que sejam felizes. Mas a verdade é que eles, os católicos, é que devem ter uma palavra a dizer sobre o assunto. Quem está de fora e ignora pode ter a sua opinião, mas tem de se limitar a reduzir à sua insignificância. Das duas uma: ou estuda o fenómeno e se pronuncia com base nesse estudo ou está a exercer a chamada ignorância atrevida.

Haverá alguns assuntos na RR em relação aos quais haja alguma reticência ou recusa em noticiar? Há pouco falei com a Aura Miguel sobre chamados temas fraturantes, como a homossexualidade, a eutanásia, o aborto.

O Papa Bento XVI disse o que eu acho que define a nossa posição acerca desses temas. O Papa diz: "Eu vou a qualquer lado e parece que a única coisa que querem saber é o que eu penso dos homossexuais, se vou ou não mudar a legislação dos padres casados".

Vou citar-lhe algo que o António Marujo escreveu: "A abordagem jornalística ficou muitas vezes pelo lado mais institucional da religião – e, mesmo esse, muitas vezes apenas naquilo que é mais previsível (a enésima posição do Papa sobre o aborto, p. ex.) ou conflitivo (questões relacionadas com o islão) – e raramente pelo lado mediaticamente mais inesperado ou aprofundado".

Exatamente. O Papa Bento XVI dizia: "E o que eu gostava era de falar de Deus". Eu acho que focar o religioso naquilo que é uma fraturância social ou naquilo que é um tema da disciplina da igreja, como a questão dos padres casados ou não... Neste momento, a igreja diz que há vantagem no facto dos padres serem

celibatários; num minuto qualquer pode decidir o contrário. Isso não afeta em nada a fé dos fiéis, porque é uma questão de pura disciplina! Pode convir agora, pode não convir depois...

Dedicar muito tempo a esse tipo de questões é reduzir aquilo que é relevante. O que importa é fomentar o debate em termos daquilo que é verdadeiramente importante e onde há uma mais-valia a dar. É aquilo que eu dizia: dar voz aos fracos, fazer debates em que a posição católica tenha um peso especial ou uma inflexão especial, lançar a questão dos emigrantes, não embarcar em populismos, fazer um debate sobre a raiz do populismo, por exemplo. Esse tipo de coisas, aí sim, são temas importantes.

Do ponto de vista do alinhamento informativo, há temas tabu?

Acho que quanto estive na RR a estagiar comprovou pela sua própria experiência que não há temas tabu. [risos] O que há é uma obrigação importante tudo aquilo que é dado como uma notícia do Vaticano.

Mas não acha haver alguns assuntos em que a RR fique um pouco de pé atrás em noticiar?

la explicar-lhe isso. Imagine que surge, por exemplo, uma notícia de que o Papa fez uma revolução na igreja dizendo que agora os padres dispensados do exercício do ministério, quando casam, podem fazê-lo com pompa e circunstância nas respetivas paróquias. Nós temos a obrigação de ver porque é que isto está a ser notícia, o que é que mudou face às instruções que existiam, se não mudou nada, se o que mudou foi a forma como a sociedade se escandaliza ou não com o casamento de alguém que está dispensado do ministério, se aquilo que evoluiu foi a posição da igreja, ou se foi a posição da sociedade (que hoje já não se escandaliza e admite muito melhor que um sacerdote case na

sua própria paróquia), se aquilo é uma resposta dada face a um caso concreto ou se há um novo documento da igreja sobre isso... Portanto, aqui há, sim, um dever de cuidado em não dizer coisas que não são verdade e que podem induzir em erro os nossos ouvintes.

Enquanto eu estagiava na RR em Gaia, tinha ocorrido uma polémica com a Porto Editora. Tinha feito uma "censura" à Ode Triunfal, um poema de Álvaro de Campos, no manual de Português do 12.º ano. Alguns versos desse poema surgiam com um asterisco, um corte, porque o autor mencionava alguma linguagem grosseira, como "filhas aos oito anos (...) masturbam homens de aspeto decente". Falava-se desse assunto e a RR não deu nenhuma notícia sobre isso. Na altura, eu tinha sugerido ao Sérgio Costa que podia escrever algo sobre o tema. O Sérgio disse-me que como o caso envolvia aquele tipo de linguagem, a RR não noticiava. E não houve notícias da RR sobre esse assunto.

Por causa da palavra 'masturbação'?

Sim, e por causa de toda a linguagem dos versos apagados no livro.

Eu acho que está fora de causa a gente utilizar linguagem grosseira. Não há, ou não deve haver, palavrões. Nós tentamos que haja um grau de qualidade. Nós tentamos elevar e não baixar, por isso não há complacência, e não deve haver, com a piada fácil, a brejeirice, uma linguagem própria de uma taberna... Mesmo que seja introduzida por critérios de populismo, de agrado dos ouvintes. Não deve haver subentendidos, mal-entendidos.

Mas isso não tem a ver com o facto de sermos católicos. Acho que isso não é uma questão religiosa. Orgulho-me de, no Diário de

Notícias, ter tido esse estatuto editorial, de no Público ter cumprido com esse estatuto editorial, na TVI igual, e mesmo no jornal O Independente, onde a liberdade no uso do português era muito lata e era muito liberal no uso da linguagem. Enquanto eu estiver na direção, acho que isso é uma norma básica.

A questão da censura ao Fernando Pessoa, francamente, não acho que se enquadre em nada disso. Até por outra coisa: eu, pessoalmente, acho muito bem que a Porto Editora tenha tido o cuidado de retirar do poema o que considerou não ser uma linguagem própria para a classe etária [12.º ano, ± 17 anos de idade] ou para a preparação dos alunos.

O que eu não percebo é que com tanto poema do Pessoa tivessem de escolher um poema do qual tenham de retirar uma parte.

No caso, era a Ode Triunfal, que é um poema emblemático.

É a Ode Triunfal, mas para estudar o Pessoa tem mesmo de se estudar a Ode Triunfal? É extraordinário! Pode-se dar mil exemplos na aula, pôr num compêndio outros mil exemplos. Não vejo que tenha de se ir por aí. Acho mesmo um bocadinho atontado, mas isso é um problema da editora.

Acho que há uma coisa que é muitíssimo importante. Eu tenho uma tese sobre a censura, escrevi um livro sobre a censura, sou insuspeita de alguma vez defender o que quer que seja com censura. Só a palavra censura já me causa um bocadinho de arrepios. Mas uma coisa é a censura, que é uma coisa gravíssima, e outra coisa é bom-senso. E eu acho que não podemos confundir bom-senso com censura. Há questões de bom-senso que devem ser introduzidas na nossa vida, nos nossos textos, e que não têm nada a ver com censura.

Imagine uma pessoa que vá entrevistar um transeunte e perguntar-lhe o que pensa sobre um político qualquer e apanha alguém que insulta o político com uma linguagem imprópria. Depois o jornalista decide não pôr no ar esse depoimento. Eu acho que isso é uma questão de bom-senso, não é uma questão de censura. Nós somos jornalistas, não somos pés de microfone nem somos papagaios, que agora estão mais na moda. [risos]

Outro dos receios de que António Marujo falava era o risco da institucionalização da informação, ouvir-se pouco as pessoas, ficar-se muito pelos temas já "batidos" e não se focar nas questões que realmente importam para a igreja. Acha que os órgãos de comunicação social em Portugal se focam muito na estrutura, na hierarquia da igreja?

Mesmo dar conta do religioso não é dar conta do que se passa na sacristia. Uma rádio católica não pode ser a rádio da sacristia, nem o boletim paroquial, nem uma espécie de anuário do que se vai passando na vida da igreja: sai o padre da capela X, entra o padre na capela Y; o padre da esquina saiu em conflito com o padre do lado... Não é para isso que nós existimos nem isso é cobrir o fenómeno religioso. O fenómeno religioso é alguma coisa que ultrapassa a própria religião católica em si, que vai às outras religiões, que vai a uma inquietação profunda que é comum aos vários homens, que discute aquilo que verdadeiramente importa.

Por exemplo, esta laicidade obsessiva, ou esta falta de liberdade, parece reduzir-se ao fenómeno religioso. Na sociedade atual, toda a gente deve fazer o que entende. A diferença é absolutamente valorizada, valorizada mesmo. Tudo o que é a expressão da própria individualidade é profundamente valorizada e

defendida. Mas se uma professora quiser pôr um presépio no átrio da escola, é logo acusada de praticar um atentado à Constituição.

"Tu podes fazer o que quiseres, mas não verbalizes o que para ti é importante. Se lá em casa toda a gente for católica, tudo bem. Mas, se não, podes estar a insultar o outro. Pelo simples facto de dizeres para ti há coisas que são bem e outras coisas que são mal... Cuidado, que o outro pode sentir-se acusado indiretamente, visado, magoado profundamente". Esta laicidade uni-direcionada é uma liberdade quartada ao teu coração. "Se abres a boca e falas em Deus, ups. Isso pode incomodar".

A seguir ao 25 de Abril, mesmo nas famílias católicas, havia muito esta posição. Como a liberdade era uma coisa vivida há muito pouco tempo, os não crentes sentiam-se ofendidos pela presença dos cristãos. Numa casa onde toda a gente abençoava as refeições,

um filho dizia "Eu sinto-me ofendido porque vocês estão a praticar à minha frente uma religião que eu não pratico". As pessoas passaram a rezar para dentro. Em minha casa aconteceu isso. Tivemos todos de nos calar.

E eu acho que na sociedade está a acontecer isso, mas é só em relação à religião. Em tudo o resto, todos podem manifestar em alto e bom som que nunca vão ter problemas.

Concorda que há uma marginalização?

Concordo que há uma agenda de ideologia de género e uma agenda de silenciamento religioso. "Pensa lá o que quiseres, mas não me maces com o teu pensamento, senão vai criar-se um problema de consciência". Por isso é que estamos aqui para dizer "emissora católica portuguesa". Isso já diz tudo, é o nosso estatuto editorial repetido várias vezes ao longo do dia.

Anexo IV - Entrevista à chefe de redação de rádio e editora de política da Rádio Renascença, Eunice Lourenço

Entre a Rádio Renascença e outros órgãos de comunicação social, concorda que haja diferenças no que diz respeito ao alinhamento informativo?

Há diferenças. No tempo em que e trabalhei no Público, havia secções muito mais definidas (Política, Sociedade, Educação) e era um tempo em que as redações tinham mais gente e, portanto, também tinham mais gente para tratar uma só área. Coisa que hoje não existe.

Há uma coisa que já várias vezes tenho referido e que acho que se nota mais nos jornais do que noutros meios. Há 10 ou 15 anos, os jornais tinham uma pessoa para fazer religião. Hoje em dia não têm uma pessoa que faça só religião. Tinham secções de media ou de rádio e televisão. Hoje em dia os diários não têm. A grande diferença para a Renascença é que, uma vez que a RR é, de forma clara, a emissora católica portuguesa, a RR nunca deixou de ter pessoas a fazer a religião, praticamente em exclusivo. Essa é uma grande diferença.

E outra diferença. Eu estive num jornal diário com uma realidade que não é a de hoje. Não sei se é para pior... Era uma realidade em que não havia internet, praticamente; em que os sites eram ainda muito incipientes; o ritmo era outro; a aposta era mesmo no produto papel do dia seguinte; e em que se trabalhava, por isso mesmo, de forma diferente. Depois estive num semanário, em que a diferença ainda é maior: a aposta era num produto papel semanal, mas sem o ritmo que as coisas têm hoje. Acho que a diferença vem mais das diferenças que o tempo foi impondo aos órgãos de comunicação social do que propriamente nas diferenças entre órgãos.

Apontaria a religião como um assunto que tem sempre prioridade aqui na RR, face a outros assuntos? Ou que é abordado de maneira diferente?

São duas coisas diferentes. Tem prioridade quando noticiosamente se justifica que tem prioridade. Se é tratado de maneira diferente nos outros órgãos? É, porque é mais tratado aqui. Há coisas que os outros órgãos não fazem que nós fazemos. É um trabalho jornalístico, mas que vem do facto de nós sermos a emissora católica.

Nós só temos dois editores temáticos. A editora de política, que sou eu própria, e a editora de religião [Aura Miguel]. Depois temos os editores de turnos.

No seu dia-a-dia, enquanto chefe de redação de rádio, a Eunice vê-se a dar indicações especiais aos editores de turnos por causa de assuntos de religião, a lembrá-los que há alguns assuntos que devem cobrir?

Sim, sim. Lembrar que há determinado assunto que é importante entrar nos noticiários. Mas também faço isso com notícias de outros temas.

Ao longo dos seus anos de experiência aqui, alguma vez teve de recuar na publicação ou edição de algum artigo por ter reparado que aquilo podia não ir bem ao encontro do estatuto editorial, ou que era uma notícia de um tema mais fraturante?

Que me lembre, não.

Existe algum assunto tabu sobre o qual a rádio tenha alguma reticência em noticiar?

Não. Não há. Nós dizemos isso muitas vezes: não há assuntos que a rádio não possa tratar. Obviamente que há assuntos sobre os quais, por a RR ter a carta de princípios que tem, temos sempre de dar o ponto de vista da igreja ou da doutrina social da igreja.

Se falarmos de eutanásia - e há propostas para legalizar a eutanásia -, nós temos de dizer qual é a doutrina da igreja sobre a eutanásia.

Aconteceu de forma especial em 2006, aquando do referendo ao aborto, contra o qual a RR sempre se afirmou.

Sim, mas mesmo assim tinha comentadores pró-aborto.

Que tipo de fontes mais privilegia no contacto com a religião?

Eu tenho algum contacto com fontes oficiais, porque por vezes é mesmo necessário ter, mesmo que não seja eu a tratar de determinado assunto.

Como sou católica, catequista e tenho muita vivência de igreja, vou-me apercebendo de coisas no terreno. E aí tenho aquilo que um antigo professor meu dizia serem "as nossas primeiras fontes": os amigos, a família e os vizinhos. Essas são coisas que vou trazendo para aqui e que às vezes é preciso tratar.

Quer, com isso, fugir um pouco à institucionalização da informação?

Por um lado, fugir à institucionalização. Por outro, por estar no terreno, apercebo-me de coisas que são institucionais mas que ainda não noticiámos.

Dou-lhe um exemplo muito prático e de há pouco tempo. Eu dou catequese a

adolescentes. No meu contacto com o serviço da catequese no patriarcado de Lisboa, apercebi-me de que estava a ser preparado um itinerário de catequese tendo em conta a Jornada Mundial da Juventude. Falei disso à editora de religião e ela trouxe cá o responsável por esse projeto. No fundo, acabámos numa fonte institucional, mas foi porque eu, no terreno, me apercebi de que aquilo estava em marcha.

Há alguns teóricos que apontam para uma excessiva institucionalização da informação religiosa. Defendem que muitos jornalistas têm receio em abordar temas religiosos por poder mexer com as crenças das pessoas...

Eu acho que o problema não é mexer com as crenças das pessoas. O problema da maior parte dos jornalistas lidarem com temas de religião é a completa falta de cultura religiosa dos jornalistas. Não tem a ver com serem crentes ou não. Mas, tal como uma pessoa se prepara para ser jornalista de economia, também se deve preparar para escrever ou falar de religião. Como deixámos de ter, na grande maioria dos órgãos de comunicação social, jornalistas especializados ou dedicados exclusivamente à religião, muitas vezes estão a tratar desses temas jornalistas que não sabem sequer os termos corretos.

Nós não admitimos que um jornalista a escrever sobre o orçamento do Estado não saiba a diferença entre impostos diretos e impostos indiretos, ou entre taxas e impostos. Porque é que havemos de admitir que um jornalista que escreve sobre religião não saiba a diferença entre um padre e um diácono?

A Graça Franco disse há cerca de 10 anos ao jornalista António Marujo que, em toda a Europa, "estas são as primeiras

gerações sem referências religiosas e de jornalistas sem preparação para cobrir o religioso". Acrescentou depois a Aura Miguel que há muitos jornalistas que viveram de facto a religião quando adolescentes mas que depois isso acaba por ser uma raiz que seca.

Alguns já nem isso. Como eu já disse, não tem a ver com terem ou não experiência religiosa. É aquilo que se pede a qualquer jornalista de outra área. Se não sabe, que estude ou pergunte. Um jornalista de religião também: se não souber, pergunte.

A prioridade informativa na RR ultrapassa o catolicismo? É algo que tenha todos os dias de estar forçosamente na agenda? Significa que haja mais notícias de religião aqui do que noutros sítios?

Eu acho que significa, uma vez que nós temos uma equipa de religião que os outros sítios não têm. O que se passa muitas vezes é que pessoas, sobretudo católicas (mas presumo que também de outras crenças), procuram a RR para se informarem sobre a religião.

Acho que há falta de sensibilidade para o assunto, antes de mais nada. Mas, entretanto, perceberam que a religião "até vende". Perceberam que não podem descartar completamente esta área. Com as Jornadas Mundiais da Juventude a acontecerem em Portugal daqui a três anos, provavelmente até vamos assistir aos jornais a terem de fazer mais notícias de religião. Vamos ver como vão preparar-se para isso.

O António Marujo dizia que a abordagem jornalística se fica muitas vezes pelo lado institucional da religião e que se está sempre a falar sobre a enésima posição do Papa sobre o aborto ou o preservativo, por exemplo. E que raramente o lado

mediaticamente mais inesperado ou aprofundado era abordado. A Aura Miguel acrescentou que uma rádio como a RR não pode esquecer os valores da igreja e mesmo que procure uma notícia que possa não ter a ver com religião, pode ali estar um valor cristão.

Sim, por isso é que fazemos muitas notícias e reportagens sobre voluntariado, sobre obras de misericórdia, sobre apoio aos pobres.

Uma das abordagens que nós temos sobre os programas eleitorais e sobre estes quatro anos de governação foi sobre questões laborais. Quem também veio cá falar das questões laborais do ponto de vista das empresas foi a Associação Católica de Empresários e Gestores (ACEG). É um exemplo. A ACEG também tem um grupo de sub-40, que fez uma análise aos programas eleitorais sobre a conciliação entre emprego e família. Também falámos com eles sobre isso. Aliás, tentamos pôr o ponto de vista da fé também e sobretudo na ação de cada um, em cada dia.

Sobre o que falámos acerca da falta de preparação dos jornalistas... Grandes momentos, como visitas do Papa, são momentos que envolvem muito mais jornalistas da casa do que aquilo a que estamos habituados, todos a falar sobre religião. Temos tido a preocupação de formar jornalistas sobre os termos certos a usar. Quando veio cá o Papa Bento XVI, fiz várias sessões para jornalistas que iam cobrir. Quando veio o Papa Francisco, fiz um documento sobre erros que geralmente se comete. Ainda hoje de vez em quando nos lembramos dessas sessões sobre alfaias litúrgicas. [risos]

Por exemplo: "o Papa está a dar a missa". É um disparate! "As pessoas estão a assistir à missa"... O António Costa está a assistir à missa, o Marcelo está a participar! É nessas pequenas coisas que se percebe,

sobretudo os nossos ouvintes católicos, que reparam muito nos termos que usamos ou não. Em assuntos de política, tenho o mesmo cuidado. Também me chateio de cada vez que

alguém escreve "orçamento de Estado": é "orçamento do Estado". É "programa de governo", e não "do governo". Não tem mal perguntar.

Anexo V - Entrevista à jornalista da Rádio Renascença Manuela Pires

Entre a RR e a TSF, os únicos órgãos de comunicação social em que trabalhou, qual a maior diferença que destacaria face ao alinhamento informativo?

Eu trabalhei na RR entre 1994 e 1998. Depois na TSF entre 1998 e 2003 e nesse ano regresssei à RR. Já há 16 anos! Nessa altura, os meios eram outros, em termos de pessoas e económicos. Em termos noticiosos, não há grande diferença. O que é notícia, é notícia, o que é atual, é atual. Pode haver uma ou outra, mas sem ser a diferença religiosa, não notei grandes diferenças em termos de alinhamento de notícias. É claro que na RR podemos ter assuntos diferentes.

Por exemplo, quando um bispo é nomeado, nós damos essas notícias, mas a TSF pode não ter interesse em dar a notícia, dá-la mais tarde, fazer uma curta referência ou nem noticiar. Ao passo que nós, num caso desses, já temos a informação de antemão e temos outra prioridade, que a TSF ou a Antena 1 podem não ter.

É essa a palavra que usa, “prioridade”? A religião tem prioridade aqui?

Tem, mas não é a base. Não é por ser a religião que entra. Ainda no domingo passado, a Aura Miguel, que acompanha o Papa, ouviu a oração do Angelus, como ouve sempre de manhã. Ela ouviu e achou que não havia nada. Não é porque o Papa fala todos os domingos que nós temos de pôr sempre o som do Papa. Ela avaliou e disse que não havia grande interesse. Eu tinha o noticiário preenchido e optámos por não pôr nada. Não é porque o Papa fala todos os domingos que a gente noticia.

De uma forma geral, como é que descreveria a influência que a igreja tem nos critérios de noticiabilidade? Alguma coisa muda na rotina diária dos jornalistas?

Eu tenho algumas funções de edição só ao fim-de-semana. Nunca recebi nenhum telefonema da igreja, nem sei se alguém aqui recebe telefonemas da igreja para se meter notícias, acho que não. [risos] Eu não tenho essa experiência, mas é claro que fazemos o 13 de Maio, por exemplo. Temos o repórter que faz sempre o 13 de maio, e todos os "trezes". Acompanhamos e transmitimos as missas.

Mas eu, pelo menos, nunca senti essa coisa de "temos de noticiar!" É claro que sabemos para onde trabalhamos e as pessoas que nos estão a ouvir estão à espera que se noticie, mas pomos uma vez um ou dois sons. Não precisamos de estar sempre, sempre, sempre a usar essa informação.

Antigamente, já há muitos anos, nós tínhamos um jornal de religião, que era o jornal das 18h. Não havia notícias "das outras" e das 18h e até às 18h10, quando começa a Bola Branca, era o jornal de religião. Naquele espaço entrava tudo o que era religião, libertando um bocadinho os outros noticiários. Depois acabou-se com esse noticiário. O noticiário das 18h é muito forte... Às 17h dava o noticiário normal, às 18h era a religião, às 18h15 a Bola Branca e depois o terço às 18h30. Já há muitos anos que se alterou isso. Agora vai-se espalhando pelos noticiários todos. Se uma notícia é importante, entra nos noticiários. Se não for importante, não entra.

Considera que o facto de a RR pertencer à igreja a torna diferente dos outros órgãos?

Acho que isso acontece mais para quem nos ouve do que nós aqui, jornalistas. Eu não noto que trabalho numa rádio católica... Quer dizer, sei onde trabalho, mas não venho para aqui sempre a pensar nisso. Tratamos a informação como qualquer outra rádio. É claro que em dias mais específicos, como quando o Papa em cá, é diferente. Mas quem nos ouve está à espera de alguma diferenças.

Às vezes ouço: "Ah, é a rádio das missas". Não, nós só damos uma missa. É como a Antena 1, também passa uma missa ao fim-de-semana. Sabemos para onde trabalhamos, mas não venho para aqui a pensar todos os dias que "vou trabalhar para a rádio católica".

Claro que há alguns assuntos que carecem de um tratamento diferente, não vamos sempre atrás dos outros. Temos uma equipa de política que trabalha as questões da política. E temos uma equipa de religião, com os seus contactos, que trabalha certas matérias, em que é mais especializada.

Eu só fiz uma coisa de religião e foi na TSF, quando veio cá o Papa João Paulo II. Aí há diferença de tratamento da notícia. Claro que a TSF não deu as missas, mas estava lá e fez reportagem. Eu fiquei com a parte dos acessos, tudo o que era logística que as pessoas precisam de saber, como bombeiros, polícia, etc. Mas fizemos reportagem na mesma, falámos com as pessoas que lá estavam.

Apesar de não trabalhar todos os dias com religião, nota haver um outro tema de tratamento mais sensível ou em que tenha de se pensar duas vezes antes de escrever alguma coisa? As chamadas

questões fraturantes, como aborto e eutanásia.

A questão aí, no meu entendimento, é dar as diferentes posições. Quando foi a questão da eutanásia, nós ouvimos uma parte [a favor], mas também fomos ouvir a outra [contra], como os outros órgãos também ouviram. Podemos dar um bocadinho mais de espaço a quem é a contra, no comentário e na opinião no site. Talvez privilegiemos mais a parte da opinião.

É claro que quando alguém vai ouvir a RR, está à espera de ouvir a posição da igreja contra a eutanásia - e isso cá está. E se calhar está um bocadinho mais [presente] do que quem é a favor, mas estão as duas. Não é pôr a igreja e os grupos com a mesma opinião que ela e não falar dos outros.

Quando foi a questão do aborto [2006], até discuti isto com alguns colegas. As pessoas que ouvem a RR sabem qual é a posição da igreja. Às claras. O pior é alguns outros jornais, de grupos económicos, que podem fazer passar a mensagem, sem se posicionarem. Aqui, as pessoas sabem ao que vêm, sabem o que a igreja defende. Não estão à espera que a RR omita a posição da igreja, mas também não dê o outro lado.

E é o que a RR faz questão de fazer nas notas de abertura.

Aí é o editorial, que qualquer jornal e qualquer rádio têm e pode fazer.

A Graça Franco disse numa entrevista ao António Marujo que, em toda a Europa, estas são as primeiras gerações sem referências religiosas e de jornalistas sem preparação para cobrir o religioso.

E é verdade. [risos] Eu nunca tive nenhum curso... Sei que uns colegas, há muitos anos, foram a Roma. É preciso aprender e não é só os termos. É saber como funciona o

Vaticano, tudo. Da mesma forma que um jornalista de economia precisa de saber os meandros de economia e de a estudar. Mas é verdade. Eu, pelo menos, não tive formação nenhuma nesses assuntos.

Considera ser uma lacuna no plano jornalístico em Portugal?

Eu acho que [a religião] tem cada vez menos espaço. Digo isso pelo [António] Marujo, um jornalista que estava no Público e olha... Vai fazendo algumas coisas.

Antigamente a igreja tinha vários jornais regionais, hoje já não sei como é. Acho que os jornalistas têm de ter formação e conhecimento, senão não sabemos do que estamos a falar. Conhecer um pouco de tudo, senão nem sabemos do que estamos a falar. Às vezes tenho cuidado com os termos, obviamente. Também vamos "checkar" a informação e ver o que dizemos e o que não dizemos, posso estar a dizer uma coisa da qual não saiba muito... Tenho cuidado como tenho cuidado com outras coisas. Talvez com a religião tenha um pouco mais de cuidado.

Um jornalista espanhol, José Manuel Vidal, dizia em 2009 que há sempre algum medo da informação religiosa, porque ela toca consciências, pode criar alguns problemas. Vê a religião como tema de abordagem sensível? Uma

asneira ou incorreção sobre religião cai pior nos ouvintes do que eventualmente o mesmo sobre outro tema?

Acho que não. Claro que depende do "alvo" da notícia, mas em Portugal acho que não há casos de melindre, em que as pessoas possam ficar sentidas. Neste caso que envolve o bispo do Porto e freira [assassinada], por exemplo, a indignação dele não teve grande eco. A religião não é nenhum "papão", é a minha leitura.

E como encara alguns silêncios da rádio? Aquilo que não se diz sobre alguma coisa...

Isso é uma questão editorial. Também há coisas de política que não se pode dizer. Ainda agora estava a discutir com o [José Pedro] Frazão que o [António] Costa não ia falar de Tancos... Ele [António Costa] gere o silêncio dele, o silêncio também tem um grande significado. Se ele não quiser falar de Tancos, não fala. Ele é que vai a eleições, não somos nós. As pessoas questionam, mas ele é livre de dizer ou não dizer.

Temos preocupação com todos os temas, mas na religião é acrescida. Importante também é saber como a igreja comunica e a facilidade que tem ou não de, em tempo útil, esclarecer as coisas, o que eu julgo ser ainda difícil para eles.